



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Engenharia
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

Património, Turismo e Desenvolvimento

Emanuel Rosas Lago

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Civil
(Ciclo de Estudos Integrado)

Orientador: Professora Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

Covilhã, Outubro de 2014

Dedico este trabalho a Clementina Rosas, Orlando Lago e a toda a comunidade científica.

Agradecimentos

A realização de um trabalho de investigação impõe uma enorme dedicação e empenho, assim como um apoio constante de quem nos rodeia. Este apoio torna-se fundamental e determinante para conseguir alcançar os objetivos a que nos propusemos. A concretização desta dissertação, para a obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil, foi de facto uma caminhada solitária, como muitas as vezes já nos tinham dito, é sobretudo o apoio e a persistência da família e amigos que nos faz acreditar que será possível. Assim sendo, gostaria de deixar um enorme agradecimento a todos os que de uma forma ou outra contribuíram para que este dia fosse possível.

Aos meus pais, pelo amor, dedicação, apoio, incondicional, ao longo dos anos, pela orientação, esforço na minha formação ao longo deste percurso.

À minha família, pela paciência e apoio.

À minha orientadora, Doutora Cláudia Sofia Beato pela motivação e dedicação durante estes anos de curso, e sempre se mostrar disponível em ajudar, orientar e ensinar os seus conhecimentos.

A todos os professores e elementos constituintes das academias, à Universidade da Beira Interior, à Politechnika Białostocka e à Silesian University of Technology, pela partilha dos seus conhecimentos e orientação académica.

Aos amigos e colegas de curso, pelo carinho, compreensão, amizade e dedicação nos momentos mais tensos e complicados deste percurso e o seu apoio fundamental para a concretização desta etapa.

Agradeço à instituição, Universidade da Beira Interior, pela formação que proporciona a todos os seus elementos constituintes.

Resumo

O turismo assume, atualmente, uma relevância incontestável na economia a nível mundial, o presente trabalho depois de apresentados os objetivos e a importância dos mesmos, dedica-se com grande desenvolvimento ao estado da arte da temática do turismo do património e desenvolvimento e em particular do desenvolvimento do turismo cultural. No seguimento apresenta-se a metodologia do mesmo, nomeadamente o processo de planeamento, para numa fase seguinte se explanarem os resultados.

Num primeiro momento é apresentada a sintetização dos conceitos de turismo, de património, de desenvolvimento e de planeamento, de modo a relacionarem-se entre si, para numa segunda fase naturalmente se propor um modelo de otimização de um conjunto de variáveis envolvidas no plano integrado de turismo.

Por fim, apresentam-se o modelo empírico de planeamento, nomeadamente na salvaguarda do património enquanto produto no desenvolvimento turístico cultural como oferta única, para proporcionar planeamentos futuros.

Palavras-chave

Turismo, Desenvolvimento, Planeamento, Património, Cultural, Sustentável

Abstract

The tourism takes currently an undeniable importance in the world economy, this paper presented after the objectives and the importance thereof is dedicated with great development to the state of the art theme of tourism and heritage development and in particular the development of cultural tourism. Following is presented the same methodology, including the process of planning for a next step is to explain the results.

At first synthesizing the concepts of tourism, heritage, development and planning, to relate to each other, for short second phase appears naturally propose an optimization model of a set of variables involved in the integrated plan tourism.

Finally, we present the empirical model of planning, including the safeguarding of the cultural heritage as a tourism product development as a unique offering to provide future plannings.

Keywords

Tourism, Development, Planning, Heritage, Cultural, Sustainably

Índice

1. Introdução	1
1.1. Contextualização da problemática	1
1.2. Objetivo	2
1.3. Justificação e motivação na escolha do tema	2
1.4. Pergunta de Partida	3
1.5. Enunciação das hipóteses de investigação	3
1.6. Objectivo geral.....	4
1.7. Objetivos específicos	4
1.8. Fundamentação metodológica	4
1.8.1. Instrumentos qualitativos	4
1.9. Estrutura do trabalho	5
1.9.1. Capítulo 1	5
1.9.2. Capítulo 2	5
1.9.3. Capítulo 3	6
1.9.4. Capítulo 4	6
1.9.5. Capítulo 5	6
1.9.6. Capítulo 6	7
2. Turismo	9
2.1. Introdução	9
2.2. Definições de Turismo	9

2.2.1.	Turista segundo a duração	10
2.2.2.	Turista segundo a sua origem espacial	11
2.2.3.	Turista segundo o motivo principal da viagem	11
2.3.	Turismo como um sistema	13
2.4.	Recursos/Produtos turísticos	15
2.5.	Turismo Cultural e Patrimonial	18
2.6.	Definição de Turismo Cultural	18
2.6.1.	O turismo e as motivações culturais	19
2.6.2.	Recursos Culturais.....	20
2.6.3.	A cidade turística-histórica como um produto turístico cultural	21
2.6.4.	O Produto Património e sua funcionalidade	24
2.6.5.	A procura	24
2.6.6.	A oferta	26
2.7.	Turismo em Portugal.....	29
2.7.1.	Turismo na economia Portuguesa: Sectores e Oportunidades.....	29
2.7.2.	Perspetivas e evolução do turismo	30
3.	Património.....	33
3.1.	Introdução	33
3.2.	Evolução do Património	33
3.3.	Monumentos parte do património	35
3.4.	Contextualização de tecidos do património	35
3.5.	Normas internacionais para a salvaguarda e conservação do património	38

3.5.1.	A origem das Normas.....	38
3.5.2.	Normas que representam as bases doutrinárias sobre a conservação e restauro de monumentos.....	39
3.5.3.	Normas que surgiram com o alargamento da noção de património e as questões do urbano ⁴⁰	
3.5.4.	Normas de âmbito da filosofia Europeia de salvaguarda do património e de responsabilidade planetária pela salvaguarda do património cultural	41
3.5.5.	Normas pela evolução da noção de património a novas áreas do conhecimento	43
3.6.	O património urbano esquecido em Portugal	44
3.7.	A Salvaguarda do património urbano no quadro jurídico	48
3.7.1.	Recentes abordagens na reabilitação urbana	51
4.	Desenvolvimento	55
4.1.	Definição de Desenvolvimento	55
4.2.	Desenvolvimento turístico	56
4.3.	Desenvolvimento turístico em países em crise	57
4.3.1.	Fatores que podem influenciar a motivação do turista.....	59
4.3.2.	A escala de DESTON.....	60
4.4.	Desenvolvimento sustentável no turismo	61
4.5.	Desenvolvimento do turismo do património: impactes positivos	62
4.6.	Desenvolvimento do turismo do património: impactes negativos	65
5.	Planeamento Integrado em Turismo do Património.....	69
5.1.	Ciclo de Vida de Área de Turismo (TALC) de Butler	69
5.2.	Natureza do planeamento e necessidade de planear	71

5.3. Planeamento integrado em turismo: as potencialidades do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável.....	72
5.3.1. O planeamento turístico a nível internacional.....	73
5.3.2. Planeamento turístico a nível nacional.....	74
5.3.3. Planeamento turístico a nível local.....	75
6. Conclusões-modelo.....	79
6.1. Plano estratégico de Portugal.....	82
Referências Bibliográficas.....	85

Lista de Figuras

Figura 1: Síntese da Classificação dos Visitantes/turistas, adaptado de Chadwick, 1987, Law, 2002 (BEATO, 2008)	10
Figura 2: Fatores de motivação para turismo segundo Foster (FOSTER & DENNIS, 1992).....	12
Figura 3: O turismo como um sistema segundo Leiper (1990, 2004) (BEATO, 2008).....	14
Figura 4: Divisão dos Turistas Culturais Proposta por Silberberg (1995) (VIEIRA, 2006).....	19
Figura 5: A cidade turística-histórica como um produto turístico cultural (RICHARDS & MUNSTRES, 2010)	23
Figura 6: Inter-relação do turismo na economia em Portugal (GOUVEIA & DUARTE, 2001)	29
Figura 7: Antepiano de Urbanização da Cidade de Tavira, Planeamento de Urbanização, Raul Lino, 1948, DGOTDU (GONÇALVES, 2012)	45
Figura 8: Exemplo de Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras, Planta de Síntese do Plano, GTL de Torre Vedras, 1992, DGOTDU (GONÇALVES, 2012)	48
Figura 9: Santarém. Perímetros das Zonas de Proteção e das ZEP de imóveis classificados até 2008 e perímetros de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, tal como estavam previstas no Plano de Urbanização de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém, em elaboração em 2000 na Câmara Municipal de Santarém. CEARQ, HAFICUH, 2006. (GONÇALVES, 2012).....	50
Figura 10: Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, Estacionamento e Mobilidade, Quatenaire Portugal, S.A., 2002. Isilda Magalhães (GONÇALVES, 2012).....	53
Figura 11: Forças que influenciam o desenvolvimento da imagem de destino (BEIRMAN, 2003)	58
Figura 12: Módulos do caminho da determinação da imagem de destino (BEIRMAN, 2003)	59
Figura 13: Nível de qualificação do pessoal empregado em turismo (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).	64
Figura 14: Ciclo de Vida de Área de Turismo de Butler (MASON, 2003)	69

Figura 15: Estágios de desenvolvimento do produto e recursos associados (MASON, 2003)	70
Figura 16: Representação esquemática do processo de planeamento (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).	72
Figura 17: Conclusão esquemática de planeamento estratégico.....	79

Lista de Tabelas

Tabela 1: Inventário genérico das principais atrações turísticas a partir de Weaver e Lawton (2006) (BEATO, 2008)	15
Tabela 2: Inventário genérico das principais atrações turísticas a partir de Weaver e Lawton (2006) (BEATO, 2008), continuação	16
Tabela 3: Classificação dos Recursos Culturais Segundo Prentice (1993), (VIEIRA, 2006)	21
Tabela 4: Setores e Oportunidades no Turismo (GOUVEIA & DUARTE, 2001)	30

Lista de Acrónimos

AGU	Anteplano Geral de Urbanização
ATLAS	European Association for Tourism and Leisure Education
AU	Anteplano de Urbanização
CE	Conselho da Europa
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CRUARB	Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira Barredo
DESTON	Defense Readiness Conditions
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Eurostat	European Statistic
GTL	Gabinetes Técnicos Locais
ICCROM	International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	International Council of Museums
ICOSMOS	International Council on Monuments and Sites
IUOTO	União Internacional de Organização de Viagens
MOP	Ministério das Obras Públicas
OECD	The Organization for Economic CO-operation and Development
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organization of Nations United
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PGU	Plano Geral de Urbanização
POLIS	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
PP	Plano de Pormenor
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PRU	Programa de Reabilitação Urbana
PU	Plano de Urbanização
RJERU	Regime Jurídico Excepcional para a Reabilitação Urbana
SPA	Salus Per Aqua (Saúde Pela Água)
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana
TALC	Tourism Area Life Cycle
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WTO	World Tourism Organization

1. Introdução

Esta Tese é apresentada à Universidade da Beira Interior como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, no âmbito do Mestrado Integrado em Engenharia Civil.

1.1. Contextualização da problemática

Este trabalho tem como tema genérico a “Salvaguarda do património enquanto produto no desenvolvimento turístico cultural”

Apesar da existência do Plano Estratégico Nacional de Turismo, apresenta-se um novo modelo empírico de planeamento. Modelo este, deve ser um instrumento na elaboração de planos futuros nas vertentes entres património, turismo e desenvolvimento. Os atuais Planos Estratégicos Nacionais de Turismo em comparação com o plano elaborado apresentam algumas fragilidades na classificação de recursos e respetiva exploração. O modelo elaborado assume grande importância sendo elaborado no intuito de um planeamento regular segundo as áreas do património, turismo e desenvolvimento para que não seja só aplicado num tempo específico, mas tendo em consideração a evolução do ser humano na Sociedade.

Após a revisão da literatura torna-se evidente que: o turismo pode assumir um papel fundamental na vivência em sociedade; o património na instrução do ser humano; e o desenvolvimento na evolução das sociedades.

Devido à abrangência do turismo e à sua importância económico/social a nível mundial, é necessário selecionar e definir noções básicas, de modo a que se possa assimilar a sua contextualização na civilização, e as suas repercussões em áreas mais específicas, como o turismo que envolve a cultura, (entendida no seu sentido mais amplo, englobando o património material e imaterial dos povos).

Ao longo dos anos, factos e histórias têm contribuído para a formação do ser humano. Tais factos foram passando de geração em geração, constituindo o património atual, que integram assim, um conjunto de experiências e sabedorias a transmitir às gerações futuras, tornando-se necessário preservar estes conhecimentos. Para isso, é indispensável reconhecer, definir e catalogar o património, e quais as ideologias aplicadas para a sua preservação.

O desenvolvimento é um conceito complexo, e multidimensional, que abrange muitos âmbitos. É assim necessário restringi-lo aos conceitos do turismo e património/cultura.

Posteriormente englobando todos os conceitos de turismo, de património e desenvolvimento e a sua evolução temporal, procurou-se encontrar um modelo de planeamento de turismo (cultural), que se aplique no espaço e no tempo, partindo do “*ciclo de vida do turismo de Butler*”.

1.2. Objetivo

É imprescindível numa investigação esclarecer o objetivo de estudo, com o fito de alcançar uma maior consistência quanto aos resultados e essencialmente porque permite guiar melhor o trabalho de investigação científica. Atendendo á abrangência do tema, e a questões de operacionalização, cabe referir que:

- a) Para melhor orientar e operacionalizar o trabalho de investigação este versou o turismo como motor de desenvolvimento utilizando os recursos patrimoniais de forma sustentável;
- b) Por outro lado, este trabalho vai incidir sobre a importância de planeamento contínuo do setor, um necessidade ainda muito pouco investigada em Turismo;

1.3. Justificação e motivação na escolha do tema

Na atualidade, a prática de turismo é um dos impulsionadores na economia de múltiplos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, seja este sazonal ou a tempo inteiro, gera a movimentação de um elevado número de pessoal, e conseqüentemente, a circulação de dinheiro. Em consequência deste fluxo os países tentam desenvolver-se quer no sector da indústria turística quer noutros sectores para corresponder às expectativas do indivíduo tem sobre o produto apresentado.

O tema selecionado surgiu, assim, devido à expansão do conhecimento e facilidades a nível global, nos últimos dois séculos; apresentando um mundo acessível a qualquer indivíduo, este conceito levou o despertar a nível mundial pela aventura de o conhecer ou simplesmente para fugir a rotina, gerando a circulação exponencial de pessoas com este intuito, no qual o mundo apesar da sua dimensão e extremamente diversificado, é-nos apresentado como relativamente a um “passo de distância”.

Devido à diversidade existentes leva milhões de turistas a viajar é de conhecer as características típicas do país destino, sejam elas históricas, culturais, naturais, social, entre outras, das quais dependem do atual conhecimento, diversificado, adquirido pelo indivíduo ao longo dos anos.

Além da componente pessoal, de algumas viagens deitas pela Europa, e pertencendo Portugal ao velho continente, despertou particular interesse, sendo um país repleto de história (das dinastias aos descobrimentos), de costumes, de tradições, de variedade natural e estando tudo

concentrado num país pequeno, não existe um bom aproveitamento destes recursos como náutico devido ao antepassado dos descobrimentos, castelos e fortificações das dinastias de outrora, dos pouco explorados parques e diversidade natural existentes em Portugal e da sua diversidade de tradições e costumes. Porque que fora do país aparentamos ser constituído/aproveitamento essencialmente de bom clima e de uma extensa costa marítima.

1.4. Pergunta de Partida

Na uma investigação é algo que se procura, implicando hesitações, desvios e incertezas, assim sendo, cabe ao investigador escolher um fio condutor claro para que o trabalho de investigação se estruture com coerência, algo que pode ser conseguido através da formalização de uma questão de partida a partir da qual todo o processo de investigação se desenvolve e edifica. Por conseguinte, durante o processo suscitou-nos a seguinte pergunta: Como proceder à dinamização de uma *região* na vertente do turismo cultural de forma sustentável? (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1995)

1.5. Enunciação das hipóteses de investigação

Da pertinência do tema, e da pergunta de partida, mostra-se necessário encontrar algumas hipóteses que contribuam para encontrar uma resposta para a questão de partida, hipóteses em torno das quais a investigação se desenrola.

Segundo Quivy e Campenhoudt a hipótese “ (...) constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor (...)”. Ainda que “ (...) um trabalho não pode ser uma verdadeira investigação se não se estruturar em torno de uma ou várias hipóteses (...)” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1995), como tal elaboraram-se algumas proposições hipotéticas, às quais, ao longo desta investigação, se procurou dar resposta. Assim, será que:

1. Será que o planeamento turístico está a ser organizado de modo a dinamizar todas as áreas por ele abrangidas, no caso concreto o turismo patrimonial;
2. No contexto do turismo patrimonial, segundo que normas e intervenções estão a ser feitas para a salvaguarda do património;
3. Será, efetivamente, necessário um planeamento de qualidade para desenvolver determinadas regiões, nomeadamente Portugal, de forma sustentável;

Mediante a pergunta de partida, as hipóteses levantadas e tendo em vista as diretrizes fundamentais que a investigação visa atingir, traçou-se alguns objetivos, em torno dos quais esse trabalho se desenvolve, nomeadamente o objetivo geral e os objetivos específicos:

1.6. Objectivo geral

Compreender é consolidar os conceitos através do planeamento, aplicável independentemente do espaço e do tempo;

1.7. Objectivos específicos

- 1) Entender a questão do turismo em específico do turismo cultural/patrimonial;
- 2) Verificar que intervenções estão a ser feitas para a classificação e salvaguarda do património;
- 3) Compreender o planeamento e a necessidade de planear;
- 4) Projetar um método de plano de desenvolvimento;
- 5) Compará-lo com atuais em execução;

1.8. Fundamentação metodológica

Numa pesquisa, a adoção de uma metodologia rigorosa, sólida e consistente, possibilita desenvolver uma investigação científica capaz de alcançar um resultado pertinente e que contribua para esclarecer a problemática em questão. A investigação científica, como alegam Ketele e Roegiers é “um processo sistemático e intencionalmente orientado e ajustado tendo em vista inovar ou aumentar o conhecimento num dado domínio” (KATELE & ROGIERS, 1993).

Ancorada nesta ideia, buscou-se o método qualitativo, no sentido de possibilitar uma melhor análise e interpretação dos dados, obtidos por uma profunda análise documental.

1.8.1. Instrumentos qualitativos

A produção desta investigação científica baseou-se numa perspetiva teórica e num estudo exploratório, características do método qualitativo, possibilitando que a pesquisa pudesse de forma consistente, adequar os instrumentos de medida à realidade que se pretende conhecer. Para Gil (1999), o produto final deste processo é um problema mais clarificado, mediante melhores procedimentos sistematizados e rigorosos para a investigação (GIL, 1999).

Em conformidade com o que acontece na maioria das pesquisas exploratórias, a nossa investigação assume a forma de uma pesquisa bibliográfica, que “... é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1999), o que possibilitou a busca de dados para construir uma base teórica necessária ao desenvolvimento da investigação científica ou da pesquisa. Assim exploraram-se diversos

documentos (livros, artigos científicos e artigos na internet), que ao longo da fundamentação teórica são introduzidos.

1.9. Estrutura do trabalho

O trabalho estrutura-se em duas partes: a primeira expõe a fundamentação teórica, pois nela se patenteiam os conceitos, tentando enquadrar-se teoricamente em análise, por forma a compreender o processo do desenvolvimento turístico patrimonial através do planeamento.

Esta parte encontra-se dividida em quatro capítulos. Neste se efetua uma breve abordagem teórico/conceitual de turismo, património, desenvolvimento e planeamento. Desde as suas origens, estruturas e objetivos.

A segunda parte do trabalho encontra-se fragmentada em dois dos capítulos supracitados capítulos 2 e 3, turismo e património, onde é feita uma análise do estado em que estes se encontram em Portugal, e à sua perceção, face aos objetivos delineados para o planeamento nacional.

A terceira parte do trabalho, capítulo 6, é dedicada ao apresentação do modelo empírico de planeamento, conforme a interpretação e a análise dos dados, na qual, de forma rigorosa, através dos dados da literatura recolhidos, um modelo generalizado no tempo e no espaço. E comparação com os planos nacionais em vigor.

1.9.1. Capítulo 1

A presente pesquisa está organizada em seis capítulos.

1.9.2. Capítulo 2

Neste capítulo começa-se por clarificar alguns dos conceitos do turismo: o que se entende por turismo, por turista, a sua origem, evolução e o sistema de desenvolvimento, por recursos e produtos, o turismo cultural e patrimonial enquadrados com o tema a desenvolver.

Depois de uma breve introdução ao turismo, desenvolve-se então o turismo cultural, com uma definição mais objetiva, quais os turistas que praticam e a motivação para praticar este turismo. Apresenta-se também quais os possíveis recursos culturais para a elaboração de um produto final a ser apresentado ao turista segundo a análise do mercado procura e oferta desta atividade.

Por fim apresenta-se sectores e oportunidades através na relação do turismo e economia em Portugal. As perspetivas e evolução do turismo em relação com o Plano Estratégico Nacional de

Turismo de 2007 e o de horizonte 2013-2015, para um país que apresenta um vasto leque de diversidade a nível turístico.

1.9.3. Capítulo 3

Neste capítulo, é apresentado a evolução do património desde os conceitos básicos até à atualidade. A caracterização dos monumentos como parte do património material, encontrando-se ligados ao passado e que a perda destes implica danos irreparáveis. A contextualização de tecidos do património, em que não é só um elemento, mas todo um coletivo de elementos considerados como testemunho histórico, ao qual devemos proceder a planos de preservação. Normas internacionais para a salvaguarda e conservação do património, desde as suas origens e evolução destas Cartas.

Apresenta-se ainda o património urbano esquecido em Portugal. A salvaguarda do património urbano no quadro jurídico e os procedimentos jurídicos nas mais recentes abordagens de reabilitação urbana.

1.9.4. Capítulo 4

No seguimento da metodologia adotada apresenta-se uma breve definição da complexa área e multidimensional que é o desenvolvimento e a sua relação com o turismo. Após os atentados de 11 de setembro em 2001, que teve grande impacto a nível mundial no desenvolvimento turístico, é numerado fatores que influenciaram a motivação do turista para viajar para países em crise, e analisado segundo a escala de DESTON, para avaliar o seu impacto e os passos a seguir para restaurar a confiança nos mercados.

Apresenta-se ainda os impactos negativos e positivos pelo desenvolvimento do turismo do património sobre o qual devem ser previstos no planeamento desta atividade.

1.9.5. Capítulo 5

Para elaborar um plano integrado, é necessário compreender primeiro o ciclo de vida do turismo, com base no produto, que após o desenvolvimento e consolidação, este estagna, da qual rejuvenesce ou declina. Neste contexto, surge a natureza de planear e a necessidade de planear que foi aumentando ao longo dos anos, devido ao crescimento social, económico, ambiental e político. Assim recorrendo ao planeamento integrado em turismo, às potencialidades do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, quer a nível internacional, nacional e local de modo a englobar todas os envolvidos neste processo.

1.9.6. Capítulo 6

Apresenta-se o modelo empírico para o planeamento turístico, em concordância com um vasto leque de autores, no intuito de interligar os conceitos de Património, Turismo e Desenvolvimento através do constante planeamento. Apresenta-se comentários na comparação do modelo proposto com os atuais modelos de planeamento em vigor em Portugal.

2. Turismo

2.1. Introdução

O turismo assume, atualmente, uma relevância incontestável na economia portuguesa e na economia mundial, estando ao mesmo nível em termos de dimensão e receitas, das atividades económicas mais importantes (Indústria Petrolífera, automóvel, etc.). O turismo é assim o “somatório dos fenómenos e relações que surgem da interação dos turistas, empresas, governos e comunidades receptoras no processo de atração e receção destes turistas e de outros visitantes” (MCINTOSH, GOELDNER, & RITCHIE, 1995).

Porém o turismo, para além de ser um forte impulsionador da economia, não se limita a esta única dimensão, tendo interação com o ambiente, o património natural e construído, a população e o território (MCINTOSH, GOELDNER, & RITCHIE, 1995).

2.2. Definições de Turismo

Turismo - movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades (MATHIESON & WALL, 1993), ou atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares distintos do seu contexto habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com as finalidades de lazer, negócio e outras (EDGELL, ALLEN, SMITH, & SWANSON, 2008).

Visitante - é toda a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de exercer uma profissão remunerada (EDGELL, ALLEN, SMITH, & SWANSON, 2008). Esta definição engloba duas classes de visitantes, (Figura 1):

Turista - é o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas

Visitante/Excursionista - é o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da residência habitual (incluindo os viajantes de cruzeiros)

É ainda importante salientar que nem todo o visitante é turista, devido à necessidade de satisfazer os critérios baseados na duração da estadia, na sua origem espacial e no principal motivo da viagem (BEATO, 2008).



Figura 1: Síntese da Classificação dos Visitantes/turistas, adaptado de Chadwick, 1987, Law, 2002 (BEATO, 2008)

2.2.1. Turista segundo a duração

Um dos conceitos a ter em consideração é o tempo de permanência no destino, segundo a ONU/OMT (1993), de modo a que é considerado um turista o visitante que permanece no local de destino pelo mais de 24 horas, pernoitando num estabelecimento de alojamento privado ou alojamento coletivo, e cujo motivo da viagem pode ser de lazer/férias, estudo, saúde, religião, desporto, prazer, negócios, razões familiares, missões ou reuniões desde que não vise a obtenção de lucro; é considerado visitante todo o que permanece no local de destino menos de 24 horas onde não chega a pernoitar, vulgo excursionistas (BEATO, 2008).

No círculo académico, a definição de turista corresponde à definição de visitante adaptada pela OMT, como sendo aquela que colmata as lacunas presentes na versão de “Turista” da OMT, ao englobar os excursionistas (BEATO, 2008).

A nível académico são incluídos na definição de visitantes, todos os visitantes provenientes de cruzeiros e permanecem no local pelo menos 24 horas, que não seriam considerados turista pela definição da OMT, e que por vezes apresentam elevada importância devido ao seu volume, ou do ponto de vista de Page (2003), pelos dividendos que circulam nas economias dos locais visitados (BEATO, 2008).

2.2.2. Turista segundo a sua origem espacial

Pelas classificações adotadas pelo OMT e pelo Eurastat, segundo estes a origem dos turistas, apresentando-se diferentes tipos de turismo (BEATO, 2008):

- Turismo doméstico ou interno - todo o turista que se desloca dentro do seu próprio país com o propósito de turismo, independentemente da sua nacionalidade;
- Turismo internacional - todo o turista que se movimenta do seu país de residência habitual para um país que não é a sua residência habitual.

2.2.3. Turista segundo o motivo principal da viagem

Por fim, o motivo principal da viagem, podem ser variados ou simplesmente um, e nem todos os propósitos para viajar podem justificar a sua inclusão como turista, são os casos das viagens por parte do pessoal milita no ativo, as viagens do corpo diplomático entre países ou as deslocamentos de refugiado (BEATO, 2008).

As motivações que levam as pessoas a viajar são variadas e multiplicas. Um indivíduo que se desloque numa viagem de negócios ou profissional pode aproveitar tal deslocação para assistir a um festival música, ou apreciar os monumentos existentes no local, ou exclusivamente as paisagens (BEATO, 2008).

Segundo Foster, (Figura 2) os principais fatores motivadores que provocaram a rápida expansão do turismo a partir dos anos 50 (FOSTER & DENNIS, 1992):

<p><u>Recreação/prazer:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descanso - para fugir à rotina diária 2. Para um tempo agradável 3. Para conseguir uma experiência aventureira ou romântica <p><u>Cultural e educativo:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Para ver outros países - o povo e a cultura 2. Para ver locais de interesse especial - locais, museus, galerias de arte, etc. 3. Para visitar locais em que têm lugar acontecimentos actuais 4. Para assistir a acontecimentos especiais incluindo concertos, exposições 5. Para aprender mais sobre os passatempos favoritos e outros interesses pessoais <p><u>Étnico:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Para visitar o país de origem da família 2. Para ver lugares visitados por parentes ou amigos 3. Para ver culturas/costumes invulgares ou bizarros em regiões remotas <p><u>Diversos:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acontecimentos desportivos 2. Mudança de tempo ou de clima 3. Aventura 4. Sociológicos - conhecer outras partes do mundo 5. Viagem de negócios/conferências/congressos <p><small>Fonte: Foster (1992)</small></p>
--

Figura 2: Fatores de motivação para turismo segundo Foster (FOSTER & DENNIS, 1992)

Podemos distinguir vários tipos de turismo, cuja denominação corresponde à motivação principal do turista (BEATO, 2008):

Turismo de recreio - o que oferece um maior leque de propostas, visto que as mesmas irão ao encontro das vastas motivações de quem o pratica.

Turismo cultural - com motivações mais sofisticadas, praticado por pessoas com um grau de exigência mais elevado, procuram locais de grande manifestação cultural e antigas civilizações.

Turismo de saúde/turismo de repouso - procura centros afamados no campo da medicina e de ambientes propícios ao relaxamento.

Turismo étnico - viagens realizadas por residentes e seus descendentes na estrangeiro ao país de origem.

Turismo desportivos - viagens realizadas no intuito de praticar um determinado desporto, ou simplesmente assistir a eventos desportivos.

Turismo de negócios - viagens realizadas pelos quadros superiores das empresas, para participarem em reuniões, congressos, seminários etc.

Turismo político - assemelha-se ao turismo de negócios, mas com a particularidade de exigência mais elevada na sua organização, devido a protocolos de segurança.

Turismo religioso - viagens realizadas para assistir a eventos religiosos e a peregrinações, e que devido ao vasto número de visitantes no local assume uma grande importância devido à magnitude dos serviços que utilizam.

2.3. Turismo como um sistema

A análise sistémica remota a sua origem nos anos trinta, mas ao longo dos tempos têm-na adotado áreas como a biologia, a eletrónica, a robótica ou o planeamento urbano. Este conceito, na sua definição mais simplista, assume, um sistema é um conjunto de entidades, de elementos, de variáveis, com características próprias que advêm de relações (causais, um elemento e a causa de outro; paralelas, dois elementos sofrem alterações de outro; feedback, um elemento auto afeta-se), relações estas que estabelecidas com outros sistemas formam num conjunto uma estrutura singular, que na sua fase mais desenvolvida, está em equilíbrio consigo e com o ambiente que o rodeia. Segundo um vasto leque de autores, como Page (2002), Law e Veal (2003), Weaver e Lawton (2006), tudo está interligado tal qual uma teia onde uma vibração afastada do centro pode ter efeitos noutras áreas muito distantes do ponto onde esta ocorreu (BEATO, 2008).

Dos diferentes estudos de turismo, dependendo dos temas tratados, tem surgido vários tipos de modelos de sistemas. A proposta a nível geográfico por Leiper (1990), (Figura 3), sendo considerada uma das mais simples, onde o autor propõe um modelo onde identifica os principais fluxos através de três regiões diferentes por ele identificadas, sendo estas: região que gera as viagens, onde estas começam e terminam; região de destino, a direção para onde os turistas se deslocam; e a região de transição, o percurso que o turista deve atravessar para chegar ao destino; ilustra uma indústria turística disseminada por todo o sistema por aqueles que fornecem bens e serviços diretamente ao turista; e o meio envolvente com o qual estabelece ligação. Deste modo, o turista, ao deslocar-se para a região escolhida, provoca na região de destino os impactos quer positivos ou negativos devido a este sair da sua região de origem, ao passar pela região de transição para chegar ao seu destino (BEATO, 2008).

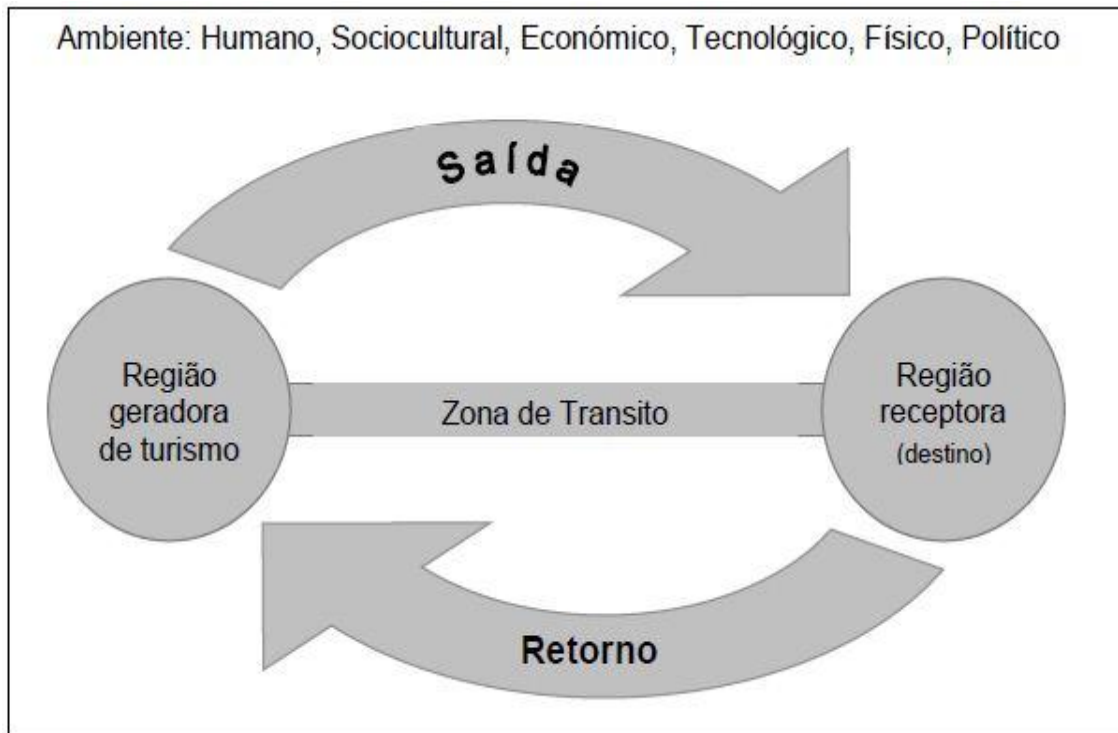


Figura 3: O turismo como um sistema segundo Leiper (1990, 2004) (BEATO, 2008)

No exemplo anterior, o sistema apresenta uma estrutura dinâmica entre a origem e o destino com uma infinita troca de fluxos e energia, provocando não só o fluxo de turista, como constantes modificações nas áreas através de abertura e fecho serviços na região de destino, desenvolvendo novas tecnologias que vão sendo integradas em diferentes regiões. Como contemplam, Cooper *et al* (2005), Weaver e Lawton (2006), cada fração de um sistema é ela própria um sistema ou um conjunto de sistemas a ser estudado, exemplo disso é o estudo das atrações e serviços utilizados pelos turistas, do seu marketing, da sua promoção, do tipo de governo e de políticas para o turismo (BEATO, 2008).

Já Chadwick (1994), nomeia uma definição similar mas em contextos económicos, também com três conceitos: um movimento de pessoas, o outro como sector da economia ou indústria; e por fim, um sistema de interação alargada entre pessoas e suas necessidades e o deleite de diferentes serviços (BEATO, 2008).

Existem ainda os modelos de sistemas apresentados por Murphy (1985), Hall (2000), Gunn (2002) ou Stynes (2004), onde o produto é consumido no local onde é criado, ou seja o consumidor vai ao encontro do produto e não o contrário. Estes falam essencialmente de questões de oferta e procura de recursos para o turismo, onde organizações ou indústrias exploram e transformam o produto para diferentes mercados, de modo que a importância da experiência turística será o produto da indústria do turismo com características especiais (BEATO, 2008).

2.4. Recursos/Produtos turísticos

A atividade turística baseia-se na existência de recursos, independente da sua natureza (naturais, culturais, artísticos, históricos, entre outros), (Tabela 1), estes quando se apresentam acessíveis, provocam a deslocação de pessoas de modo a satisfazer as suas necessidades, convertendo-se atração turística em resultado do fluxo dessa deslocação (BEATO, 2008).

Tabela 1: Inventário genérico das principais atrações turísticas a partir de Weaver e Lawton (2006) (BEATO, 2008)

Categoria			Acontecimento
Natural	Geomorfológicos e Litológicos: montanhas, vales profundos, praias, vulcões, grutas, vestígios fosseis, rochas e minerais.	Áreas protegidas	Erupções vulcânicas
	Clima: temperatura, horas de exposição solar, precipitação, ventos, humidade.	Zonas de pedestrianismo	Observações da vida selvagem
	Hidrologia: lagos, rios, quedos de água, fontes termais, géisers, mares, rápidos	Vias panorâmicas	Caminhadas, escalada.
	Vida Selvagem: mamíferos, insetos, aves, peixes.	Miradouros	Descida de rápidos,
	Vegetação: florestas, flora.	Parques naturais	desportos radicais.
	Localização: central, afastada.	Jardins botânicos	Migrações de animais
		SPA	

Tabela 2: Inventário genérico das principais atrações turísticas a partir de Weaver e Lawton (2006) (BEATO, 2008), continuação

Categoria		Acontecimento
Cultural	Pré-histórica: grutas, pinturas, artefactos pré-históricos.	Reprodução de batalhas, de
	Histórico: lugares de batalhas, edifícios e sítios históricos, museus, monumentos, gravuras, estátuas, Igrejas, Santuários.	acontecimentos históricos, comemorações
	Etnográficos: cantares, danças e folclores, artesanato.	Festivais de
	Cultura contemporânea: arquitetura, tecnologia, parques temáticos, bairros étnicos; heróis e celebridades locais.	música, teatro, dança.
	Economia: quintas, minas, fábricas.	Feiras de artesanato, de gastronomia
	Recreio: “resorts”, campos de golfe, pistas de esqui e demais desportos de inverno, parques temáticos, complexos desportivos, casinos.	Acontecimentos desportivos
	Comércio: grandes centros comerciais, grandes feiras, grandes exposições.	Mercados, exposições

Dois dos conceitos distinguidos pela OMT são: património turístico e recurso turístico. O património turístico é formado por todos os bens materiais e imateriais, que após determinados processos de transformação possam ser usufruídos para satisfazer as necessidades dos visitantes, enquanto o recurso é todo o bem e serviços que após a intervenção humana é possível praticar a atividade turística de modo a satisfazer as necessidades da procura. A existência de recursos origina a visita de não residentes, do ponto de vista dos autores Seydoux e Swarbroke (2002), por si só não garantem a sua permanência no local se não existir mais nada que os complete de modo a convertê-lo num produto (BEATO, 2008).

A existência de recursos locais como sendo fatores de atração turística, efetivamente, justificam a construção e manutenção de equipamentos, infraestruturas e unidades de alojamento que possibilitem a estadia no local, devido a fatores característicos do local de destino sejam impossíveis de deslocar-se nem reproduzir-se ou serem passíveis de armazenamento. Este tipo de recursos apenas podem ser consumidos localmente devido ao fator de unicidade do recurso, no qual é impossível move-lo, enquanto outros tipos de bens, o ato de consumo e produção não estão intrinsecamente ligados, podendo separá-los, de modos

que apenas há produção quando há consumo, e muitos são intangíveis devido a só poderem ser observados e testados após o consumo (BEATO, 2008).

Na global, todos estes fatores contribuem para converter determinados locais em destinos turísticos, desde que esteja subentendido como um espaço a que o visitante se desloca e esteja equipado com a seguinte composição (BEATO, 2008):

- Recursos turísticos - de modo que atraem os visitantes;
- Acessibilidades e meios de transporte e respetivos serviços - permitir não só o acesso aos recursos como facultar a deslocação do visitante;
- Infraestruturas e equipamentos comuns a residentes e visitantes - e todas as facilidades necessárias para manter, alojar e ocupar os tempos livres dos turistas e residentes;
- Manifestação de cultura e acolhimento - manifestação culturais, do espírito, as atitudes e os comportamentos existentes por parte da população local em relação aos forasteiros;
- Elementos intangíveis - como a atmosfera, o ambiente do local.

Todos estes elementos contribuem para o fim último do turismo, que é facultar uma experiência com qualidade que provoque a satisfação da curiosidade, do gosto, das aspirações do visitante, adotado por Kotler et al. (1998), OMT, Seydoux e Swarbrooke (2002), Page (2003) e Cunha (2006) (BEATO, 2008).

Esta designação de produto influenciou todos os setores da economia atingindo áreas como o turismo ou a banca, cuja produção é intangível ou imaterial. Depois disto, alguns elementos são integrados num aglomerado chamado produto turístico, que tem como objetivo moldar as necessidades concretas, objetivas e subjetivas dos consumidores turísticos, centrado no destino, com uma atividade específica. Um produto turístico é visto como um composto de elementos tangíveis e intangíveis (a título de exemplo, como, objetos físicos, personalidades, serviços, lugares, organizações ou ideias), que ao se apresentarem no mercado, origina as deslocações dos visitantes, gerando assim uma procura; Eurostat (2003); Cunha (2006). Combina um conjunto de elementos como: as atrações, as várias infraestruturas, os vários tipos de alojamento, os elementos intangíveis, o turista adquire uma combinação entre uma vasta gama de hipóteses de possíveis conjugações dos elementos, Weaver e Lewton (2006) (BEATO, 2008).

Na opinião de Selby (2004), e Cunha (2006), o produto turístico está sempre dependente de fatores como os recursos existentes no destino, da estratégia e da imaginação adotada para o desenvolvimento do produto: não é possível desenvolver um produto com base no mar no interior do país, mas é possível encontrar um parque temático em qualquer região ou museu, apenas é necessário aplicar uma estratégia que conduza a tal (BEATO, 2008).

Para alguns autores como Haal (2000) e Stock (2003), deve-se evitar ficar refém de exclusivamente um recurso, que em caso de diminuição da procura, que pode afetar gravemente a economia local, estes devem fazer coexistir vários produtos diferentes, os mais comuns são: o sol e praia; o turismo cultural; o turismo desportivo; o turismo de negócios; o turismo no espaço rural; o turismo de aventura; o turismo religioso; o turismo de saúde, o turismo de cruzeiros; o turismo cinegético; o golf; o enoturismo; o ecoturismo; o turismo de compras; o turismo de jogo; entre outras (BEATO, 2008).

2.5. Turismo Cultural e Patrimonial

Ao longo dos anos a História e a Cultura têm estado presentes na motivações dos turista, no século XVII, estes já eram dois fatores que levavam jovens aristocratas a efetuar viagens, para centros intelectuais e artísticos da Europa, viagem esta designada de “*Grand Tour*” (GOUVEIA & DUARTE, 2001).

Foi neste século que ouve a exaltação dos valores clássicos da cultura através das viagens, já no século XIX, a motivação prendia-se essencialmente com os ideais nacionalistas de procurar na viagem as raízes e a identidade. Ainda segundo Roldán (1990), o principal fator de diferenciador era o típico ou o autêntico e, aliado ao já existente, o turismo foi o principal aliado dos filósofos, escritores, poetas e pensadores que numa experiência pessoal, viajavam de forma a viver a história em cenários reais (VIEIRA, 2006).

Atualmente, Agustí (2003) assume, o Turismo Cultural se perfilhar nalgumas das motivações dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, esta não constitui uma aventura romântica com o interesse científico, deixando de ser um fenómeno isolado e realizado por uma minoria, para se converter numa oferta do sistema turístico massificado a nível global (VIEIRA, 2006).

O Plano Nacional de Turismo, elaborado em 1985, já referenciava o Turismo Cultural como um segmento onde é necessário intervir, de forma a diversificar a oferta, de modo a responder às novas exigências da procura (VIEIRA, 2006). O atual Plano Nacional Estratégico do Turismo, PENT horizonte 2013-2015, revisão do PENT 2007, assume como objetivo a necessidade de se adaptar ao período de instabilidade financeira e crescimento económico moderado da economia europeia, a principal emissora de turistas para Portugal (Plano Estratégico Nacional para o Turismo Horizonte 2013-2015, 2012).

2.6. Definição de Turismo Cultural

A OMT em 1985 propõe duas definições de Turismo Cultural, uma ampla e outra mais restrita. A mais ampla define a cultural toda a viagem que, pela sua natureza, satisfaz a necessidade de diversidade e de ampliação dos conhecimentos, que o humano aclama. A mais restrita, compreende a viagem por motivos unicamente culturais ou educativos (OMT, 1985).

Já o na Carta Internacional de Turismo Cultural, em 1999, define Turismo Cultural como uma forma de viajar, em que entre outros objetivos o principal, é a descoberta de monumentos e lugares. Esta modalidade de turismo justifica os esforços de proteção, conservação e manutenção de modo a atender aos benefícios económicos e socioculturais produzidos para toda a população envolvida. A Carta refere também que, independente da amplitude e dos benefícios, o Turismo Cultural deverá ter em consideração os potenciais efeitos negativos e destrutivos, devido à massificação do turismo cultural em trono destes (Carta Internacional de Turismo Cultural, 1999).

De acordo com a definição dada pela *European Association for Tourism and Leisure Education* (ATLAS), o Turismo Cultural é o movimento de pessoas para as atrações culturais fora do seu local de residência habitual do com a intenção de reunir novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais, adotado por Richards e Bonink (1995) (BEATO, 2008).

Richards mais tarde, 2000, considera que o Turismo Cultural já não é só o consumo dos produtos do passado, como também da cultura contemporânea, o modo de vida de um povo ou região (BEATO, 2008).

2.6.1. O turismo e as motivações culturais

T. Silberberg (1995), num estudo realizado aos visitantes do Museu de Ontário, no Canada, diferenciou quatro graus de interesse que classificam o Turismo Cultural, (Figura 4) naquela região canadiana, ao analisar a motivação dos visitantes.

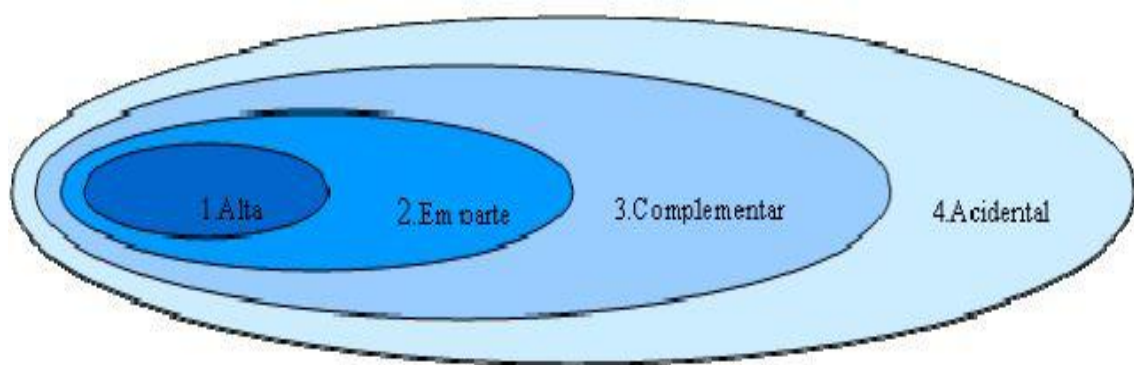


Figura 4: Divisão dos Turistas Culturais Proposta por Silberberg (1995) (VIEIRA, 2006)

T. Silberberg clarificou o seu estudo do seguinte modo (VIEIRA, 2006):

- No centro do anel - estão as pessoas altamente motivadas, estão incluídos todos os que têm como objetivo ao viajar para uma cidade histórica: a cultura, os museus, lugares

históricos e a própria oferta cultural permanente. Representados por 5% dos visitantes na província e 15% forasteiros,

- O segundo anel - corresponde às pessoas motivadas quer em parte pela Cultura da cidade para onde viajam e todas as atrações nesse âmbito, quer por outros motivos. Corresponde a 15% do mercado doméstico e 30% do mercado externo,

- O terceiro anel - engloba as pessoas que têm outro motivo principal de deslocação, mas a quem a cultura representa um complemento. Este nível corresponde a 20% de ambos os mercados,

- O anel exterior - inclui as pessoas que não estão motivadas para assistir ou visitar atrações, também chamados de turistas acidentais culturais, mas que uma vez no destino, se veem envolvidos por esta. Corresponde de igual modo a 20%,

- Fora do anel - pessoas sobre nenhuma circunstância desejam visitar as atrações culturais. Este mercado é representado por 40% do mercado doméstico e 15% do mercado externo.

Richards, atendendo às motivações dos turistas estabelece a diferença entre turistas culturais, gerais e específicos; onde os primeiros atribuem menos importância aos aspetos de ordem cultural; já os outros viajam propositalmente pelas atrações culturais, sendo estas importantes ou muito importantes, enquanto motivação para a escolha do destino (RICHARDS G. , 1996).

2.6.2. Recursos Culturais

Em 1993, R. Prentice, (Tabela 2), entre várias classificações de recursos culturais, estabeleceu uma classificação detalhada de tipos de património que motivam a procura turística (VIEIRA, 2006):

Tabela 3: Classificação dos Recursos Culturais Segundo Prentice (1993), (VIEIRA, 2006)

1) Atrações baseadas na ciência: museus científicos, centros tecnológicos;
2) Atrações relacionadas com o sector primário: adegas, minas, depósitos de água, etc;
3) Centros artesanais baseados em produtos manuais;
4) Atrações relacionadas com o sector industrial, baseadas em produções em massas;
5) Atrações relacionadas com o transporte: comboios turísticos, aeródromos, veículos a motor;
6) Atrações sócio/culturais: sítios pré-históricos e históricos, museus tradicionais;
7) Atrações associadas a personagens históricas, incluindo lugares ligados a escritores e pintores;
8) Atrações relacionadas com representações artísticas;
9) Jardins e similares;
10) Parques temáticos ligados à cultura;
11) Galerias de Arte;
12) Festivais, espectáculos, feiras históricas;
13) Palácios casas de campo e similares;
14) Atrações religiosas: catedrais, igrejas, abadias;
15) Atrações Militares: castelos, campos de batalha, museus da história militar;
16) Monumentos associados ao genocídio e assassinatos massivos da população;
17) Cidades e paisagens urbanas;
18) Vilas e aldeias, locais rurais com arquitectura anterior ao século XX;
19) Zonas Rurais e Paisagens Protegidas incluindo Parques Nacionais;
20) Cidades costeiras e paisagens marítimas;
21) Regiões e outras áreas históricas ou geográficas identificadas de forma singular pelos seus residentes e /ou visitantes.

Fonte: Prentice (1993, 39-40)

Por sua vez Inskip entende que as atrações culturais se baseiam em atividades humanas. Nesta linha de pensamento divide-as nos seguintes tipos principais: sítios arqueológicos, históricos e culturais; padrões culturais distintos, como tradições e modos de vida; arte e artesanato; atividades económicas interessantes; áreas urbanas interessantes; museus e outros equipamentos culturais; festivais culturais; hospitalidade dos residentes (INSKEEP, 1991).

2.6.3. A cidade turística-histórica como um produto turístico cultural

A atratividade de uma cidade histórica para turistas depende não só da oferta cultural que possui, mas também na prestação de serviços urbanos adicionais e facilidades de transporte, juntamente com o qual forma um produto turístico completo, (Figura 5). Com base na definição elementar do produto turístico como um complemento das atrações, as acomodações, o transporte, o produto turístico cultural oferecida pela cidade turística-histórica pode ser definida como uma composição de (RICHARDS & MUNSTRES, 2010):

- O produto principal, sendo a oferta do turismo cultural (monumentos, padrões de rua, museus, galerias de arte, teatros, cinemas, rotas, eventos culturais, a cultura local) e os serviços turísticos culturais específicos relacionados, tais como informação e educação;
- O produto adicional, sendo os elementos de produtos do turismo em geral e os serviços turísticos relacionados consistem em:
 - Equipamentos gerais e serviços turísticos;
 - Organizações turísticas e intermediários viagem: gabinetes de informação turística, associações de turismo, agências de viagens, operadores turísticos;
 - Fornecedores de alojamento: hotéis, parques de campismo;
 - Indústria da restauração: restaurantes, cafés e bares;
 - Negócio de varejo: (*souvenirs*) lojas, mercados ao ar livre, bancos;
 - Infraestrutura de transporte:
 - Acessibilidade, sinalização, estacionamento;
 - Transportadores urbanos públicos e privados: empresas de táxi, serviço de autocarros da cidade, metro

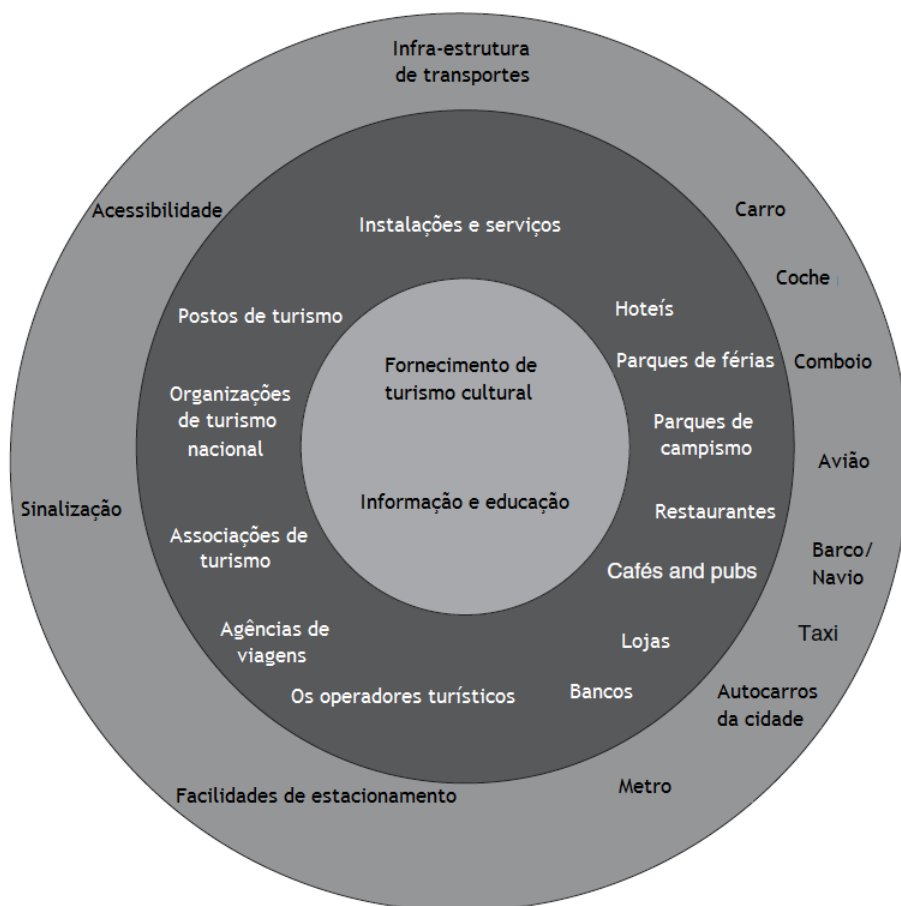


Figura 5: A cidade turística-histórica como um produto turístico cultural (RICHARDS & MUNSTRES, 2010)

Dentro dos três principais componentes do produto turístico cultural, todos os tipos de prestadores de serviços urbanos assegurar a entrega dos elementos de produto ou serviço para o consumidor, ou seja, o turismo cultural. A área do produto turístico cultural em que o prestador está ativo, determina o tipo de prestador de serviços. Assim, podemos distinguir entre (RICHARDS & MUNSTRES, 2010):

- O produto principal: os serviços turísticos culturais específicos relacionados com as atrações culturais e prestadas, por exemplo, guias da cidade, guias de museu ou curadores de museus;
- O produto adicional: os serviços turísticos em geral relacionados com as infraestruturas turísticas em geral e das infraestruturas de transporte e prestados, por exemplo, os funcionários do escritório de turismo, rececionistas de hotéis, garçons, balconistas, motoristas de ônibus ou policiais.

2.6.4. O Produto Património e sua funcionalidade

Vaquero em vez de catalogar o recurso atribuí funcionalidades ao património e a sua potencialidade, segundo a seguinte divisão (VAQUERO, 2002):

- a) Património de funcionalidade turística primária - corresponde ao património musealizado e abrangendo quer os edifícios quer as coleções, e onde os únicos limites para a visita pública obedece parâmetros de conservação.
- b) Património de funcionalidade turística secundária - corresponde à visita que esta condicionada pelo funcionamento das funções para que foram criadas. São os casos do património eclesiástico e os classificados tanto privados ou estatais.
- c) Património de funcionalidade turística accidental. O tipo de uso impede, salvo raras exceções, a visita pública de carácter geral. Em consequência, a seu deleite por parte dos visitantes, limita-se à sua componente externa e à leitura histórica do espaço onde estão integrados.

Segundo o autor, a adequação do património para a visita do turista é uma cláusula necessária para o converter em recurso turístico, mas este fator por em si não é suficiente. Portanto, o autor assume, a necessidade de associação temática entre elemento patrimonial e a identidade turística, singularidade e exotismo, monumentalidade/imponência, localização em áreas centrais do ponto de vista da oferta patrimonial, eventos e festa associados ao património (VAQUERO, 2002).

2.6.5. A procura

Uma das fases mais importantes no processo de planeamento é a da análise da procura. Criar o perfil do turista interessado no consumo do património é bastante difícil. Contudo, em termos gerais, estes turistas são de um grau elevado de instrução, maior experiência de viagens, maior sensibilidade/exigência no que diz respeito à qualidade dos serviços turísticos, e particular consciência sobre as problemáticas ambientais e sócio culturais. Por fim, os turistas interessados no património viajam durante as épocas turísticas baixas (CARBONE, 2006).

A análise da procura subentende o conceito de motivação: este conceito é particularmente difícil de representa de forma esquemática (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998), com dificuldades acrescidas no que refere à explicação do conceito de motivações no âmbito do turismo cultural e do património (ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000).

Contudo, o conceito de motivação em turismo inclui resumidamente (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998) :

1. A ideia de que as viagens estão inicialmente relacionadas com necessidades que alimentam um desejo, o da viagem;
2. A motivação é baseada em aspetos sociológicos ou psicológicos de normas, atitudes, cultura e percepção adquiridas, levando a forma de motivação específica de cada pessoa;
3. A imagem do destino, criada através de vários canais de comunicação influencia a motivação e, posteriormente, influenciará a tomada de decisão no que diz respeito à escolha do destino a visitar.

Definido de forma resumida o campo das motivações que leva à procura turística em geral, de acordo com as características atuais da procura no que diz respeito ao turismo cultural e do património, e as tipologias dos potenciais consumidores das atrações diretamente ligadas aos recursos culturais duma área destino. Embora seja tarefa particularmente árdua definir o perfil do turista interessado no património, pois este procura ao mesmo tempo um vasto leque de ofertas no destino para satisfazer diferentes necessidades: desde a aprendizagem à aventura; desde o lazer ao descanso. Em alguns casos as atividades procuradas podem ser praticadas durante o ano todo, enquanto outras têm caráter sazonal; umas podem ser concluídas em poucas horas, enquanto outras podem durar um, dois ou mais dias (CARBONE, 2006).

Contudo, e de acordo com um estudo da Comissão Europeia (European Commission, 2002), existem para todos os tipos de turistas interessados para o património, as seguintes motivações comuns:

- Bem-estar físico e saúde;
- Descoberta, estímulos intelectuais e instrução;
- Apreciação de locais naturais incontaminados e de paisagens;
- Contacto com pessoas oriundas de culturas diferentes, mas num contexto mais íntimo, pessoal e autêntico contrariamente àquele que um turismo de massa pode proporcionar;
- Aventura e emoções.

De acordo com Ashworth e Tunbridge os turistas demonstraram nos últimos anos um interesse crescente em consumir os recursos patrimoniais (ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000). A tendência para uma atenção pública cada vez maior em relação às diferenças étnicas e culturais manifesta-se de facto numa procura crescente de produtos turísticos que ofereçam autenticidade cultural (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPHERD, & WANHILL, 1998): o turista que procura destinos culturais fá-lo pelo carácter simbólico das imagens e objetos do passado que lhe são oferecidos e que representam um mundo definitivamente perdido e irrepetível (LEASK & YEOMAN, 1999).

A análise das motivações que levam à procura turística geral, leva-nos a sustentar mais uma teoria que justifique a tendência para o crescimento da procura no turismo cultural em particular: destinos com potencial turístico fortemente ligado ao património cultural satisfazem a maioria das motivações/necessidades do turista. A necessidade de entrar em contacto com realidades culturais únicas é totalmente satisfeita pela possibilidade de, através da valorização do património, contar histórias realísticas sobre as origens de uma cultura; também o carácter de descanso e o lazer que caracterizam desde sempre a atividade turística, perfeitamente compatíveis com as motivações culturais que levam o turista ao deleite do património cultural (BINKS, DYKE, & DAGNALL, 1988).

A título de exemplo, veja-se como as quatro categorias de motivações nomeadamente as físicas, culturais, interpessoais e de “*status*”, são perfeitamente satisfeitas pela atividade turística em destinos, onde atrações culturais têm particular destaque (MCINTOSH, GOELDNER, & RITCHIE, 1995).

Veja-se, ainda, como todas as classes de turistas são potências consumidoras de turismo ligado ao património, embora com abordagens e atitudes diferentes no processo de tomada de decisão assim como na vivência na área-destino escolhida: o turista de grupos organizados, o turista de pacotes turísticos individuais, o explorador e o turista autónomo (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Em geral, os turistas são cada vez mais responsáveis e exigentes, preferindo as formas de turismo que dão ênfase ao contacto e à compreensão entre visitantes e a população local, entre turista e património (DOWLING, 1997), mas isto requer por parte dos administradores e gestores dos recursos e do desenvolvimento formas particulares de cuidado no processo de planeamento e gestão (LEASK & YEOMAN, 1999).

De acordo com a análise dos autores aqui representados, afirmam que qualquer turista pode-se tornar consumidor de produtos culturais, embora nem sempre intencionalmente, isto é, tendo como principal motivação da viagem a visita a lugares de valor patrimonial (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998) (RICHARDS G. , 1996) e que a tendência atual no que refere à procura no âmbito específico do turismo cultural e do património resulta em forte crescimento, ao ponto de tornar difícil, às vezes, a própria gestão de fluxos turísticos em determinadas áreas, exigindo-se limitações ao deleite das atrações culturais e até tornando complexa em determinadas localidades a distinção entre turismo de massa e turismo cultural (ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000).

2.6.6. A oferta

A oferta, enquanto quantidade de bens e serviços que podem ser apresentados no mercado a um dado preço, é a variável característica de qualquer setor económico e por conseguinte

também o é do turismo. Mas o que representa a oferta no setor do turismo, mais especificamente, no turismo do património? (HENRIQUES, 2003).

Como já referimos anteriormente, os recursos ambientais e culturais (materiais e imateriais) representam a matéria-prima da indústria turística. A oferta turística engloba tudo aquilo que o local de destino tem para oferecer aos seus turistas atuais e potenciais. Temos portanto que ter bem claro, mesmo no que diz respeito ao turismo cultural/património, o carácter compósito da oferta turística (HENRIQUES, 2003).

Não podemos confundir os termos “atração turística” e “produto turístico”. O produto turístico cultural tem de integrar componentes como as atrações, neste caso os recursos culturais, mas também os transporte, alojamentos, promoção e informação adequada, restauração, animação, etc. (GEATTE, 1993).

Contudo, focado na potencialidade e na gestão de recursos, nomeadamente histórico-culturais, com fins turísticos, a gestão das atrações turísticas, isto é, do património, embora como elemento dum sistema mais complexo, pois não é nosso fim analisar os elementos subjacentes à utilização desses recursos para atividade turística. As atrações representam a componente mais importante da oferta turística e, neste ponto de vista, o património cultural representa definitivamente para a elaboração dum produto turístico de sucesso e a criação do seu “*brand*”, (marca) (LEASK & YEOMAN, 1999).

Se é reconhecido ao património em determinado valor de identificação simbólica coletiva duma determinada área e população, nele está a chave para conferir a unicidade que determina a competitividade dum produto turístico, e é com base nele que tem que assentar a construção dum destino e a sua oferta turístico-cultural (PERALTA, 2003). O património pode ser comparado, existindo mesmo um “*heritage business*”, (negócio património) (LEASK & YEOMAN, 1999). Mas para ter acesso à compra de um bem, neste caso o património, tem que existir algo que trabalhe um recurso, o produto e o ofereça: o processo de “*mercadorização*” e “*turistificação*” da cultura e do património à criação duma verdadeira “*heritage industry*”, (indústria do património), à qual cabe um papel ativo na transformação dos recursos histórico-patrimoniais em atrações ou produtos turísticos (ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000) (LEASK & YEOMAN, 1999).

Ashworth e Tunbridge resumem nas seguintes classes de “produtos” da chamada “indústria do património” (ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000):

1. Lugares de interesse patrimonial (construções, sítios, cidades, etc.);
2. Memórias individuais ou da comunidade;
3. Produto artístico e cultural;
4. Paisagens e recursos naturais.

O produto turístico que inclui o deleite do património, propõe-se corresponder às expectativas dos visitantes de encontrar na área destino símbolos de continuidade com o passado, de identidade e, ao mesmo tempo de lazer, para encontrar descanso das frenéticas, às vezes dramáticas, mudanças do meio global em que nos encontramos. Pela própria natureza dos recursos em que se baseia o património dos destinos culturais, entre os destinos com mais “magia”, com um valor sagrado mais elevado; o turismo do património/cultural, seja como produto exclusivo ou como complemento de outras atrações turísticas, converte-se numa modalidade de importância crescente dentro do setor, com implicações económicas evidentes, tendo ainda a vantagem de contribuir para a conservação dos bens culturais (LEASK & YEOMAN, 1999).

Existem toda uma série de variáveis que influenciam a existência do recurso patrimonial enquanto atração turística. Existe para cada destino um conjunto relativamente finito de atrações possíveis, não será, no entanto, um conjunto totalmente finito porque, em primeiro lugar, com as alterações nos gostos e na moda, isto é, nas motivações do turista, locais que antes não seriam considerados potenciais atrações, podem passar a ser áreas turísticas bastante procuradas (BULL, 1992).

Acrescenta-se que só em alguns casos é possível encontrar informações sistematizadas sobre património a nível local, geralmente recolhidas por pessoas ou organizações (de norma ONGs) com interesses e competências específicas, enquanto nas maiorias das vezes as comunidades não estão ainda devidamente sensibilizadas e não reconhecem ainda o próprio património como algo de importante e único só por pertencer ao dia-a-dia (European Commission, 2002).

Em segundo lugar, nem todas as potenciais atrações o são por si só, pois para o serem os seus proprietários/gestores devem torná-las acessíveis a uso turístico e proporcionar um sistema de gestão do seu uso, que estabeleça a intermediação entre o recurso e o turista. Só quando estas condições estão satisfeitas, o conjunto de potenciais atrações será tornado numa oferta efetiva, através de um processo de transformação (European Commission, 2002).

Mas a oferta turística que assenta na transformação do património em atração turística não é isente de regras. “A AGENDA 21 FOR THE TRAVEL & TOURISM INDUSTRY”, documento que traduz a Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo, visa chamar a atenção para o interesse do sector na proteção dos recursos naturais e culturais, fornecendo um plano e uma série de boas práticas dirigidas às entidades governamentais com responsabilidade sobre o sector turístico, mas também às entidades privadas/não governamentais (LIMA & PARTIDÁRIO, 2002).

O aproveitamento do património cultural e natural para fins turísticos, inserido num quadro mais amplo de desenvolvimento local integrado é, sem dúvida, paradigmático num processo de desenvolvimento sustentável. Contudo, é necessário particular cuidado com as ameaças ligadas

à utilização impropria dos recursos naturais e culturais e, o planeamento estratégico e fundamental do processo de desenvolvimento (CARBONE, 2006).

2.7. Turismo em Portugal

2.7.1. Turismo na economia Portuguesa: Sectores e Oportunidades

O conceito de turismo, (Figura 9), pressupõe um conjunto de atividades core (a inexistência de consumo turístico implica o desaparecimento de algumas atividades), conexas (atividades afetadas pelo consumo turístico) e potenciadas (atividades económicas de fraco cariz turístico), (Tabela 3). Contudo a evolução deste setor estará, obviamente, dependente da evolução das outras atividades, nomeadamente, no que se refere ao financiamento, promoção, ordenamento do território, ensino/formação e preservação ambiental, atividades estas quase de exclusiva iniciativa pública (GOUVEIA & DUARTE, 2001).

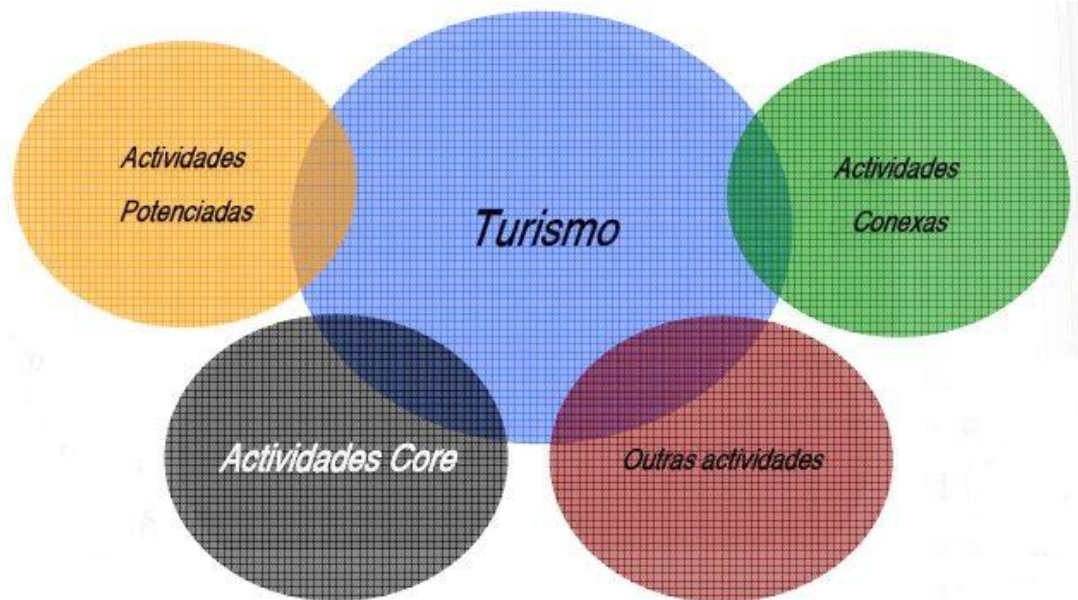


Figura 6: Inter-relação do turismo na economia em Portugal (GOUVEIA & DUARTE, 2001)

Tabela 4: Setores e Oportunidades no Turismo (GOUVEIA & DUARTE, 2001)

Atividades Potenciadas:	- Comércio - Construção
Atividades Core:	- Alojamento - Restauração - Transportes aéreos - Agências de viagens - Operadores turísticos
Atividades Conexas:	- Transportes terrestres - Atividades culturais - Atividades recreativas - Atividades desportivas - Aluguer de veículos
Outras Atividades:	- Ordenamento do território - Financiamento - Ensino/formação - Promoção - Preservação ambiental

2.7.2. Perspetivas e evolução do turismo

Portugal dispõe de matérias-primas, condições climáticas, recursos naturais e culturais, potenciadores do crescimento e consolidação de 10 produtos turísticos estratégicos: Sol e Mar, *Touring* Cultural e Paisagístico, *City Break*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-Estar, Golfe, Resort Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos (Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2007, 2006).

Na revisão e objetivos do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) 2013-2015, a visão para o “Destino Portugal” refere que Portugal deve ser um dos destinos na Europa com o mais metódico progresso com os princípios do desenvolvimento sustentável, conduzido por uma proposta de valor baseada em características distintas e inovadoras do país. O turismo deve por isso, desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta, tendo como suporte “(...) a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas, na dinâmica e modernização empresarial e das entidades públicas”. O turismo constituiu-se como um instrumento de grande relevância para a economia, assumindo-se como um dos impulsionadores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional (Plano Estratégico Nacional para o Turismo Horizonte 2013-2015, 2012).

Como propostas de valor para apresentar o “*Destino Portugal*” na sua diversidade devem focar-se os principais elementos diferenciadores do país:

- Clima e luz;
- História, cultura, tradição e mar;
- Diversidade concentrada;
- Segurança;
- Paisagem e património.

Os produtos anteriores determinados pelo PENT permanecem válidos, fortalecendo-se a importância da oferta turística no mercado externo do destino. Incluiu-se maior segmentação no sector de turismo de natureza, náutico e de saúde, bem como nos roteiros turísticos religiosos e culturais, destacando-se o turismo religioso como fator estratégico. Destacam-se os recursos naturais, paisagísticos e culturais, fortalecendo-se estes produtos e a sua promoção (Plano Estratégico Nacional para o Turismo Horizonte 2013-2015, 2012).

3. Património

3.1. Introdução

O “património” é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc. Segundo Rodríguez Becerra (1997), o objetivo do património é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras. Desde então, tem-se tido em conta o património, enquanto legado, pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração para a outra (PEREIRO, 2006).

3.2. Evolução do Património

O conceito do património é vasto e tem origem no Latim “*patrimonium*”, herança paterna (Novo Dicionário Aurélio, 2009). Bens de família (bens que se herdam dos pais, ou dos avós, herança paterna, bens de família). Dote dos ordinários. Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região país, ou para a humanidade. Significa também a ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania, inspirou a utilização do termo património para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos (FONSECA, 1997).

A noção de património passou também a estar passível de ser protegida por via das ações legislativas e está ligado às noções de património natural e património cultural, objetos da tutela do estado. Património refere-se a bens ou conjuntos de bens naturais, materiais ou imateriais e culturais de relevância reconhecidas em certo lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, passíveis de processos de proteção e preservação. Hoje em dia, o termo património, graças à urbanização desenfreada do território e a uma tomada de consciência das ameaças dessa ação, evolui e passou a designar os bens que nos chegam do passado, quer seja o passado próximo ou recente. Assim, passou-se a enquadrar o património em duas vertentes: a cultural (paisagem modificada e organizada pelo homem) e a ordem natural (recursos, sítios ou formações naturais) (MERLIN, 1987).

O património faz parte integrante da cultura, como cultura é a realização material e imaterial de um povo na sua maneira coletiva de pensar e de sentir e ainda o conjunto de ações do meio que asseguram a integração dos indivíduos numa coletividade; então o património é o legado dessa ação cultural, em que a identidade de uma sociedade é lida, é a sua memória. Deste modo o património pode ser considerado um elemento intrínseco da cultura, o legado que é passado de geração em geração. Françoise Choay sublinha que a expressão património histórico em que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado (CHOAY, 2000).

A autora afirma também que o termo ganhou um novo sentido, na sequência da Revolução Francesa, devido à institucionalização do património, no final do século XVIII, com conspeção moderna de história e de cidade, em que o património histórico, constituído pelas antiguidades, tem uma atualização iconográfica e conceptual na época das Luzes. A ideia de um património comum a um grupo social, definidor da sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção, principia através de práticas que ampliaram o círculo dos colecionadores e apreciadores de antiguidades e se abriram a novas camadas sociais: exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das coleções particulares (CHOAY, 2000).

Foi com as comissões revolucionárias que o conceito terá ganho amplitude, iniciando-se os atos de vandalismo e pilhagens aos bens da Igreja e da Monarquia, causando um vandalismo ideológico, alguns políticos astutos sentiram a necessidade de salvaguardar o património artístico e monumental da nação, numa imediata conservação. Importa salientar que os responsáveis adotaram a herança, sucessão, património, conservação em que a noção de património é separada em bens móveis e imóveis. De sublinhar que a data de implementação destas objetivos não havia infraestruturas técnicas e financeiras que permitissem a manutenção adequada de modo a substituir os antigos possuidores do património em causa (CHOAY, 2000).

Neste período surge também a conservação de monumentos seguidos de um aparelho jurídico e técnico, tendo sido afinados os seus conteúdos, forma e atitude por Vitet e Mérimée e a 1ª comissão de monumentos históricos. Defende-se a ideia de que o arquiteto, para além de ter conhecimento de História e Arte, deverá proceder ao estudo arqueológico do edifício, para que através das ruínas o possa reconstituir de modo a que coincida com o seu estado primitivo. Mais tarde, Prosper Mérimée, torna-se no segundo Inspetor-geral dos Monumentos, aprofunda os postulados de Vitet e acrescenta que aquando o traçado do edifício tenha desaparecido, e não sendo possível conhecer o seu estado original, se copiem os traços de outros monumentos nas proximidades ou pertencentes a outra época. Em qualquer dos casos prescrevia-se o estudo arqueológico para determinar a data de construção e, com base nesta informação, preservar o original ou reconstruí-lo, mesmo sem usar os materiais de que era constituído. Apesar do restauro do monumento segundo o seu estilo característico que inicia a época do restauro estilístico, esta teoria de restauro está ligada ao nome de Eugène Viollet-le-Duc (CHOAY, 2000).

No Séc. XIX é atribuído ao património um valor histórico, estético, nacional, comparável, aos monumentos ditos históricos, e outros que não se enquadram neste conceito foram subdivididos em património arquitetónico, urbano e rural. Deste modo, a aproximação dos monumentos aos tecidos urbanos, nesta época ditos menores, e que constituíam o essencial dos aglomerados antigos, originou também o seu reconhecimento, salientando o valor estético do aglomerado onde se enquadrara o monumento (CHOAY, 2000).

3.3. Monumentos parte do património

A palavra monumento etimologicamente deriva do latim “*monumentu*”, palavra que deriva do latim “*monere*” que quer dizer lembrar ou prevenir. Inicialmente chamou-se monumento a qualquer artefacto edificado por uma sociedade ou grupo de pessoas, por comemorar ou lembrar as pessoas, eventos ou ritos, servindo também para conservar a identidade (CHOAY, 2000) (MERLIN, 1987).

O vocabulário património, no século XIX, passa a ser substituído por monumento histórico ou simplesmente monumento. Esta terminologia de monumento histórico pode ser a Aubin-Louis-Millin, segundo o qual o monumento é sinal do tempo, testemunho da história e memória da ação de uma determinada sociedade, sublinhando também que o monumento, originalmente é representado por qualquer artefacto edificado de uma comunidade de indivíduos, destinados a fazer recordar a outras gerações acontecimentos os factos, quer sejam religiosos, políticos ou culturais, encontrando-se neste momento no subconsciente da comunidade em questão que com ele se referencia e lha dá valor intrínseco (CHOAY, 2000).

Atualmente associamos a monumento histórico à ideia de uma paisagem natural, um pedaço da cidade ou casualmente um edifício singular, que pelas suas características intrínsecas significado para um determinado local onde sua perda constituiria um dano irreparável. F. Choay concede a Alois Riegl a melhor definição de monumento histórico, na medida de coerência e precisão, quando este se refere aos monumentos históricos, os distingue de rememoração, estão ligados ao passado e fazem intervir a memória e inscrevendo ainda um novo valor: o da antiguidade, relativo à idade do monumento enquanto outros da contemporaneidade, pertencem ao presente (CHOAY, 2000) distingue assim deliberados de não deliberados, onde deliberados são aqueles que foram feitos pelo autor para marcar o território, e os não deliberados aqueles que, segundo o autor, são também históricos, mas que foram elaborados para constituir memória. Evidencia-se que o significado dos monumentos não é devido ao seu objetivo original, mas antes ao valor que lhes é atribuído pela sociedade atual, que deste modo os converte em património (PAU-PRETO, 2005).

3.4. Contextualização de tecidos do património

Para F. Choay o pensamento de três singulares personagens, com origens bastante diferentes, que a noção de património urbano histórico formar-se na corrente do processo de urbanização dominante da figura memorial de J. Ruskin, a figura histórica de Camillo Sitte e a figura historial de Giovannoni (CHOAY, 2000).

O primeiro pensamento surge J. Ruskin a insurgir-se contra as intervenções que possam ferir a estrutura das cidades antigas, onde esta textura é a essência da cidade (RUSKIN, 1987), em que

os tecidos antigos da cidade constituíam o âmago desta, objeto de valor incalculável, memórias coletivas que tinham de ser preservadas. Esta tomada de posição deve-se à consciência do valor da arquitetura anónima na construção dos aglomerados históricos, em conjunto com edifícios monumentais, sendo um sistema patrimonialmente elegível. Por este meio, o pensamento de Ruskin defendia que os tecidos antigos da cidade constituíam a sua essência, um objeto patrimonial de valor incalculável, desempenhando um papel memorial que tinha de ser preservado e ainda o papel de monumento histórico. Por esta razão, afirmava que todas as antigas aldeias e todos os estabelecimentos coletivos tradicionais do mundo, possuíam, num grau mais ou menos constrangedor, o duplo e maravilhoso poder de enraizar os seus habitantes no espaço-tempo (CHOAY, 2000).

Para Camillo Sitte, constata a falta de qualidade de algumas obras produzidas, após Revolução Industrial, e do património que se perdia, aplicou os seus esforços na procura de princípios constantes, recorrendo-se da análise morfológica da cidade que pudesse posteriormente formular regras gerais para a construção sustentável da cidade, como princípios conceptuais e formais (SITTE, 1992). Todavia, o estudo da morfologia das cidades antigas e a criação de ferramentas “heurísticas sem equivalente” onde para além do racionalismo comum, tinha como objetivo a procura “de vias de uma criação contemporânea, que responda às necessidades originais de uma civilização sob os efeitos de uma transformação técnica, económica e social (CHOAY, 2000).

Para F.Choay, considera que Camillo Sitte chegou ao fim da cidade pré-industrial e que uma nova está em gestação, existindo o testemunho de um passado, o qual é prenúncio de perda. Por ser considerada um testemunho histórico, a cidade perde a sua alma, a sua vida, tornando-se numa cidade cristalizada no tempo (CHOAY, 2000).

Já o conceito de património elaborado por Giovannoni foi criado através das sínteses das figuras anteriores, transcendendo-as. Deste modo define um valor de utilização e um valor museológico aos conjuntos urbanos antigos ao integrá-los na conceção geral da organização territorial (GIOVANNONI, 1931). Giovannoni é o primeiro a utilizar o termo património urbano. Por isso definiu, ao contrário das outras correntes, que a cidade histórica não pode ser considerada um somatório de monumentos históricos independentes, mas sim um tecido urbano com carácter especial, integrando os aglomerados antigos numa organização territorial, mas nunca subtraindo o seu valor museológico e funcional. Isto porque as dinâmicas territoriais das novas sociedades atribuídas à urbanização obrigavam a um sistema de comunidade multipolar, iniciando alterações nos modos de vida dos habitantes e dos tecidos urbanos que formavam a cidade. Assim, Giovannoni afirma que os centros urbanos, os bairros, os conjuntos de velhas ilhotas podem responder às necessidades, às novas funções, podendo reencontrar um sentido futuro para estes tecidos urbanos, com o prejuízo de que aí se implantem atividades incompatíveis com a morfologia e sendo prejudiciais ao equilíbrio do sistema urbano, em virtude das vantagens dessa nova aplicação: a par dos monumentos históricos, eles são

portadores de valores artísticos e históricos, mas também do valor pedagógico, verdadeiros catalisadores de invenção de novas configurações espaciais (CHOAY, 2000).

Numa breve conclusão, Giovannoni define a intervenção no património urbano deve assentar em três grandes princípios:

- a) O fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que a sua relação com a vida presente. Neste sentido o seu valor de utilização é simultaneamente legitimado tecnicamente, por via de um trabalho de articulação com redes primárias de organização, e humanamente, pela manutenção do carácter social da população;
- b) O conceito de monumento histórico não poderá designar um edifício singular não exterior do contexto edificado no qual se insere as imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial;
- c) Os conjuntos urbanos antigos pedem procedimentos de preservação e de restauro analógico para os monumentos (GIOVANNONI, 1931).

Segundo Choay, a classificação de, monumentos históricos sofreu ao longo do tempo, e principalmente depois do fim do século XIX, uma evolução: a atribuição de um valor histórico, estético, nacional comparável ao dos monumentos, o que obrigou a subdividi-los em património arquitetónico, urbano e rural (MERLIN, 1987).

Voltando ao conceito de património e seguindo o raciocínio de Choay, patenteia hoje em dia os bens herdados, quer seja dum passado recente ou longínquo, sendo que estes bens podem ser de ordem natural ou cultural; os de ordem cultural representam aqueles que foram criados pelo desejo do homem de marcar o território; os bens naturais são representados pelos recursos naturais, sítios ou monumentos naturais de um dado território (MERLIN, 1987).

Na atualidade o debate é o de considerar não só os monumentos excelentes, mas também os contextos ambientais e os ecossistemas territoriais. Nos dias que correm, são considerados como bens patrimoniais não só bairros, mas também aglomerados ou até mesmo parte de cidades ou aglomerados rurais. Neste contexto estão ainda incluídos os edifícios industriais, a arquitetura vernacular, rural e aglomerados rurais. No que concerne ao património rural, Choay alerta para o caso de este tipo de património sofrer adulteração e provável desaparecimento, devido à proteção deficiente e à inexistência de processos ou programas relativos à salvaguarda da paisagem rural (MERLIN, 1987).

Atualmente na produção de espaços as imagens têm um papel essencial, no processo cultural que nos acompanha, deste modo Nuno Portas alerta-nos para o facto de a salvaguarda do património dever começar por dar consciência aos cidadãos que habitam nos aglomerados antigos, e que não estão votados ao abandono, para que velhos centros, vidas novas em que a

conservação do património não significa congelamento, mas sim a defesa das estruturas, áreas ou até cidades com valor patrimonial. Continua a afirmar que a reabilitação dos aglomerados depende da renovação contínua das estruturas existentes, na construção “passo a passo” e no desenvolvimento das suas próprias potencialidades encontradas para cada caso a solução adequada e não uma solução genética preconcebida. O património deve deste modo estar integrado no conceito de perfil do aglomerado, como vetor ativo do seu desenvolvimento futuro não podendo ser abandonado ao jogo dos interesses particulares ou ao acaso (PORTAS, 2004).

3.5. Normas internacionais para a salvaguarda e conservação do património

A preservação do património cultural, esteve durante algum tempo, mais direcionada para o património arquitetónico e arqueológico, ou seja, para os monumentos históricos. No que refere à elaboração de normativas relativas ao património, foram feitas diversas tentativas ao longo do tempo, não concebendo qualquer uma norma com abrangência global. Apenas após a 1ª Guerra Mundial, foram surgindo as primeiras normativas internacionais relacionadas especialmente à salvaguarda do património (LOPES & CORREIA, 2004).

3.5.1. A origem das Normas

Com o aparecimento da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), criado pela ONU (Organization of Nations United) em 1945, para contribuir para a manutenção da paz e da segurança ao estreitar, pela educação, pela ciência e pela cultura, a colaboração entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela Lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais (UNESCO, 2014), em conjunto com contribuições de organizações não-governamentais, como o ICOM (International Council of Museums) e ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) e ainda o CE (Council of Europe), no âmbito europeu, que inicia a publicação de cartas, convenções, resoluções e recomendações, agrupadas da seguinte maneira (LOPES & CORREIA, 2004):

- as convenções, tratados ou pactos (aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos);
- as recomendações (definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada estado, mas sem carácter vinculativo);
- as resoluções do Conselho da Europa (resultantes de conferências de ministros ou seus representantes, não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adoção de recomendações e de convenções);

-e os restantes atos: cartas, orientações, princípios e os conceitos sobre determinada matéria, por forma a orientar a ação dos intervenientes, mas sem carácter vinculativo.

Abordando os principais objetivos difundidos pelas diferentes cartas, recomendações e convenções emanadas pelas instituições internacionais de representação mundial ou europeia, podem ser divididas pelos seguintes critérios (UNESCO, 2014):

- a) As que representam as bases doutrinárias sobre a conservação e o restauro de monumentos;
- b) As que surgiram com o alargamento da noção de património e as questões do urbano;
- c) As de âmbito da filosofia Europeia de salvaguarda do património e de responsabilidade planetária pela salvaguarda do património cultural
- d) Por fim, aquelas que pela evolução da noção de património a novas áreas do conhecimento, exigem a abordagem de novas posturas da sociedade.

3.5.2. Normas que representam as bases doutrinárias sobre a conservação e restauro de monumentos

A. **Carta de Atenas**, realizou-se em Atenas, em 1933, pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), de onde foi lançado este documento com o intuito da salvaguarda dos valores arquitetónicos, dos quais representam a expressão de uma cultura e são de interesse geral para toda a humanidade; desde a não autorização do uso dos estilos do passado, em edificações novas, em zonas históricas, com o pretexto de preocupações estéticas. Onde segundo Choay, o documento despido sobre o conceito de monumento histórico de património cultural universal, como monumentos, conjuntos edificados, sítios arqueológicos ou urbanizados, apresentando um valor universal. Importa realçar a noção de património internacional, patente na cooperação e entreaajuda dos países participantes (CHOAY, 2000).

B. **Carta de Veneza**, aprovada em 1964, veio clarificar/alargar o conceito de monumentos. Diz-nos que o conceito já pode ser aplicado, quer às grandes criações, quer às realizações mais modernas que tenham adquirido, com o passar do tempo, significado cultural ou histórico, englobando para além das criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios urbanos ou rurais nos quais sejam visíveis os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou progresso, ou de algum acontecimento histórico. Esta noção aplica-se, deste modo, não só às grandes criações, mas também às obras modernas do passado que se foram tornando relevantes (CHOAY, 2000).

- C. **Documento de Nara**, sobre a autenticidade, que resultou de uma conferência no Japão, em 1994, organizada em cooperação com a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS, foi concebido no espírito da Carta de Veneza, em resposta às várias intervenções de restauro em monumentos históricos ou conjuntos arquitetónicos. Este documento destaca a importância das fontes de informação nos estudos destinados a conhecer as características originais dos monumentos e reconhecer que o respeito devido a cada cultura exige que os bens culturais sejam analisados e critérios adaptados aos seus contextos culturais e ainda a diversidade das culturas e do património cultural constituírem uma riqueza espiritual e intelectual insubstituível para toda a Humanidade (Documento de Nara, 1994).
- D. **Carta de Cracóvia**, realizada a 26 de Outubro de 2000, na Polónia, feita sob a égide da União Europeia, pelo ICOMOS e pelo ICCROM, sobre a conservação e restauro do Património Cultural, aprofundando a carta de Veneza, foi aprovada, na Conferência Internacional Cracóvia 2000. A maioria dos conceitos defendidos tem as suas raízes na Carta de Veneza. No entanto, aprofunda a noção de conservação e a exigência da investigação, destacando as particularidades da variedade dos bens patrimoniais e acentuando a necessidade de participação dos cidadãos (LOPES & CORREIA, 2004).

3.5.3. Normas que surgiram com o alargamento da noção de património e as questões do urbano

- A. **Carta Nairobi**, de 1976, na 19ª sessão da UNESCO, em Nairobi, assumindo um olhar sobre a cidade, com especial relevância na clarificação de conceitos como conjuntos históricos ou salvaguarda na função na vida contemporânea. Considera conjunto histórico ou tradicional, todo o grupo de construções e de espaços, incluindo os lugares arqueológicos e paleontológicos, que constituem uma fixação humana, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os antigos bairros urbanos, as aldeias e os casarios, assim como os conjuntos monumentais homogéneos, entendendo-se que estes últimos deveriam, por regra, ser conservados cuidadosamente, sem alterações. Entende-se por salvaguarda, a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e do seu tecido social, económico ou cultural (Carta Nairobi, 1976).
- B. **Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas**, o documento foi adotado na 8ª Assembleia-Geral do ICOMOS, em Washington, em 1987, também conhecida como Carta de Washington, os termos da Carta são propositadamente gerais; a nível internacional há muitos métodos de planeamento e proteção das

idades históricas, há muitas formas de fazer sentir o impacto do desenvolvimento urbano nos modelos das sociedades pós-industriais, reconhecendo a situação, nas cidades onde o seu carácter cultural e social e inclusivamente económico está a ser alterado e indica medidas e instrumentos concretos de atuação, nomeadamente no plano da salvaguarda (LOPES & CORREIA, 2004).

3.5.4. Normas de âmbito da filosofia Europeia de salvaguarda do património e de responsabilidade planetária pela salvaguarda do património cultural

- A. **Carta Europeia do Património Arquitetónico**, em 1975, realizado pelo CE, em Amsterdão, o documento inclui para além dos monumentos de exceção, o urbano antigo e o rural com as tradições no seu ambiente ou constituído. É no artigo nº 2 que a carta elabora os princípios de um desenvolvimento sustentável: trata-se de uma parte essencial da memória dos homens de hoje, e na falta da sua transmissão às gerações futuras, na sua autêntica riqueza e na sua diversidade, a humanidade seria amputada dum parte da consciência de sua própria duração. Ainda no artigo nº 3 referência que o património arquitetónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível (Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975).
- B. **Convenção para a Proteção do Património, Cultural e Natural Mundial**, em 1972, a UNESCO aprova o documento com o intuito de preservar e salvaguardar o património de excelência universal. É dos primeiros documentos legais, com abrangência internacional, com o intuito de analisar/identificar, proteger/conservar e transmitir às gerações futuras, paisagens com um valor universal excepcional (Convenção para a Proteção do Património, Cultural e Natural Mundial, 1972).

Os efeitos positivos dos benefícios da classificação do património mundial, pela UNESCO, vão além dos aspetos financeiros e técnicos, é uma oportunidade para projetar junto da comunidade internacional, um país, uma região ou até mesmo um local, na expectativa de captar a oportunidade do turismo internacional para o desenvolvimento do território (Convenção para a Proteção do Património, Cultural e Natural Mundial, 1972).

A UNESCO definiu, deste modo, criar uma “Lista do Património Mundial” de monumentos e sítios, segundo três características para a classificação de património cultural e natural (Convenção para a Proteção do Património, Cultural e Natural Mundial, 1972):

- Os monumentos - obras arquitetónicas, escultura ou pintura monumentais, incluindo grutas e inscrições, assim como os elementos, grupos de elementos ou estruturas de especial valor do ponto de vista arquitetónica, histórica, artístico ou científico;

- Os conjuntos - grupos de construções isoladas ou reunidas que pela sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm um valor especial do ponto de vista da história, arte ou ciência;

- Os lugares - zonas topográficas, obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico.

A lista da UNESCO conta com 1001 bens inscritos (31 bens transfronteiriços, 2 bens retirados, 46 bens em perigo, 779 bens culturais, 197 bens naturais e 31 bens mistos) entre os quais se incluem 15 bens portugueses (UNESCO, 2014):

1983 - Açores - Ilha Terceira (Centro da Cidade de Angra do Heroísmo)

1983 - Lisboa (Torre de Belém e Mosteiro dos Jerónimos)

1983 - Batalha (Mosteiro da Batalha)

1983 - Tomar (Convento de Cristo)

1986 - Évora (Centro Histórico)

1989 - Alcobaça (Mosteiro de Alcobaça)

1995 - Sintra (Paisagem Cultural)

1996 - Porto (Centro Histórico)

1998 - Parque Arqueológico do Vale do Côa (Arte Rupestre Paleolítico)

1999 - Madeira (Floresta Laurissilva)

2001 - Douro (Alto Douro Vinhateiro)

2001 - Guimarães (Centro Histórico)

2004 - Açores (Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico)

2012 - Elvas (Garrison cidade fronteiriça de Elvas e suas Fortificações)

2013 - Coimbra (Universidade de Coimbra - Alta e Sofia)

3.5.5. Normas pela evolução da noção de património a novas áreas do conhecimento

- A. **O apelo de Granada - a arquitetura rural no ordenamento do território**, realizada pelo Concelho da Europa, em 1976, foca as problemáticas da arquitetura rural e a sua paisagem, reconhecendo os graves perigos que os desequilíbrios ecológicos, provocados pelo desenvolvimento industrial da agricultura, estão a criar na paisagem rural, através da reconstituição das parcelas de terreno, ao não se contentando com as antigas construções e, por outro lado temos o abandono, total ou parcial, das regiões cuja exploração agrícola já não é considerada rentável. O apelo de Granada salienta ainda que é necessário reconhecer no património arquitetónico rural não apenas valores estéticos, assim como o testemunho de uma sabedoria secular. Ainda no mesmo documento são considerados como fazer parte desse património todas as construções isoladas ou formar um conjunto que esteja ligado a atividades agro-pastoris, florestais e piscatória apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou simplesmente social, quer pelo seu carácter típico ou pitoresco, integrando-se na paisagem de modo coerente. Alerta ainda para o facto de o património se encontrar atualmente ameaçado e que o seu desaparecimento constituirá uma perda irreversível (Apelo de Granada - a arquitetura rural no ordenamento do território, 1976).
- B. **Recomendação nº(89) 6**, aprovado, em 1989 pelo Conselho da Europa, em Estrasburgo, sobre a proteção e a valorização do património arquitetónico rural, realça que o reconhecimento, quer do património construído quer do património natural impõe-se de forma imperativa aos Estados membros e às instituições europeias na definição das suas políticas agrícolas e ambientais, e dá orientação de como integrar a salvaguarda do património construído na processo de planeamento económico, de ordenamento do território e de proteção do ambiente, de modo a dinamizar a valorização do património como fator de privilegio no desenvolvimento local (LOPES & CORREIA, 2004).
- C. **Carta do Património Construído Vernacular**, aprovado em 1999 pela 12ª Assembleia Geral do ICOMOS, onde estabelece os princípios de conservação e proteção do património construído vernáculo, para além da Carta de Veneza. Mostra que o património vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo a expressão da diversidade cultural do mundo, sendo relevante não campo das estruturas vernaculares, que constituem um património extremamente vulnerável, já que são confrontadas com graves problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração, influenciados pela

homogeneização da cultura e pelos fenómenos da globalização económica (LOPES & CORREIA, 2004).

3.6. O património urbano esquecido em Portugal

A salvaguarda do património urbano como um pressuposto urbanístico foi estabelecida pela primeira vez sob a tutela do Ministério das Obras Públicas (MOP), com a promulgação do Decreto-lei nº24802, de 21 de dezembro de 1934, que criou a figura de Plano Geral de Urbanização (PGU). De acordo com este diploma, este devia integrar, segundo artigo 14^a, regulamentos específicos à “(...) *salvaguarda da estética, do carácter arqueológico, pitoresco e histórico das urbes*” (Decreto-lei nº24802, 1934).

Segundo Adelino Gonçalves, dois anos antes, “*sob a mesma tutela, era reconhecida importância de controlar as transformações na envolvente dos edifícios públicos e dos monumentos*” (GONÇALVES, 2012) com as entradas em vigor do Decreto nº 20985 de 7 de Março e o Decreto nº 21875 de 18 de Novembro, em que o primeiro diploma estabelecia que os edifícios e os terrenos que distassem “(...) *menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado como monumento nacional, não podem ser alienados sem o parecer favorável do Concelho Superior de Belas Artes (...)*” (art. 26º) (Decreto-lei nº20985, 1932), e no segundo diploma começava por reconhecer, na sua introdução, que o “(...) *valor e a beleza arquitetónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provêm somente da harmonia das suas proporções, da elegância das suas linhas, do arrojo da sua conceção, da riqueza ou bom gosto dos materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam*” (Decreto-lei nº21875, 1932). Deste modo, este diploma autoriza o Governo a estabelecer “(...) *zonas de proteção dos edifícios públicos de reconhecimento valor arquitetónico*” (art. 1º) (Decreto-lei nº20985, 1932) e além de dispor que nenhuma “(...) *construção ou reconstrução pode ser efetuada nas zonas de proteção (...) sem prévia autorização do Ministro das Obras Públicas e Comunicações*” (art. 4º), previa deste modo a possibilidade destas zonas incluírem “(...) *áreas vedadas à construção*” (art. 4º, §1º) (Decreto-lei nº21875, 1932).

Ao final da década de 1960, já 223 planos tinham tido aprovação ministerial, embora 154 desses tivessem tido uma aprovação condicionada. Naquela época, a abordagem ao património urbano era feita com perspetivas opostas que tendiam, acima de tudo, aos atributos aprazíveis e estéticos das áreas urbanas antigas e estavam de acordo com ideologia do Estado Novo focado na afirmação da identidade nacional (LÔBO, 1993). De um lado, era promovida a preservação das características históricas de antigos núcleos urbanos, bairros ou conjuntos edifícios antigos. Do outro lado, eram demolidos conjuntos edificados com o objetivo de valorizar e enaltecer os monumentos ali próximos. Deste modo Adelino Gonçalves afirma que ambas as perspetivas

estavam presentes nas políticas do Ministério das Obras Públicas para o planeamento urbanístico e para a proteção do património arquitetónico (GONÇALVES, 2012).

Ainda segundo Adelino Gonçalves, o Antepiano de Urbanização (AU) de Braga em 1944 e o de Évora em 1945 desenvolvidos por Etienne de Gröer ou até o AU de Tavira em 1948 elaborado por Raul Lino, (Figura 7), conferiram um valor histórico ou de interesse turístico às áreas urbanas antigas que procuraram proteger. Apesar de serem diferentes autores, os casos trilham as doutrinas da Carta de Atenas de 1931 (GONÇALVES, 2012).

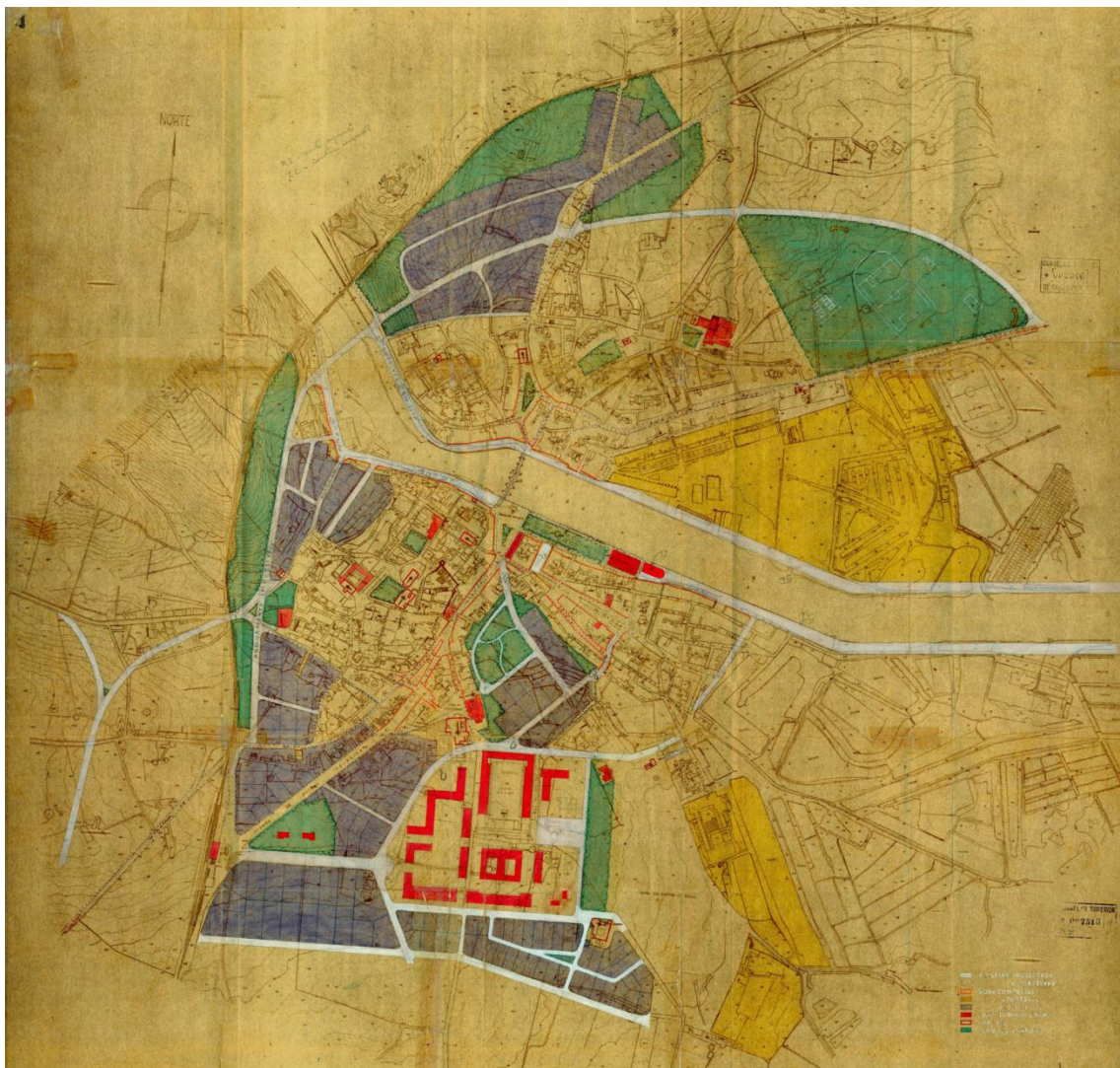


Figura 7: Antepiano de Urbanização da Cidade de Tavira, Planeamento de Urbanização, Raul Lino, 1948, DGOTDU (GONÇALVES, 2012)

Já o Plano de Urbanização (PU) de Mafra, elaborado por Jacobetty Rosa em 1944, e o Antepiano Geral de Urbanização (AGU) de Faro, pelo João António de Aguiar em 1946 consistiam em

propostas de expressiva renovação urbana preservando apenas os monumentos e, entre outros exemplos, segundo os trilhos da Carta de Atenas de 1933 (GONÇALVES, 2012).

Apesar da demorosa elaboração dos planos urbanísticos enquadrados pelo Decreto-lei nº24802 de 21 de Dezembro de 1934 e apesar de ter sido limitadíssima a sua influência na condução efetiva do desenvolvimento urbano, na visão de A. Gonçalves, estes representaram a primeira iniciativa estruturada com bases jurídico-administrativas para controlar o desenvolvimento urbano. Além disso, até ao início da década de 1970, ocorreram poucas alterações no quadro jurídico, alterando apenas pela Lei nº79/77, DR nº247, SÉRIE I, a 25 de Outubro de 1977, pelos três níveis de planeamento urbanístico municipal: Decreto-lei n.º 208/82, DR n.º 119 I Série (26/05/1982); Decreto Regulamentar n.º 91/82, DR n.º 276 I Série (29-11-1982); Portaria n.º 989/82, DR n.º 244 I Série (21-10-1982) (GONÇALVES, 2012).

Embora, na altura, a sua influência no controlo do desenvolvimento urbano fosse limitada, o modo como estes planos consideraram os destinos das áreas urbanas antigas, contribui, em muito, para o esquecimento coletivo. Aliás, esta é a grande questão do segmento das visões urbanísticas renovadoras e das visões protetoras do património urbano, na medida em que a base conceptual comum é o isolamento e a sublimação dos monumentos e o isolamento e pré modelação de áreas urbanas, sejam elas as zonas de proteção de edifícios classificados ou mesmo os centros históricos (GONÇALVES, 2012).

Na grande maioria dos casos, estes centros históricos foram delimitados com base neste princípio e foram submetidos a restrições para se garantir a sua proteção. Esta situação criou um desequilíbrio nas dinâmicas de desenvolvimento urbano ao não se considerar os efeitos que as áreas urbanas antigas sofreriam ao tornarem-se no principal centro das cidades (GONÇALVES, 2012). Em resultado deste modelo de desenvolvimento urbano confirmou-se as previsões de Giovannoni, o desejo de transformar a antiga central da cidade de modo a viver no centro do movimento e os negócios da cidade moderna é um grande erro, final, incurável (GIOVANNONI, 1931).

Na primeira metade do século XX, sujeitas às pressões dos movimentos migratórios dos campos para as cidades, a maioria das áreas urbanas antigas portuguesas caiu na situação, conforme descreveu Nuno Portas, em políticas concretas têm de ter em conta que essas áreas dos aglomerados são teatro de conflitos de interesses que, se forem deixadas a si mesmo, acabarão, por minar as células dos órgãos e dos nervos da vida humana e, como um cancro, leva o corpo à agonia (PORTAS, 2004).

Este estado de agonia foi uma herança que o regime democrático recebeu em 1974 e sobre essa circunstância compreende-se a relevância das preocupações sociais na problemática da reabilitação urbana ao longo das últimas décadas, bem como o investimento da Administração Central na promoção de apoios técnicos, administrativos e financeiros para a realização diretas

no quadro físico das áreas urbanas antigas. Foi o caso do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB), organismo criado 1974 especificamente dedicado à reabilitação de uma área muito degradada do centro do Porto e inspirada no exemplo das experiências de Bolonha (PORTAS, 2004).

O principal objetivo do CRUARB, com suporte financeiro da Câmara Municipal do Porto e de outros órgãos da Administração Central, era a implementação de um processo de reabilitação urbana através do melhoramento das condições de habitabilidade da sua área de intervenção, constituído por uma equipe multidisciplinar de arquitetos, engenheiros, historiadores e assistentes sociais. Este modelo de funcionamento foi a inspiração para a criação de outros gabinetes designados de Gabinetes Técnicos Locais (TLC), no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana (PRU) de 1985, este programa foi estabelecido em 1985 pelo Despacho n.º 4/85, DR n.º X II Série e foi revisto em 1988 com o Despacho n.º 1/88, DR n.º 16 II Série (20/01/1988), passando a designar-se como Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) atualmente em funcionamento (GONÇALVES, 2012).

Apesar de a elaboração de planos urbanísticos não fosse um pressuposto das obrigações do funcionamento dos GTL, a maioria dos Planos de Pormenores (PP) vigentes dedicados à reabilitação urbana e à salvaguarda do património urbano dos centros históricos, foi elaborada por estes organismos ao longo das últimas décadas. Mas tendo em conta o modelo de funcionamento dos GTL implica que tenham uma dedicação múltipla, tanto a aspetos sociais, como culturais, as suas motivações e objetivos são necessariamente difusas e multifacetadas, assim como são difusos e multifacetados os resultados das suas ações (GONÇALVES, 2012).

Tendo em conta que estes PP não são providos de um suporte financeiro e administrativo específico para a sua implementação, para a reabilitação urbana e para salvaguarda do património urbano é muito limitada. Outro dos factos é, os contratos celebrados pelas Câmaras Municipais no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) apenas garantem o funcionamento dos GTL apenas ao longo de dois anos, deste modo, mesmo tendo em conta que a integração de técnicos das equipas dos GTL nos quadros das Câmaras Municipais foi uma prática comum durante muito tempo, (Figura 8), de modo que os PP que obtiveram vigência, não está garantida a existência de órgãos dedicados à sua implementação e à sua gestão (GONÇALVES, 2012).

Para entender melhor as limitações dos PP e do seu contributo para o esquecimento das áreas urbanas antiga, deve-se ter em conta dois aspetos. O primeiro, as propostas destes PP limitam-se naturalmente ao perímetro das suas áreas de intervenção. E em segundo lugar, estes planos não são resposta a nenhuma exigência específica no que diz respeito à integração da salvaguarda do património urbano. A verdade é que nesta abordagem à problemática do património urbano, as suas áreas de intervenção coincidem com os centros históricos ou com as outras áreas urbanas de cujo valor patrimonial foi anteriormente reconhecido, explicando o

porque não é questionada a noção de património e porque se assume que a sua salvaguarda pode ser garantida com o controlo das intervenções diretas no edificado e no sistema de espaços públicos (GONÇALVES, 2012).

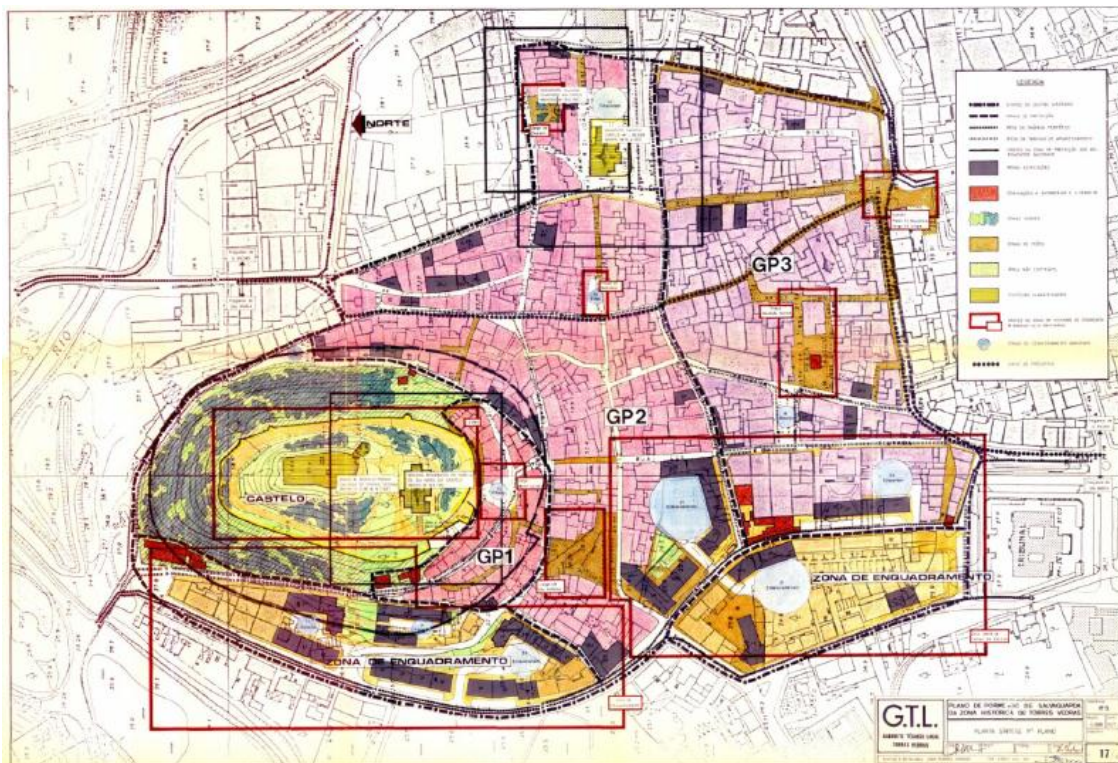


Figura 8: Exemplo de Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras, Planta de Síntese do Plano, GTL de Torre Vedras, 1992, DGOTDU (GONÇALVES, 2012)

3.7. A Salvaguarda do património urbano no quadro jurídico

A salvaguarda do património está presente em dois quadros jurídicos (GONÇALVES, 2012):

- Um, relativo às políticas de ordenamento do território e de planeamento urbanístico;
- Outro, relativo às políticas de proteção e valorização do património cultural.

O património urbano é entendido/traduz-se em ambos os quadros jurídicos numa sobrevalorização da imagem da cidade, de modo que esta fosse imutável ou de valor intemporal. Tal orienta para que, por um lado, os centros históricos sejam protegidos de uma forma genérica e, por outro lado, a sua gestão urbanística seja reduzida à realização das intervenções diretas no quadro físico que são feitas no âmbito dos programas de reabilitação urbana (GONÇALVES, 2012).

O principal instrumento dedicado à salvaguarda do património urbano é o Plano de Salvaguarda, previsto pela primeira vez em 1985 na Lei do Património Cultural Português, Lei n.º 13/85, DR n.º 153 I Série (06/07/1985), em acordo com a Convenção para a Salvaguarda do património Arquitetónico da Europa (CE, 1985), embora esta lei já tenha sido revogada pela Lei n.º 107/2001, DR n.º 209 I Série-A (08/09/2001), e regulamentado o objeto e os conteúdos no Decreto-Lei n.º 309/2009, DR n.º 206 D.R. I Série (23/10/2009) (GONÇALVES, 2012).

Apesar, de por mais de duas décadas, este vazio legal, atualmente o quadro jurídico do ordenamento do território e do planeamento urbanístico ocupou sempre um enquadramento legal ao PP dedicados à reabilitação urbana e à salvaguarda do património urbano que foram sendo elaborados desde o final da década de 1980 (GONÇALVES, 2012). Todavia, estes planos têm uma natureza defensiva e conservadora e, por isso, têm sido usados apenas como regulamentos administrativos para controlar as intervenções diretas no edificado, podendo-se dizer que a sua natureza passiva contrasta com o próprio conceito de conservação integrada, aliás é a principal característica das políticas de proteção do património cultural baseadas na classificação de imóveis e na sua diferenciação em três categorias (Lei nº 107/2001, 2001):

- Interesse nacional,
- Interesse público,
- Interesse municipal.

Previstos no artigo 15º da atual Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património.

Para cada uma destas categorias, a lei prevê três tipos de instrumentos de salvaguarda dos imóveis classificados (Lei nº 107/2001, 2001):

- a) Zonas de Proteção - com uma servidão administrativa de 50 metros em torno dos limites externos dos imóveis classificados que é acionada automaticamente com o ato de classificação e na qual não podem ser realizadas operações urbanísticas de qualquer ordem sem o parecer favorável da administração do património cultural competente (art. 43.º, §1);
- b) Zonas Especial de Proteção - semelhante à anterior, mas com um perímetro que não obedece necessariamente a uma regra geométrica simples e é fixado pela administração do património cultural competente, de acordo com estudos promovidos pela mesma (art. 43.º, §2);
- c) Plano de Pormenor de Salvaguarda, a desenvolver para cada Zona de Proteção ou Zona Especial de Proteção (art. 53.º).

Deste modo, Adelino Gonçalves chega ao desfecho que, não há nenhum Plano de Pormenor de Salvaguarda em vigor como está previsto na Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, questionando-se mesmo se “(...) existe alguma articulação entre a política de proteção cultural definida por esta lei e os Planos de Pormenores previstos no quadro jurídico da gestão territorial?”. Apresentando o caso de, (Figura 9), onde “(...) não existe qualquer correspondência entre os perímetros das zonas de proteção dos imóveis classificados e os perímetros das áreas de intervenção de Plano de Pormenor que estão a ser desenvolvidos (...) ou mais importante que esta falta de correspondência é o fato de ambas as políticas entenderem a cidade como se fosse uma soma de fragmentos que podem ser planeados separadamente e individualmente.” (GONÇALVES, 2012).

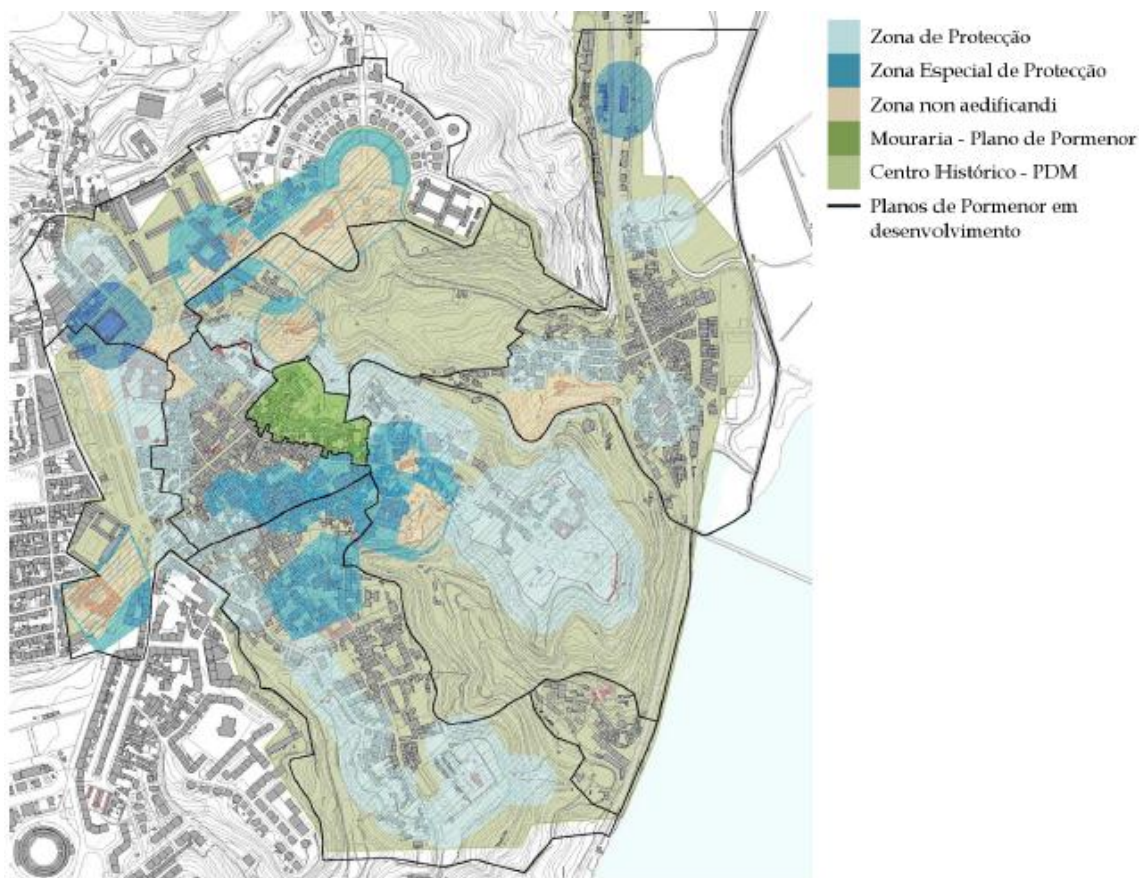


Figura 9: Santarém. Perímetros das Zonas de Protecção e das ZEP de imóveis classificados até 2008 e perímetros de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, tal como estavam previstas no Plano de Urbanização de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém, em elaboração em 2000 na Câmara Municipal de Santarém. CEARQ, HAFICUH, 2006. (GONÇALVES, 2012)

3.7.1. Recentes abordagens na reabilitação urbana

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Administração Pública em relação à problemática relativa à reabilitação urbana ao longo das últimas décadas através de programas de subvenção e programas de suporte técnico e logístico, o próprio Estado reconheceu recentemente a necessidade de abordagens novas e proactivas (Resolução do Conselho de Ministros nº26/2000, 2000).

Decorria o ano 2000 quando foi criado o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (POLIS) que teve um suporte financeiro significativo por parte da União Europeia (UE) e foi pensado de modo a funcionar ao longo de seis anos num conjunto de 40 cidades. Visava acima de tudo a requalificação urbana e ambiental dos centros urbanos e estava estruturado em quatro componentes, identificadas no diploma que aprovou (Resolução do Conselho de Ministros nº26/2000, 2000):

- 1) Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental;
- 2) Intervenção em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial;
- 3) Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento;
- 4) Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades.

Já em 2004 foi criado o Regime Jurídico Excepcional para a Reabilitação Urbana (RJERU), estabelecido com o Decreto-lei n.º 104/2004, DR n.º 107 I Série A (07-05-2004), dos centros históricos, no âmbito do qual podiam ser constituídas a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU). De acordo com o diploma que estabeleceu este regime, as SRU podem ser providas de procedimentos administrativos simplificados para promover e coordenar ações de reabilitação de uma forma proactiva (GONÇALVES, 2012).

Um dos objetivos do programa POLIS enquadra-se em princípios consagrados internacionalmente relativamente à defesa do desenvolvimento urbano sustentável e traduzia-se na implementação de processos que reforçassem o papel desempenhado pelas áreas urbanas centrais nos sistemas urbanos policêntricos contemporâneos. Nas cidades em que o programa POLIS se traduziu em intervenções diretas nos seus centros históricos, a problemática da salvaguarda do património urbano revestiu-se de uma importância particular, em 39 cidades num total de 43 intervenções. Foi o caso de algumas cidades médias como, por exemplo Bragança, Castelo Branco, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia ou Vila Real (GONÇALVES, 2012).

Contrariamente às anteriores experiências de planeamento urbanístico, as abordagens enquadradas pelo programa POLIS e pelo RJERU caracterizam-se por ter uma natureza proactiva

e por tornarem mais pertinente a reflexão e o debate sobre o significado cultural do património urbano e sobre a sua integração no desenvolvimento urbano. Segundo Avelino Gonçalves, o programa POLIS difundiu alguns procedimentos administrativos relativos de renovação urbana da EXPO' 98 que se adequam bem à requalificação do espaço público, já por outro lado, o RJERU confere poderes de autoridade às SRU que se adequam bem à reabilitação e requalificação do quadro físico das áreas urbanas antigas. Esse regime permite que as SRU possam impor a obrigatoriedade da reabilitação de edifícios degradados, substituir proprietários na realização desse tipo de intervenções ou mesmo fazer o exercício da posse administrativa (GONÇALVES, 2012).

Do ponto de vista metodológico e instrumental, importa relevar o facto de as intervenções realizadas no âmbito do programa POLIS deverem ser precedidas por Plano Municipal de Ordenamento do Território, previstos no quadro jurídico por si só uma diferença significativa com práticas urbanísticas, o que constitui uma diferença significativa com as anteriores práticas urbanísticas. Por um lado, porque favorecia a articulação e harmonização entre diferentes planos urbanísticos, e por outro, porque a implementação desses planos estava provida de apoios financeiros e administrativos específicos (GONÇALVES, 2012).

Um caso explícito é, por exemplo, o de Viana do Castelo, (Figura 10), que além do investimento feito na criação de alguns equipamentos culturais e na qualificação de algumas unidades do espaço público, tem apostado na implementação de um novo esquema de mobilidade que visa a permeabilização da fronteira do centro histórico e a articulação desta área com a envolvente urbana imediata (GONÇALVES, 2012).

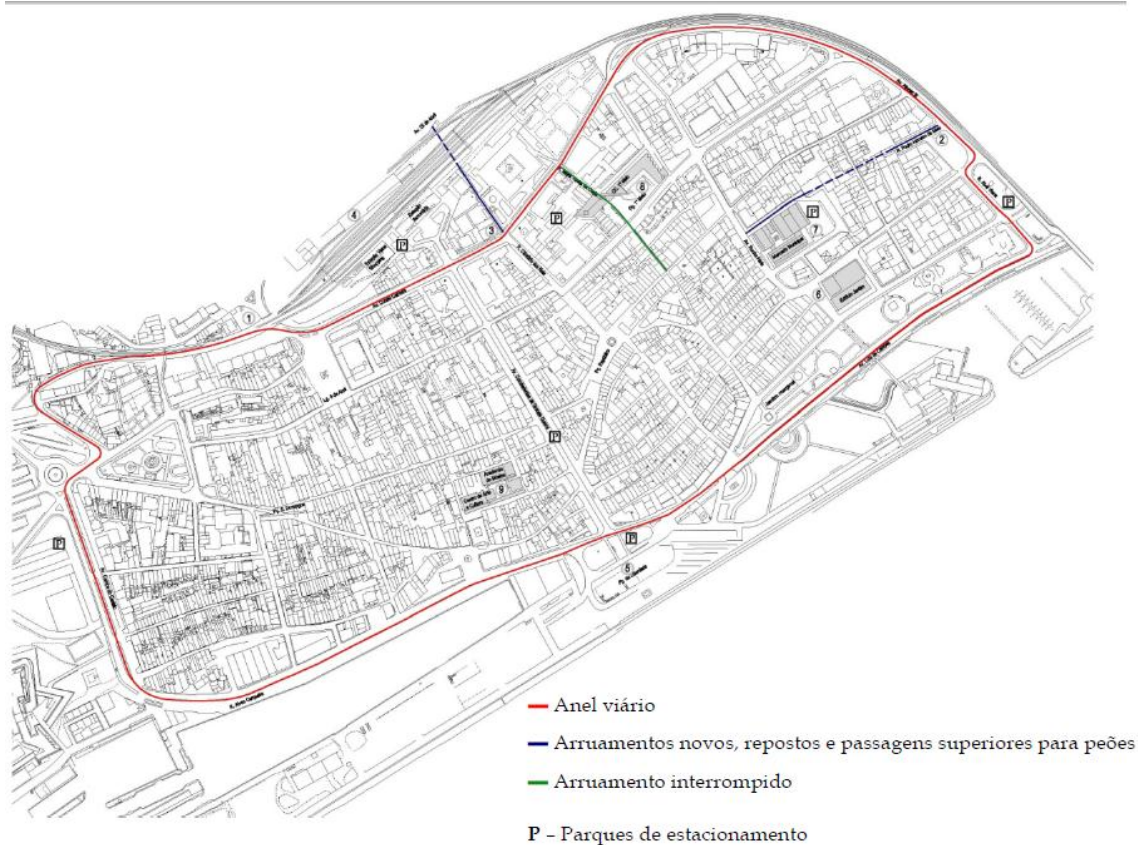


Figura 10: Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, Estacionamento e Mobilidade, Quaternaire Portugal, S.A., 2002. Isilda Magalhães (GONÇALVES, 2012)

Já os SRU têm a legitimidade para decidir se as suas ações devem ser ou não enquadradas em planos urbanísticos e se as intervenções podem ser programadas em função de unidades preestabelecidas que podem corresponder a um quarteirão, a uma rua ou até mesmo a um edifício (GONÇALVES, 2012).

Devido o recente intervenções realizadas no âmbito do programa POLIS e as ações desenvolvidas pelas SRU ainda não é possível apurar e o seu impacto nas dinâmicas de desenvolvimento urbano. Em qualquer das formas, não pode ser esquecidas as diferentes metodológicas e instrumentais em a preocupação de harmonizar e articular planos urbanísticos, através do programa POLIS e das SRI o carácter casual e desintegrado das suas ações. Ações estas que coordenadas pelas SRU não deviam ser designadas como ações de reabilitação urbana, devido a que estas sociedades entendam o fenómeno urbano apenas como uma soma de quarteirões (GONÇALVES, 2012).

Há já mais de três décadas, a Carta Europeia do Património Arquitetónico estabelecia que a reabilitação de centros históricos deve ser realizada dentro de um espírito de justiça social para não provocar o êxodo dos seus habitantes mais desfavorecidos (LOPES, 2000). No entanto, na atualidade, a grande questão não é como evitar o êxodo dos habitantes, mas antes a de

como repovoar estas áreas urbanas. Devido às políticas urbanas e às práticas urbanísticas das últimas três décadas, os resultados mostram que não será alcançado apenas com a reabilitação do quadro físico dos centros históricos. Para isso, a solução passa imperativamente pelo planeamento urbanístico integrado e a gestão urbanística proactiva e o seu exercício não deve ser abordado apenas como uma adoção das boas práticas da doutrina internacional, sendo estas doutrinas em grande medida inócuo no apoio que pode dar à implementação das alterações estruturais dos modelos de desenvolvimento urbano que são necessárias para concretizar políticas de reabilitação urbana. Deste modo que, a prática não pode, distanciar-se da reflexão teórica (GONÇALVES, 2012).

4. Desenvolvimento

4.1. Definição de Desenvolvimento

Desenvolvimento, de acordo com Cowen e Shenton (1996), aparenta desafiar a definição, embora não por falta de definições sobre oferta. É um termo ambíguo que é usado de forma descritiva e normativa para se referir a um processo através do qual uma sociedade se move de um estado para outro, e também para o objetivo desse processo. O processo de desenvolvimento em uma sociedade pode resultar em que alcançar o estado ou condição de desenvolvimento (SHARPLEY & TELFER, 2002).

Em geral, o desenvolvimento deve visto como um termo desprovido de significado preciso, usado para significar qualquer coisa de grande, mudança indefinida para eventos bastante específicas, segundo Welch (1984). Sua ambiguidade é agravada por diferentes usos do termo em diferentes contextos e disciplinas e, além disso, o conceito de desenvolvimento tem evoluído ao longo do tempo. Onde planejadores extremos uma vez aderiram ao mito do desenvolvimento como progresso, no outro extremo, eles denunciam como regressão, por Goulet (1992) (SHARPLEY & TELFER, 2002).

Tradicionalmente, o desenvolvimento tem sido definido em termos ocidentais de modernização do estilo alcançado através do crescimento económico, Redclift (1987). Ou seja, como a economia nacional cresce, aumenta a capacidade produtiva nacional e, desde que a taxa de saída cresça mais rápida do que a taxa de crescimento da população, o desenvolvimento é considerado como uma consequência inevitável (SHARPLEY & TELFER, 2002).

Esta percepção de papel principal de forças econômicas em trazer sobre o desenvolvimento de uma sociedade tem sido muitas vezes tomado como axioma, de modo que o desenvolvimento e o desenvolvimento económico têm vindo a ser considerado como sinônimo, Mabogunje (1980). Já os objetivos de desenvolvimento tornou-se mais amplamente definido com o investimento em educação, habitação e instalações de saúde (com as medidas correspondentes a indicador social) tornando-se parte do processo de desenvolvimento, o crescimento económico e a modernização manteve a perspectiva fundamental (SHARPLEY & TELFER, 2002).

Assim, o conceito de desenvolvimento evoluiu, mais de meio século ou mais, a partir de um processo estritamente definido (pelas nações ocidentais e industrializados), como o crescimento económico para um de longo alcance, a mudança contínua e avaliadas positivamente na totalidade da experiência humana, Harrison, (1988). O objetivo do processo é, na verdade, a autorrealização dos indivíduos dentro de uma sociedade, abrangendo, pelo menos, cinco dimensões, segundo Goulet (1992) (SHARPLEY & TELFER, 2002):

1. Componente econômico - a criação de riqueza e do acesso equitativo aos recursos como um meio de superar a poluição da pobreza;
2. Componente social - a melhoria da saúde, educação, emprego e oportunidades de moradia;
3. Dimensão política - o reconhecimento dos direitos humanos, a criação de liberdade política e habilitação das sociedades para selecionar e operar sistemas políticos for mais adequado às suas necessidades e estruturas;
4. Dimensão cultural - a proteção ou a afirmação da identidade cultural e autoestima;
5. Paradigma da vida - a preservação e fortalecimento dos sistemas de significado, símbolos e crenças de uma sociedade.

Aos quais, talvez, deve ser acrescentada uma sexta dimensão, ou seja, um componente ecológica, o que reflete o surgimento de sustentabilidade ambiental como princípio orientador de todas as políticas de desenvolvimento. Juntas, essas dimensões são amplamente refletida nas metas globais de desenvolvimento identificadas numa OECD, ONU e Banco Mundial (SHARPLEY & TELFER, 2002).

Desenvolvimento, então, é um conceito complexo, multidimensional, que não só abrange o crescimento econômico e indicadores sociais tradicionais, como a saúde, educação e habitação, mas também procura confirmar a integridade política e cultural e liberdade de todos os indivíduos na sociedade. É, com efeito, a mudança contínua e positiva nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais da condição humana, guiado pelo princípio da liberdade de escolha e limitada pela capacidade do ambiente de sustentar tal mudança (SHARPLEY & TELFER, 2002).

4.2. Desenvolvimento turístico

O rápido crescimento e expansão do turismo em todo o mundo resultou em sua integração praticamente universal nas políticas e planos de desenvolvimento locais e nacionais. Em alguns casos, é claro, o turismo pode desempenhar um papel limitado no desenvolvimento; em outros casos, especialmente nos países menos desenvolvidos, segundo Brown em 1998, pode representar a única opção realista. De qualquer maneira, a razão de ser do turismo, a partir de uma perspectiva destino, é o seu papel percebido como um catalisador do desenvolvimento ou, mais precisamente, o crescimento econômico. Ou seja, o motivo mais importante para a adoção do turismo como estratégia de desenvolvimento é sua potencial contribuição para a economia local ou nacional como uma fonte de renda, divisas, emprego e receitas do governo (SHARPLEY, 2009).

4.3. Desenvolvimento turístico em países em crise

A comercialização de destinos individuais e turismo global é vulnerável a súbitas mudanças na percepção do mercado. Ato de natureza ou do homem podem transformar a reputação, desejabilidade e liquidez dos maiores destinos turísticos de um momento para o outro. Os ataques de 11 de setembro de 2001 geraram o pânico mundial, comprometendo a segurança de voos comerciais e a segurança do turismo global, em especial foco os Estados Unidos, Europa, Ásia Central e o Médio Oriente em que muitos dos países sofreram o efeito cascata sobre os destinos vizinhos. Destinos estes que podem ser descritos como países, estados, regiões, cidades, ou vilas que é comercializado ou comercializa-se como lugar para os turistas visitar (BEIRMAN, 2003).

Muitos dos países têm investido fortemente no turismo e adquiriram um elevado nível de dependência económica do sector do turismo. Eventos como este comprometem a viabilidade do destino do qual pode resultar numa rutura da economia do país. Para um indivíduo pode resultar na perda do rendimento, desemprego, e pobreza. No entanto, poucos turistas consideram esta implicação são determinantes para a escolha do destino, do qual consideram que vais satisfazer as suas necessidades com o mínimo de complicações ou ameaças à sua segurança e bem-estar (BEIRMAN, 2003).

As crises do turismo global são prova de que o marketing, nos destinos em crise, não podem mais ser tratados como um problema confinado a apenas a alguns destinos. Desde o 11 de setembro de 2001, que o marketing dos destinos em crise foi movido para além dos claustros da academia para se tornar uma prioridade económica, política e social fundamental para muitas nações em que o turismo é uma indústria importante (BEIRMAN, 2003).

Bill Faulkner e Roslyn Russel (2000) em sua discussão turbulência, caos e complexidade, referem-se a crise e desastre. Eles mencionam que a definição comum de crise é uma ação ou omissão que interfira com funções em curso da organização e à realização dos seus objetivos, a viabilidade ou sobrevivência. Esta definição é mais adequada ao fracasso gerência do que as crises causadas por fatores externos. No entanto, crise, é mais aplicável com a definição deles de desastre, em que um destino turístico é confrontado com súbitas e inesperadas mudanças catastróficas sobre as quais tem pouco controle. Deste modo, a crise é uma situação que exige uma ação da gestão radical em resposta a eventos fora do controle interno da organização, necessitando de adaptação urgente de marketing e práticas operacionais para restaurar a confiança dos empregados, empresas associadas e consumidores na viabilidade do destino (BEIRMAN, 2003).

A popularidade e a conveniência de destinos específicos é influenciada por vários fatores. Estes incluem fatores económicos, tais como acessibilidade, eventos especiais como os Jogos Olímpicos ou Expos e os caprichos de modas e modismos. Uma vasta gama de percepções governa

a conveniência e o apelo de um destino para o viajante em potencial. Seyhmus Baloglu e Ken W. McCleary define as forças que influenciam a formação da imagem de destino, (Figura 11 e 12) (BEIRMAN, 2003).

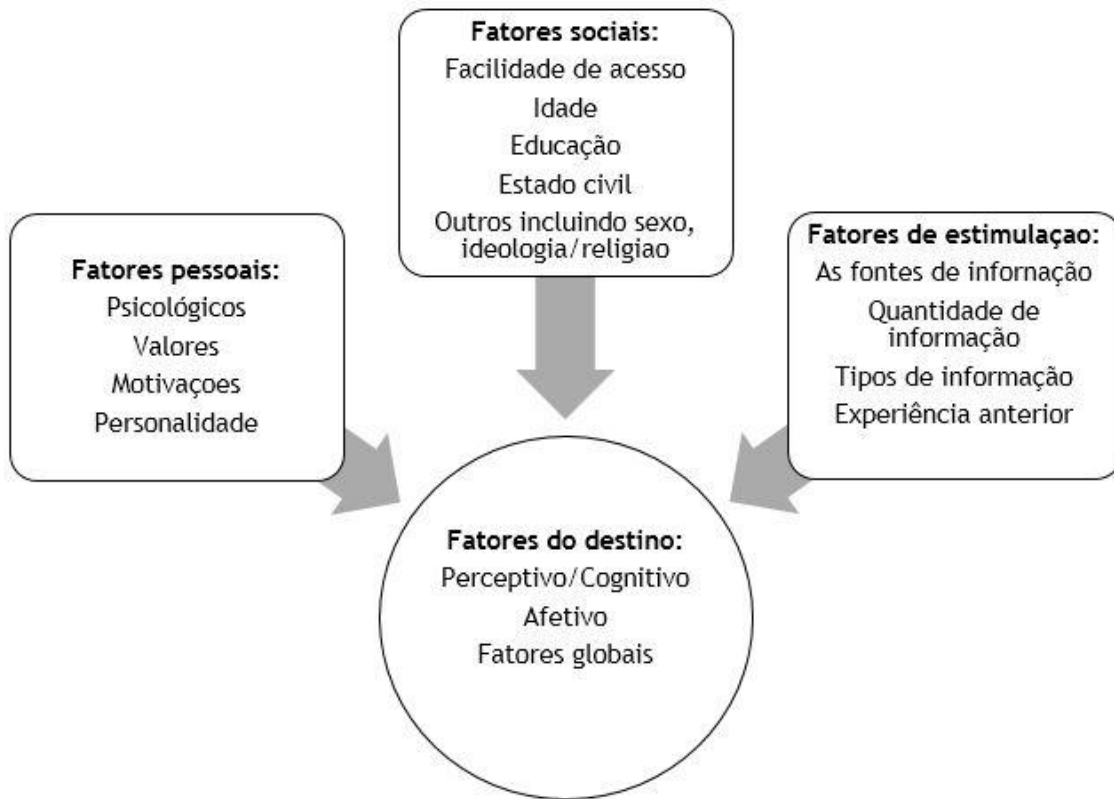


Figura 11: Forças que influenciam o desenvolvimento da imagem de destino (BEIRMAN, 2003)

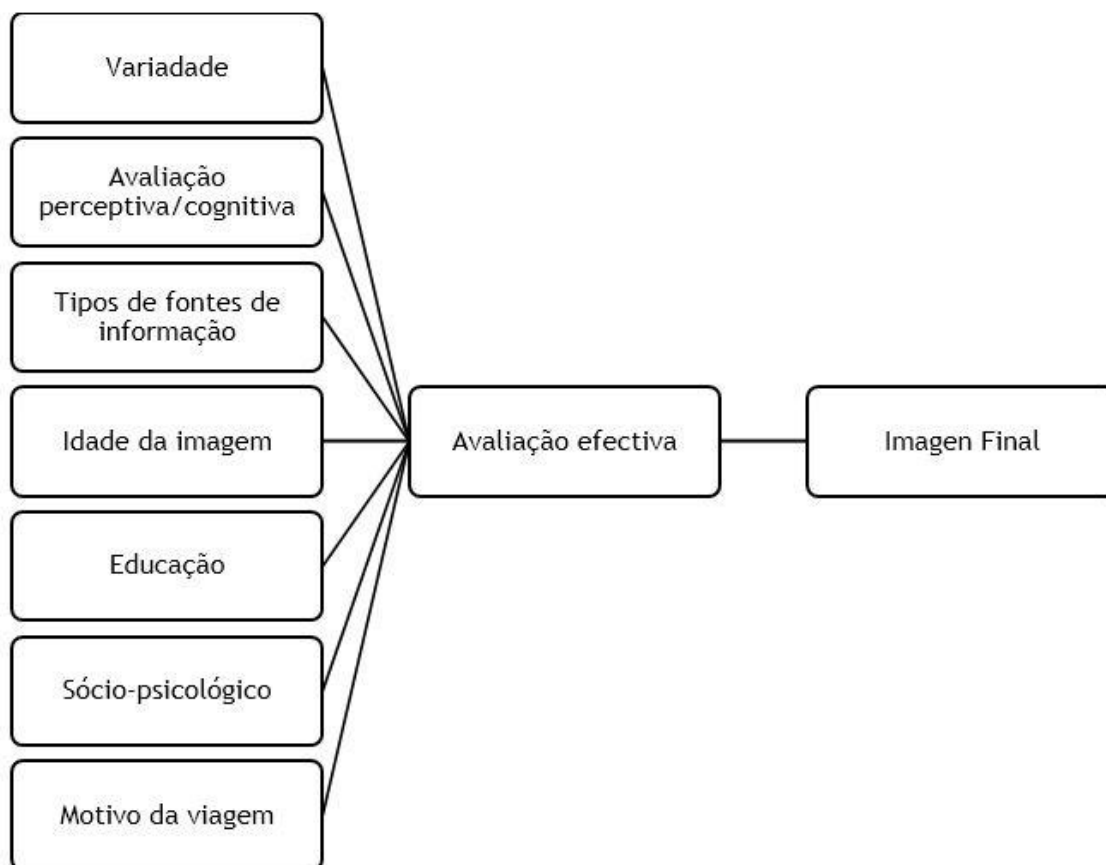


Figura 12: Módulos do caminho da determinação da imagem de destino (BEIRMAN, 2003)

4.3.1. Fatores que podem influenciar a motivação do turista

Um fator determinante na decisão de um viajante para um destino é a percepção de segurança. Eventos específicos ou uma série de eventos pode comprometer essa percepções, a imagem e segurança do destino são (BEIRMAN, 2003):

- Guerra internacional ou conflitos e manifestações prolongadas de conflitos internos;
- Um ou vários atos específicos de terrorismo, especialmente aquelas dirigidas, ou que afetem os turistas;
- Um grande ato criminoso ou onda de crime, especialmente quando os turistas são direcionados;
- Um desastre natural, como terremoto, tempestade ou vulcão, causando danos a áreas urbanas ou o ambiente natural e, conseqüentemente, impactos sobre a infraestrutura turística;
- Problemas de saúde relacionados a epidemias e doenças; estas podem ser doenças que têm impacto sobre os seres humanos direta ou doenças que afetam os animais, o que limita o acesso a atrações turísticas.

Estes eventos ou circunstâncias, individualmente ou em combinação, tem um impacto negativo sobre a percepção da segurança ou conveniência de destinos turísticos. Cada circunstância impõe desafios para as autoridades de turismo e indústria do turismo para implementar estratégias adequadas para restaurar a imagem de destino afetados. Certamente esses fatores não representam a totalidade das questões que podem impactar negativamente a imagem do destino segundo o turista, no entanto a indústria turística realiza uma campanha de marketing para restaurar sua imagem e recuperar seu mercado contra os danos causados por esses eventos. Qualquer destino é potencialmente vulnerável a uma ou mais eventos ao qual restauração de marketing é um elemento essencial na recuperação global do destino (BEIRMAN, 2003).

4.3.2. A escala de DESTON

As forças armadas globais avaliam o estado de prontidão militar em tempos de ameaça à segurança da nação em uma escala de cinco pontos, conhecidos como condições de prontidão da defesa, DESTON, a escala do nível de crise em relação aos desastres do destino em crise. Em termos gerais, escala tem cinco níveis descritos como (BEAVER, 2012):

- DESTON 5 - condições normal de comercialização;
- DESTON 4 - normal, maior inteligência e reforço das medidas de comercialização;
- DESTON 3 - aumento da prontidão de comercialização, acima da prontidão normal;
- DESTON 2 - novo aumento na prontidão de comercialização, menos do que o máximo de prontidão;
- DESTON 1 - crise máxima de prontidão de comercialização.

A seguir se expande em condições do destino (BEAVER, 2012):

- DESTON 5: mínima ameaça para a comercialização do destino.
- DESTON 4: isolar problemas dentro do destino: crime, distúrbios políticos de baixo nível, que podem necessitar de prevenção de áreas específicas, mas têm um impacto mínimo sobre a comercialização global do destino.
- DESTON 3: existem grandes problemas dentro regiões identificáveis do destino, que são bem divulgada e representam uma ameaça credível para turistas nestas áreas. As ameaças incluem um grande crime, os surtos de terrorismo, um desastre natural localizado ou uma epidemia. Os principais problemas em um destino vizinho possa ter impacto a liquidez do principal destino.
- DESTON 2: uma crise desta magnitude coloca grandes partes do país ou sob a ameaça iminente de guerra ou destruição por desastre natural. Esta etapa inclui o terrorismo generalizado em que a segurança dos turistas está sob ameaça mensurável.

Consequentemente, os governos de mercados emissores elevam ou acautelam elevados níveis de preocupação ou insistem em evasão completa.

- DESTON 1: uma crise desta magnitude não só ameaça a comercialização global ou regional sobre o turismo. Na maioria dos casos, trata-se de um grande ato de guerra ou terrorismo, que atrai muitas nações (BEAVER, 2012).

Os passos para gestão da comercialização do destino em crise, de modo a restaurar a confiança nos mercados são (BEIRMAN, 2003):

- A. Identificar o evento/problema ou como uma crise ou um problema.
- B. Estabelecer uma equipa de gestão de crise e definir papéis.
- C. Promover o destino durante e depois da crise.
- D. Monitorizar a recuperação e analisar e experienciar a crise.

4.4. Desenvolvimento sustentável no turismo

O desenvolvimento sustentável do turismo pode ser percebido como uma forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras (INSKEEP, 1991), já Beni (1997), defende, ainda que o turismo sustentável deve pressupor a viabilidade económica e social, privilegiando simultaneamente o ambiente e a cultura local (MARUJO & CARVALHO, 2010).

Segundo a OMT (2003), a noção de turismo sustentável deve ter em conta um modelo de desenvolvimento económico que permita (MARUJO & CARVALHO, 2010):

- Melhorar a qualidade de vida das comunidades anfitriãs;
- Melhorar a qualidade de vida com benefícios económicos e sociais para os residentes e para as empresas;
- Promover uma qualidade elevada na experiência do visitante; manter a qualidade do ambiente da qual depende não só a comunidade anfitriã, mas também do visitante;
- Assegurar uma distribuição equitativa tanto dos benefícios como dos custos;
- Encorajar a compreensão dos impactos do turismo no ambiente cultural, humano e material;
- Melhorar as infraestruturas sociais e de cuidados de saúde.

No mesmo pensamento, Ruschmann (2008) argumenta que para o turismo sustentável é necessário a existência de turistas mais responsáveis, que a sua interação com as comunidades receptoras no campo social, cultural e ambiental seja de uma forma equilibrada. Sachs (1993), afirma que o desenvolvimento sustentável deve ser implementado por uma metodologia de planeamento de forma a ser um espaço de aprendizagem social e que possa refletir uma síntese

pedagógica. Segundo o autor, o turismo sustentável está fundamentado nos seguintes princípios de sustentabilidade (MARUJO & CARVALHO, 2010):

- a) Sustentabilidade social: fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma redução das atuais diferenças sociais;
- b) Sustentabilidade cultural: consolidada na necessidade de procurar soluções de âmbito local através das potencialidades das culturas específicas, levando em consideração a identidade cultural e o modo de vida local, bem como a participação da população nos processos de decisão e na formulação de planos de desenvolvimento turístico;
- c) Sustentabilidade ecológica: apoiada na teoria de que o desenvolvimento turístico deve limitar o consumo dos recursos naturais, e provocar poucos danos aos sistemas de sustentação da vida;
- d) Sustentabilidade económica: possibilitar o crescimento económico para as gerações atuais, bem como o manuseamento responsável dos recursos naturais que deverão ter o papel de satisfazer as necessidades das gerações futuras;
- e) Sustentabilidade espacial: baseada na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos de forma a evitar exceder a capacidade de carga;
- f) Sustentabilidade política: alicerçada na negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais que vão do âmbito local ao global.

Assim, para Sachs (1993), a sustentabilidade só poderá ser impulsionada através da operacionalização de um modelo de planeamento que possa privilegiar todas as suas dimensões. É óbvio que o conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo funciona como uma estratégia saudável para a procura de uma integração entre uso turístico, melhoria das condições de vida das comunidades locais e preservação do meio ambiente (MARUJO & CARVALHO, 2010).

4.5. Desenvolvimento do turismo do património: impactes positivos

A atividade turística não é só compatível com a valorização dos recursos patrimoniais das localidades receptoras de fluxo de visitantes, mas estão também fortemente interligadas, e o seu sucesso individual depende da relação de uma com a outra (COSTA, 1996).

Um estudo publicado pela World Tourism Organization, em 1980, baseado na análise de 1619 planos de turismo recolhidos a nível mundial e na investigação integrada de diversos académicos da área, demonstrou que a atividade turística, pelo menos até a década de 80, foi responsável,

não pela consolidação dos recursos locais mas sim, pela sua degradação, consumo irracional e mesmo destruição (WTO, 1980).

Uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico assente na valorização do património da área de destino tem como objetivo, pelo contrário, garantir vantagens a vários níveis de desenvolvimento cultural e socioeconómico da área em questão. Neste contexto, o turismo cultural assume um papel de relevo. Já em 1976, o ICOSMOS elaborou a Carta do Turismo Cultural, subscrita por 17 entidades, entre as quais WTO. O documento reconhece os efeitos benéficos do turismo cultural, mas também alerta acerca de vários perigos ligados ao desenvolvimento turístico com a sobrecarga de visitantes, uma situação indesejável mas que já afeta negativamente vários destinos, aconselhando uma mais estreita cooperação entre organismos representativos do Turismo, por um lado, e da proteção e gestão do património, por outro, no sentido de obterem uma integração dos valores culturais nos objetivos sociais e económicos do planeamento dos recursos do Estado, das regiões e das comunidades locais (LOPES, 2000).

Entre os primeiros benefícios da valorização e promoção dos recursos culturais com fins turísticos é, como demonstrado para contextos urbanos, a regeneração e autossustentabilidade do próprio património (FERREIRA, 2003).

Convém mencionar, a propósito da requalificação urbana ligada à valorização do património cultural, nomeadamente arqueológico, e ao turismo, os êxitos positivos do projeto do complexo dos Mercados de Traiano, em pleno centro da cidade de Roma. A afluência constante de visitantes à antiga Via Biberatica, após as devidas ações de preservação e adaptação, consentiram não só requalificação de uma área até à altura deixada ao abandono, mas também incentivaram novas ações de conservação para o deleite turístico dos vestígios arqueológicos em pleno centro por parte das entidades governamentais (QUATTROCCHI, 2001).

Claramente, os impactes positivos refletem-se também a nível económico, pois se o turismo, em geral, gera efeitos multiplicadores numa economia recetora (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998), sobretudo a nível local, um planeamento integrado e uma correta estão da atividade turística ligada ao património assenta nos pressupostos para a criação de emprego e revitalização do artesanato e de outras atividades económicas tradicionais a nível local (MASON, 2003).

De acordo com Ashworth e Tunbridge, existem dois tipos de abordagens perfeitamente opostas no que se refere à justificação económica da valorização do património para benefícios económicos: segundo uma abordagem que podemos definir ética, não é necessário ter uma contrapartida económica quando se fala de preservação do património cultural; e segundo uma abordagem mais pragmática, o benefício económico que traz a preservação e dinamização do património representa uma das principais, se não a única, razão para a valorização dos recursos

disponíveis. Assim duas abordagens podem ser consideradas aceitáveis: se de um lado o património não é por natureza diretamente ligado ao turismo, por outro lado temos que considerar a existência de casos de sucesso em que o património se tornou um recurso económico e seu aproveitamento representou a solução, ou parte dela, de problemas socioeconómicos (ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000).

A este respeito existem também pontos de vista diferentes, segundo o qual existe uma forte limitação no contributo que o turismo pode dar para a dinamização económica, nomeadamente para a criação de emprego: o efeito direto do turismo tende a gerar a curto prazo uma pirâmide ocupacional muito pouco ampla, resultando na criação de empregos sujeitos à falta de possibilidade de avanço nas carreiras, sobretudo em setores como a restauração e a hotelaria, embora tais limitações não se manifestem noutros setores envolvidos no desenvolvimento do turismo, pois requerem um alto grau de especialização e prevêem avanços nas carreiras profissionais (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Então o planeamento estratégico assente na valorização do património minimiza estas limitações: integrar as áreas de estudo e conservação do património no planeamento turístico, representa um forte contributo para a ampliação da pirâmide diretamente ligada ao desenvolvimento turístico. Igualmente é preciso de referir que estas limitações não podem por si só inverter tendências negativas no desenvolvimento do turismo ligadas à escassa da qualificação, da maioria das pessoas ocupadas no turismo, (Figura 13), com óbvias consequências na qualidade dos serviços oferecidos (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

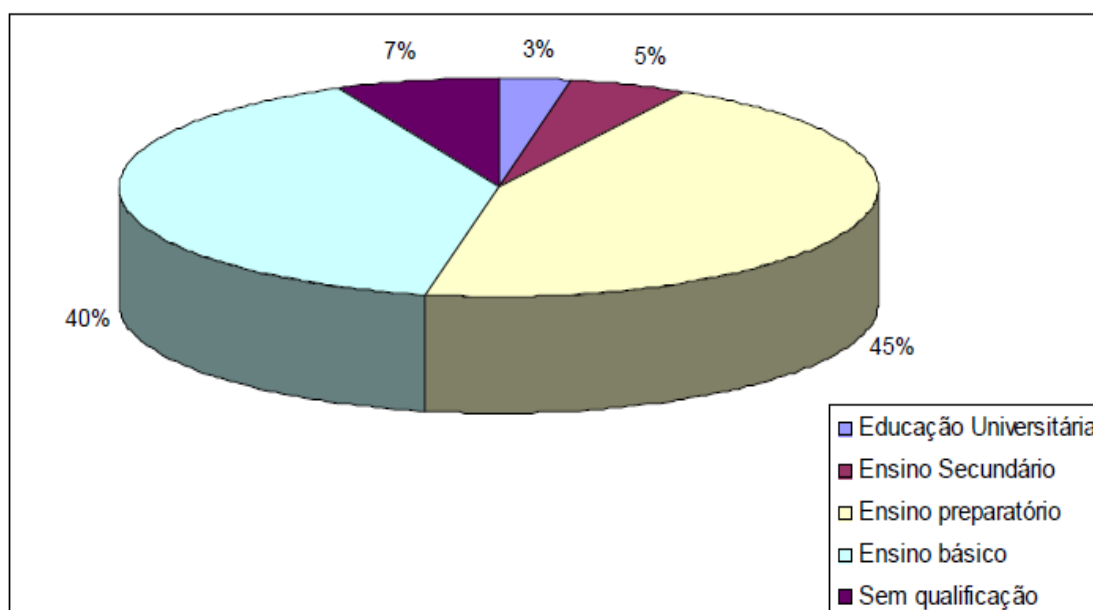


Figura 13: Nível de qualificação do pessoal empregado em turismo (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Esta afirmação encontra confirmação, na área específica do património arqueológico, no Diretório de Empresas e Profissionais de Arqueologia Propostos pelo Centro Arqueologia de Almada, segundo o qual existem atualmente em Portugal mais de 95 empresas empenhadas não só em trabalhos arqueológicos de campo mas também, e cada vez mais, em projetos de valorização, gestão musealização do património e ainda de animação e turismo cultural (RAPOSO, 2005).

A valorização do património com fins turísticos pode representar ainda um instrumento propiciador do aumento da autoestima e fortalecimento da consciência histórica da população local, invertendo a tendência geral de que as atividades turísticas podem ser prejudiciais no âmbito sociocultural para as populações anfitriãs. O planeamento do desenvolvimento turístico ligado ao património torna-se um elemento fundamental e contributo material para o desenvolvimento local, algo integrado, plurifacetado, com enormes benefícios sobre as comunidades (POLACCO, 2001).

A estratégia no planeamento do desenvolvimento turístico tem que se visar não só a criação da oferta de uma experiência qualitativamente satisfatória para os visitantes do destino turístico, mas ainda antes tem que representa um instrumento de crescimento cultural para a população residente: a possibilidade de deleite dos sítios com valor patrimonial, tais como sítios arqueológicos, os centros históricos, etc., resulta, nesta ótica, em algo especialmente direcionado aos jovens, envolvidos no processo de desenvolvimento turístico através da promoção do turismo escolar, por exemplo, como prática de aprendizagem não formal. Esta prática reponde, à exigência de ensinar às novas gerações, não só a utilização dos modernos meios de comunicar, isto é, a transmitir as características culturais próprias, recuperando o processo que os antigos gregos chamavam de paideia, a formação do homem livre, livre de afirmar plenamente si próprio com base no seu património cultural, sem renunciar a competir e colaborar de maneira leal com os outros (POLACCO, 2001).

4.6. Desenvolvimento do turismo do património: impactes negativos

O turista representa, devido aos seus efeitos multiplicadores, um instrumento importante no desenvolvimento não só económico, mas também sociocultural a nível local. Contudo, são numerosos os impactes indesejáveis diretamente ligados ao crescimento da atividade turística num local: existem a poluição da água e do ar, a poluição sonora e a distorção de equilíbrios ecológicos, por exemplo, no que diz respeito aos impactes sobre o meio ambiente e, no património cultural, danos nos locais históricos e de interesse arquitetónico (INSKEEP, 1991).

No âmbito dos impactes negativos do desenvolvimento a nível sociocultural, a identidade cultural de um povo foi sendo infetada e deturpada pela invasão, não planeada e desorganizada, dos que comercializam e consomem a diferença e a autenticidade (BRITO & SILVA, 2005).

Parece evidente, portanto, a importância de um planeamento cuidado que permita controlar o desenvolvimento da atividade turística e o crescimento sustentável da mesma, reduzindo ao mínimo os seus impactes indesejáveis. O bem-estar e o crescimento socioeconómico da população residente estão entre os objetivos imprescindíveis do planeamento do desenvolvimento turístico sustentável (BRITO & SILVA, 2005).

A tendência crescente no processo de desenvolvimento turístico é a de utilizar da melhor forma os recursos únicos de que o local dispõe, isto é, proporcionar formas de autossustentabilidade para o património que, enquanto atração, representa um elemento básico para a atividade turística. Isto não quer contudo dizer que os impactes negativos da atividade turística possam ser reduzidos a zero, nem com os melhores planos de desenvolvimento, devido à fragilidade de qualquer tipo de sistema económico, ambiental ou social (BRITO & SILVA, 2005).

Impactes económicos negativos no destino podem ser representado, por exemplo, e de acordo com pela migração de mão-de-obra de outros sectores para o turismo. Este fenómeno traz sem dúvida impactes económicos negativos para os sectores paralelos ao turismo, que perdem unidades de trabalho. É o caso do sector agrícola (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Outro efeito mencionado na literatura entre os impactes negativos do desenvolvimento turístico numa área destino é o efeito deslocamento, isto é, a substituição duma forma de despesa/atividade económica por outra em favor do desenvolvimento da atividade turística. A indústria turística estará a desenvolver-se às custas de outros sectores (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Contudo, no plano integrado de desenvolvimento de uma área, a escolha estratégica dos sectores económicos sobre os quais apostar torna este tipo de fenómenos totalmente previsível, é portanto duvidosa a sua inserção entre os impactes negativos do turismo. Ainda entres outros impactes negativos, reais ou potenciais, no âmbito socio cultural, o aumento de atividades criminais e da prostituição, que tem como principal consequência a difusão de doenças sexualmente transmissíveis. Já no âmbito mais cultural, um risco para a autenticidade da cultura da área destino é a mercantilização da cultura e dos produtos culturais (CARBONE, 2006).

Por fim, entre impactes negativos da atividade turística, particularmente ligados á falta de qualidade do planeamento do desenvolvimento, existe a alterações irreversíveis no meio

ambiente, assim como a degradação de lugares de valor histórico-cultural, com sítios arqueológicos, centros históricos, etc. (CARBONE, 2006).

5. Planeamento Integrado em Turismo do Património

5.1. Ciclo de Vida de Área de Turismo (TALC) de Butler

Desenvolvido em 1980 por Richard Butler, este ciclo de vida é baseado no conceito de ciclo do produto através da Chistaller (1960). O ciclo de vida do produto é uma teoria em que as vendas de um produto novo são vistas a crescer lentamente e, em seguida, deteta um crescimento rápido, antes de estabilizar e, sequeamente, a diminuir, (Figura 14). Quando aplicado aos destinos turísticos, o modelo sugere que destino desenvolvem e mudam ao longo do tempo e há uma série de etapas ligadas: exploração; envolvimento; consolidação. Durante estas fases a indústria do turismo se desenvolve e o destino tem um número crescente de turistas. Após a consolidação, há uma série de possibilidades. O destino poderia estagnar, sem qualquer aumento ou diminuição do número; podia declinar ou poderia rejuvenescer, (Figura 15) (MASON, 2003).

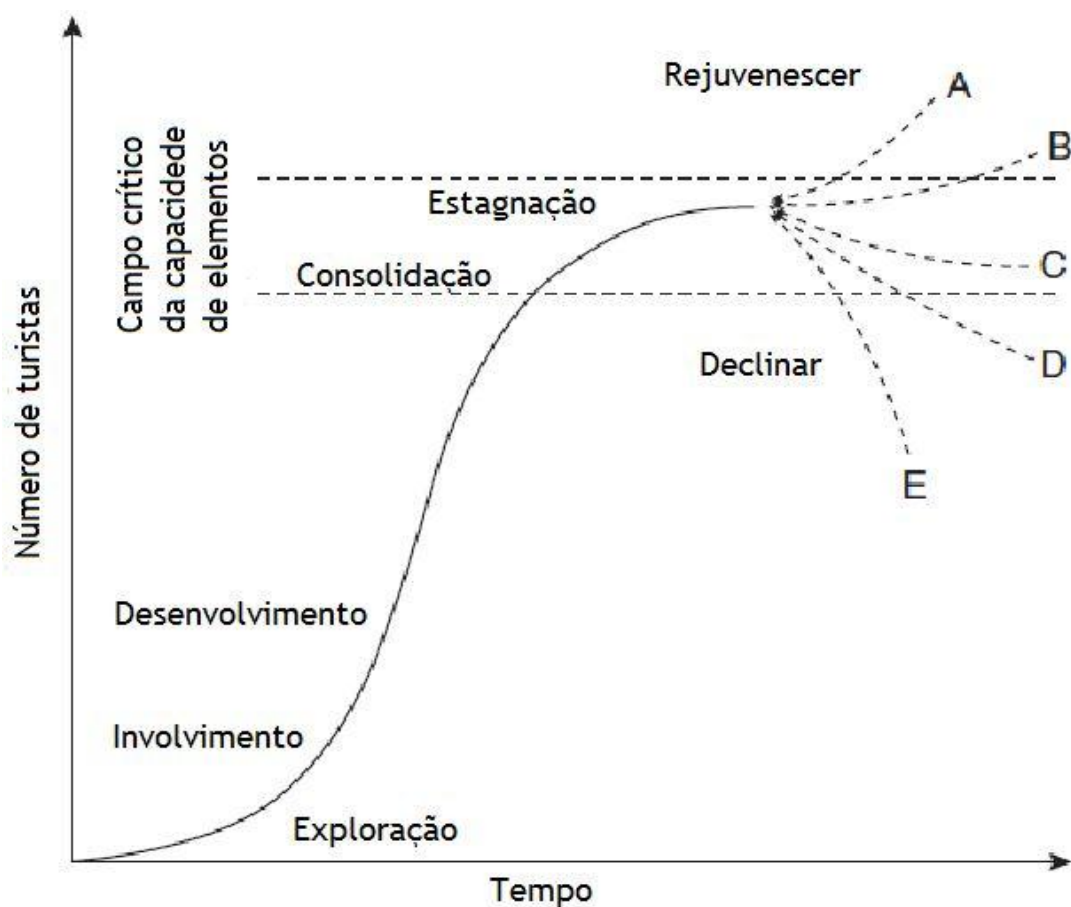


Figura 14: Ciclo de Vida de Área de Turismo de Butler (MASON, 2003)

Fase	Características
Exploração	<ul style="list-style-type: none"> ● Poucos turistas aventureiros, visitam locais sem equipamentos públicos ● Os visitantes atraídos para o produto pela característica física natural ● Tipo de visitante específico de natureza selecionada
Involvimento	<ul style="list-style-type: none"> ● Interação limitada entre os moradores locais e da indústria do turismo em desenvolvimento leva à prestação de serviços básicos * O aumento da publicidade induz um padrão definível de variação sazonal * Área de mercado definida começa a emergir
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolvimento de infra-estruturas turísticas adicionais e aumento dos esforços promocionais * Maior controle do comércio turístico por pessoas de fora * Número de turistas em períodos de pico supera em muito o tamanho da população residente, induzindo crescente antagonismo por este último para o primeiro
Consolidação	<ul style="list-style-type: none"> * O turismo se tornou uma parte importante da economia local, mas as taxas de crescimento começaram a se estabilizar ● A área de negócios bem delineado tomou forma ● Algumas das mais velhas deteriorações das facilidades são vistos como segunda categoria * São feitos esforços locais para estender a temporada turística
Estagnação	<ul style="list-style-type: none"> * Números de pico de turistas e os níveis de capacidade são atingidos * O resort tem uma imagem bem estabelecida, mas já não está na moda * O estoque alojamento está se erodindo e taxas de rotatividade das propriedades são elevados
Pós-estagnação	<ul style="list-style-type: none"> * Cinco possibilidades, refletindo uma gama de opções que podem ser seguidos, dependendo em parte o sucesso das decisões de gestão locais. Em ambos os extremos são o rejuvenescimento e declínio

Figura 15: Estágios de desenvolvimento do produto e recursos associados (MASON, 2003)

Basicamente, Butler descreveu quatro estágios que um destino (ou local) atravessa em termos de desenvolvimento do turismo, traçando-os em uma curva de sino. Inicialmente, os visitantes chegam em pequenas quantidades e são apoiados por recursos limitados, muitas vezes há falta de acesso e conhecimento local restrito de suas necessidades. Nesta fase inicial, eles são altamente aventureiro, à procura de locais que ainda não foram destruídas pelo turismo. No entanto, como outros modelos demonstram, os visitantes trazem as sementes da mudança com eles, e pode ser fundamental para realmente criar o tipo de destino que eles desprezam. Este é o grande paradoxo do turismo, e um que voltará muitas vezes (BEETON, 2006).

Na segunda etapa, a consciência do destino está crescendo, assim como o número de visitantes e instalações. É em torno desta fase que o destino começa a aumentar a sua comercialização, divulgação de informações e novas disposições de facilidade. Sua popularidade cresce rapidamente e o destino move para a terceira fase do ciclo de vida, que muitas vezes se torna uma forma de turismo de massa. Finalmente, como os níveis de capacidade são alcançados, o destino não consegue lidar com os custos sociais e ambientais do turismo de massas, e como consequência, a taxa de aumento no número de visitantes diminui até que o destino falhe (BEETON, 2006).

No entanto, como sabemos, milhões de destinos em todo o mundo continuam a apoiar o turismo. Butler reconhece que há um estágio um pouco antes da queda, onde os destinos podem

intervir e buscar uma gama de opções para revigorar o seu turismo. Por exemplo, eles podem aumentar a capacidade, passar para incentivar um mercado diferente ou outro tipo de turismo. No entanto, estes têm de ter vontade política e um forte conhecimento teórico (e prático) na compreensão das complexidades do desenvolvimento do turismo e sua relação com a comunidade de acolhimento (BEETON, 2006).

5.2. Natureza do planeamento e necessidade de planear

O termo planeamento é bastante difícil de definir devido a uma grande diversidade de contextos em que o termo é utilizado. Em linhas gerais, a necessidade de planear, independente da área nasce com a exigência de maximizar efeitos positivos de um determinado processo de desenvolvimento e, limitar ou anular os impactes negativos do mesmo. A atividade de planear, essencialmente entre outras coisas, contribui para a prevenção de dificuldades que possam afetar o processo normal de desenvolvimento de modo a proporcionar uma margem razoável sobre os efeitos positivos e negativos deste processo, adotado por Williams (1998) (MASON, 2003).

A preocupação com o planeamento, no âmbito do turismo, foi aumentando de acordo com o crescimento do significado social, económico, ambiental e político do turismo, tornando-se mais persistente a necessidade de compreender, acompanhar e avaliar continuamente o processo de crescimento, de tal forma que os seus impactes positivos prevaleçam sobre os negativos (BRITO & SILVA, 2005).

Desta forma, a falta de planeamento num processo de desenvolvimento turístico pode levar ao surgimento de fortes impactes negativos inesperados a nível económico, social e ambiental na área destino, o que segundo as novas tendências de gestão e desenvolvimento é indesejável, afirmado por Williams, 1998 (MASON, 2003).

Uma das grandes questões é, em que consiste a atividade de planear? Numa linha geral, o planeamento representa o estudo e a criação duma sequência racional de operações a efetuar para atingir determinados objetivos, Gunn (1988). Um plano é uma ferramenta indispensável que ajuda a prever os riscos, a estudar possíveis cenários negativos e antecipadamente achar soluções, a otimizar todos os esforços, etc., segundo os autores Gunn (1988) e Williams em (1998) (MASON, 2003).

Embora o conceito de planear seja bastante dinâmico, uma estrutura, (Figura 16), reflete um processo de planeamento mais coerente (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

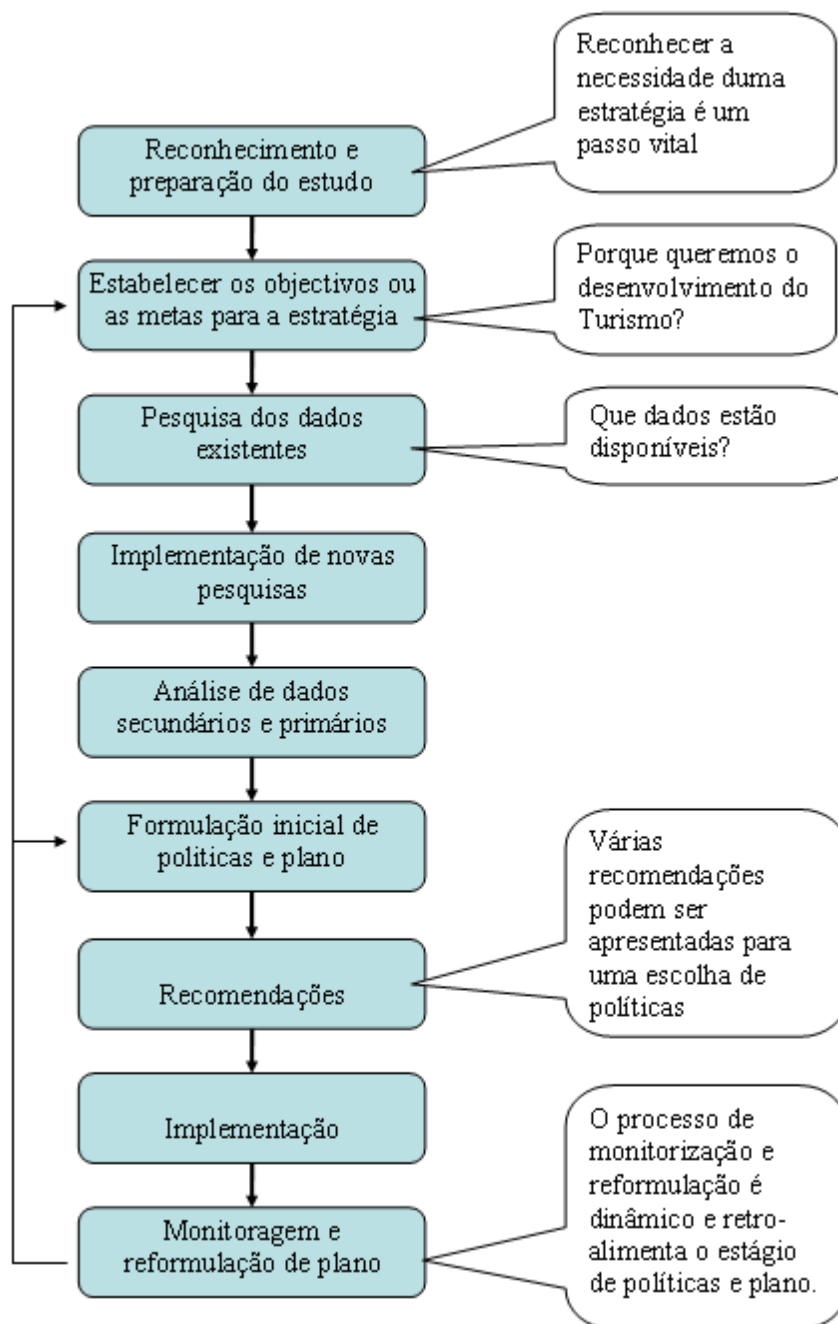


Figura 16: Representação esquemática do processo de planeamento (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

5.3. Planeamento integrado em turismo: as potencialidades do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável

Em qualquer forma de desenvolvimentos económicos é necessário um planeamento cuidadoso para que se possam atingir os objetivos que estão na base do próprio processo de desenvolvimento. O turismo ao apresentar um carácter multisectorial impõe uma manutenção particular na fase de planeamento do seu desenvolvimento, onde é necessário ter em

consideração todos os impactes positivos e negativos que este crescimento pode trazer consigo a nível ambiental, social, cultural e económico (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

As dificuldades que se apresentam no planeamento do desenvolvimento turístico numa área de destino é a exigência de conseguir satisfazer todos os envolvidos no processo: o sector privado, o sector público e governamental, as entidades não-governamentais e a da própria população podem ter pontos de vista diferentes, que por vezes são incompatíveis, no que diz respeito ao desenvolvimento do planeamento turístico. Todos estes intervenientes apresentam necessidades e objetivos diferentes em relação ao crescimento da atividade turística numa determinada área, quer seja de carácter económico de curto prazo, que de carácter exclusivamente cultural a médio e longo prazo (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Deste modo o processo mais difícil no planeamento turístico é criar uma estratégia única e integrada que vise o interesse de todos os interessados, de modo a satisfazer as necessidades e prioridades económicas e culturais como garantir a implementação das decisões. No planeamento estratégico, um planeamento que visa alcançar objetivos a longo prazo, em vez da antiga tendência de definir objetivos a curto prazo que só beneficiava essencialmente a exploração do turismo por parte de sector privado, de onde resultavam a maioria a lucros económicos (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Ao falarmos de uma estratégia de planeamento integrado, que englobe todas as áreas no processo de desenvolvimento económico, físico, social e cultural, apresenta vários níveis de planeamentos em turismo: a nível internacional, a nível nacional e o a nível regional ou local (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

5.3.1. O planeamento turístico a nível internacional

A nível internacional, vários organismos como a WTO, a União Europeia entre outros tentam desenvolver formas de planeamento e desenvolvimento turístico. As políticas adotadas por estes organismos têm contribuído para a mudanças das tendências no que diz respeito às metodologias de planeamento ou até às motivações de desenvolvimento (RICHARDS G. , 1996).

No que refere ao turismo cultural, um dos primeiros exemplos a grande escala a nível europeu, na mudança da definição de planeamento e desenvolvimento, é a criação da designação Capital da Cultura. A ideia lançada na Ministra Grega da Cultura Europeia em 1980, é a de designar anualmente uma cidade como Capital da Cultura, mas só foi adotada pela Comunidade Europeia em 1985, com Atenas, nesse mesmo ano, como a primeira Capital Europeia da Cultura. Passava assim a promover uma cidade europeia através da nomeação de capital europeia da cultura, despertando assim grandes potencialidades, como a criação de “brand” (marca) assente na

diversificação da oferta e na valorização da cultura, como na elaboração de programas culturais anuais, estavam subjacentes a tal ideia (RICHARDS G. , 1996).

Na perspetiva de Van der Borg (1994), só se começa a falar de uma verdadeira atividade de planeamento em resposta à nomeação de cidade europeia a Capital da Cultura a partir de 1990. Apenas com a nomeação de Glasgow, nesse mesmo ano, é que se começou a verificar o processo de desenvolvimento turístico e de requalificação urbano e através da atenção internacional à sua disposição, com a promoção através parcerias entre o sector privado e publico a regeneração da cidade e a sua imagem de destino cultural que ainda hoje mantem. As capitais que se seguiram adotaram o mesmo exemplo, embora algumas com maiores êxitos de que outras. Tornando, de forma indireta, o motor de desenvolvimento e regeneração (RICHARDS G. , 1996).

Outro dos exemplos, é o “*World Heritage List*” (Lista do Património Mundial), criado pela UNESCO em 1972, medida a escala internacional, e que junta o turismo ao património e à cultura, é uma lista de locais de particular interesse patrimonial, seja ele natural ou cultural, classificados como Património Cultural. Esta lista consta atualmente com 161 países, 1001 bens inscritos (31 bens transfronteiriços, 2 bens retirados, 46 bens em perigo, 779 bens culturais, 197 bens naturais e 31 bens mistos) entre os quais se incluem 15 bens portugueses (UNESCO, 2014)

A classificação de Património Mundial por si só não traz benefícios técnicos ou financeiros diretos. No entanto, os governos de todo o mundo desenvolvem esforços para incluir os seus monumentos na lista, de modo aproveitarem-se da visibilidade e o prestígio internacional que esta lista traz a nível de imagem, que a médio e longo prazo proporciona o aumento do interesse (INSKEEP, 1991).

5.3.2. Planeamento turístico a nível nacional

Segundo Cooper *et al.* (2001), as principais razões para o envolvimento governamental na atividade de planeamento turístico, são (FREDERICO, 2006):

- a) Captação de moeda estrangeira e sua importância para a balança de pagamentos.
- b) Geração de empregos e a necessidade de fornecer educação e formação profissional.
- c) Indústria grande e fragmentada, exigindo coordenação e desenvolvimento de marketing.
- d) Maximização dos benefícios para a comunidade anfitriã.
- e) Distribuição de forma equitativa dos benefícios e custos.
- f) Construção da imagem do país como destino turístico.
- g) Regulamentação do mercado para proteger consumidores e impedir concorrência desleal.

- h) Fornecimentos de bens públicos e infraestruturas como parte do produto turístico.
- i) Proteção dos recursos turísticos e do meio ambiente.
- j) Regulamentação dos aspetos do comportamento social.
- k) Monitorização do nível da atividade turística através de levantamentos estatísticos.

De tal modo a União Internacional de Organizações de Viagens (IUOTO), percussora da OMT, nos anos de 1970, que o turismo era um sector tao importante que para fomentá-lo e desenvolvê-lo numa escala proporcional à sua importância nacional e mobilizar todos os recursos para esse fim, seria necessário centralizar os poderes responsáveis pela elaboração de políticas nas mãos do Estado para que ele pudesse tomar as medidas apropriadas a fim de criar uma estrutura apropriada para a divulgação e o desenvolvimento do turismo pelos vários setores envolvidos. Segundo IUOTO (1974), citado por HALL (2001) (FREDERICO, 2006).

Sendo assim, segundo Dias (2003), o Estado, para além de manter as funções de coordenação, planeamento, legislação e regulamentação, este deve também exercer funções de empreendedorismo, incentivador da atividade privada, de atuação social e de promotor de atividade turística (FREDERICO, 2006).

O planeamento turístico a nível nacional abrange planos turísticos de um País na cultura (como património, material e não-material, mas também eventos culturais) (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998). Ultimamente, segundo Kontokolias (2003), os eventos desportivos de carácter internacional tem servido de pretexto para promover através da visibilidade internacional que estes eventos proporcionam. Os governos encaram estes eventos como uma oportunidade de melhorar a própria imagem, para dar inicio ou complementar planos de desenvolvimento um dos exemplos mais recentes desta tendência, foi o caso da Grécia ao hospedarem os Jogos Olímpicos, em 2004, utilizaram o evento como instrumento para o melhoramento da oferta e o incremento da atividade turística, ao apostarem na forte carga histórico-cultural dada ao fato deste evento desportivo se realizar no País que criou estes Jogos (CARBONE, 2006).

Para muitos autores, a principal função do Estado é a promoção do turismo nas regiões emissoras de turismo através de campanhas de marketing, segundo as opiniões de FERNANDES (2002), DIAS (2003), HALL e COOPER *et al.* (2001). Esta medida visa que o Estado identifique os potenciais mercados-alvo e o melhor método de atraí-los, uma vez que estes demonstrem interesse em adquirir o produto turístico, guia-los pelos pontos turísticos (FREDERICO, 2006).

5.3.3. Planeamento turístico a nível local

O planeamento a nível local, é o que lida, com questões específicas que dizem respeito a uma determinada área dentro de um País ou dentro de uma região, mesmo estando dependentes dos outros níveis: áreas específicas de interesse patrimonial, como áreas naturais protegidas,

áreas arqueológicas, centros históricos, entre outras (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Apesar das prioridades de ação serem diferentes de uma localidade para a outra, todas se relacionam quanto ao elevado grau de especificidade no que diz respeito aos planos de desenvolvimento integrado do turismo. O plano de desenvolvimento a nível local tem sempre que ter em conta as características e as necessidades efetivas da área destino. Para além da capacidade da população de lidar com um crescimento da atividade turística, é necessário apostar nos pontos fortes e reconhecer os pontos fracos da localidade no que diz respeito aos recursos disponíveis, sejam eles logísticos, culturais, financeiros, humanos, etc. (CARBONE, 2006).

Em acordo com PEREIRA e BELEM (2004), no âmbito do desenvolvimento e turismo local, existem uma série de boas práticas recolhidas pela ONU na altura da conferência de Istambul sobre o “Desenvolvimento Humano” em 1996, que referenciam exemplos de estratégias implementadas com sucesso de modo a conseguir um processo de desenvolvimento sustentável, que assentam em princípios de parcerias, da atenção impactes e a sua sustentabilidade. Mas segundo os mesmos autores também devem dar poder às pessoas, participação pública, transparência, abertura e confiança, partilha de conhecimento, planeamento estratégico, liderança e mudança (CARBONE, 2006).

Uma das grandes potencialidades do património cultural enquanto atração turística é: proporcionar uma forte caracterização da área, a capacidade de oferecer ao visitante uma experiência única através das tradições, da história, da natureza, no global, experiência cultural do local destino (CARBONE, 2006).

Algumas questões sobre as quais o programa de desenvolvimento turístico deve refletir para uma determinada área em estudo são (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998):

1. A população residente está favorável ao desenvolvimento turístico?
2. Quais são as suas expectativas?
3. Existem, sempre segundo a vontade da população residente, alguns recursos ou algumas alturas para os quais o turismo deve ser desencorajado?
4. Quais os benefícios (inclusive um reforço da segurança) que o turismo irá trazer e de que maneira?
5. Quais as reais potencialidades no que diz respeito ao alojamento e restauração?
6. Qual é o número máximo de veículos que podem circular e estacionar dentro da área em análise, sem que a vida dos residentes seja negativamente afetada?
7. Quais as potencialidades no que diz respeito à hospedagem de pessoas desabais?

São questões como estas que são pertinentes para o planeamento do desenvolvimento turístico, que depois de analisadas refletem as necessidades da população residente e, sobre o qual, em prol do turismo pode sacrificar a qualidade de vida a que têm direito. No planeamento do desenvolvimento a nível local, a avaliação da capacidade de carga pode, facilmente, desencorajar a atividade turística (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

O modelo de planeamento estratégico do desenvolvimento turístico local de Gunn (1988), citado por Petrocchi (2001), sugere cinco fases principais (CARBONE, 2006):

1. Estabelecer objetivos;
2. Investigar e analisar/realizar um levantamento sistemático das características físicas e não físicas da região que estejam diretamente ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento turístico;
3. Elaborar uma síntese da área de modo a refletir as potencialidades do desenvolvimento turístico;
4. Definir o conceito do turismo a partir dos dados recolhidos nas fases anteriores para determinar quais as abordagens e as medidas mais apropriadas para o sucesso do plano implementação;
5. Implementação do plano de desenvolvimento turístico integrado.

A WTO, em 1997, recupera no *“National and Regional Tourism Planning, Methodology and Case Studies”*, com recomendações sobre medidas de prevenção sobre os impactos negativos do desenvolvimento turístico a nível ambiental e sócio cultural (CARBONE, 2006).

Para o sucesso do plano de desenvolvimento, está a sua correta implementação, mas também, entre as ferramentas mais importantes, o meio de comunicação com o turista e as ferramentas de gestão dos visitantes e das atrações, estão (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998):

- Centros de orientação para os visitantes;
- Centros de informação turística;
- Material de divulgação em suporte de papel;
- Divulgação junto dos mass-media;
- Roteiros e trilhos autoguiados;
- Guias oficiais;
- Cartazes

Carbone ainda acrescenta (CARBONE, 2006):

- Atividades de dinamização do património;
- Organização de eventos culturais junto das principais atrações.

Estes meios ser considerados como alternativa para conquistar a atenção dos visitantes, e ao mesmo tempo servir de apoio a programas mais formais (CARBONE, 2006) (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Assim sendo concluímos que o planeamento do desenvolvimento turístico a nível local, tem de ter como principal objetivo o benefício da população e a salvaguarda da cultura, sem provocar risco no equilíbrio socioeconómico já implementados e eficientes, apesar de um bom planeamento do desenvolvimento da atividade turística, ser garantia de sucesso e gerador de grandes benefícios para a comunidade residente (CARBONE, 2006).

6. Conclusões-modelo

“Promover a identidade cultural de uma cidade é fundamental para se conseguir vender a cidade como um bom sítio para viver e visitar, tornando-a um bom local par fazer turismo, mas também para localizar um negócio.”

Paul Krugman, *Novel da Economia* em 2008

Devido ao ciclo de vida do turismo, que após a estagnação, apresenta duas soluções viáveis a de rejuvenescer ou declínio (MASON, 2003), devido às constantes mudanças dos produtos na Sociedade, concluímos que para este sistema funcionar corretamente, é necessário seguir uma série de parâmetros compreendidos nos eixos: turismo e património; turismo e desenvolvimento; património e desenvolvimento, visando um planeamento integrado e continuado no espaço e no tempo, “entre” Património, Turismo e Desenvolvimento (Figura 17).

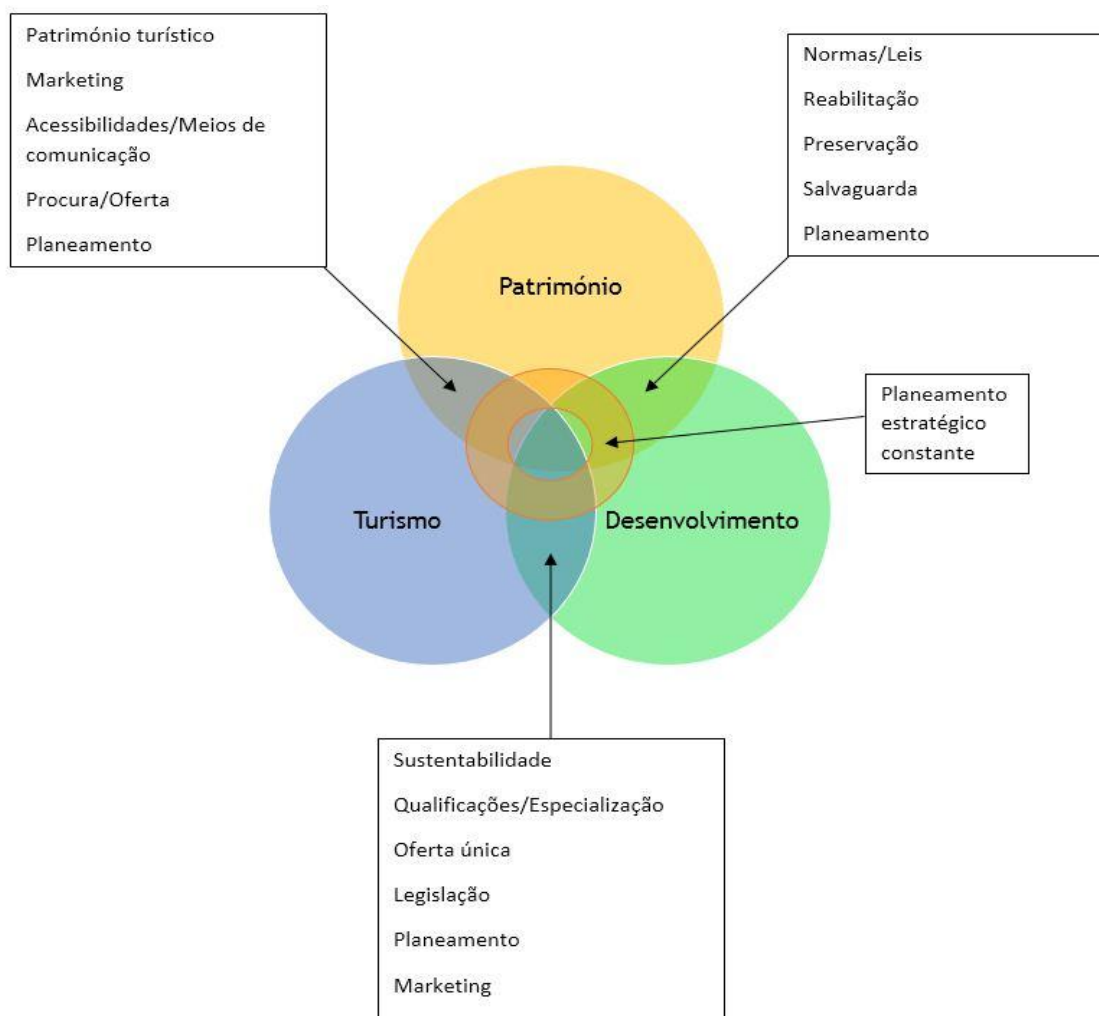


Figura 17: Conclusão esquemática de planeamento estratégico

I. Turismo e património

Património turístico: é necessário adotar/melhor estes parâmetros de forma sustentada, como bens que vão passando de geração em geração, e que possuem interesse social, económico e cultural para a prática de turismo. De modo a que este último, possa constituir-se numa aventura romântica com o interesse científico, deixando de ser um fenómeno isolado e realizado por uma minoria, para se estender e se incorporar na oferta turística global (VIEIRA, 2006).

Marketing: melhorar e desenvolver melhores estratégias de divulgação de atividade em parceria com atividades de turismo já consolidadas, de modo a interagir com outras atividades do sector (CARBONE, 2006), quer nas regiões recetoras, quer nas de emissão de turistas (FREDERICO, 2006).

Acessibilidade: “facilidades” e meios de comunicação, integrando equipamentos gerais, serviços turísticos e infraestruturas de transporte (RICHARDS & MUNSTRES, 2010), como, componentes do sistema de transporte, alojamentos, promoção e informação adequada, restauração, animação, etc. (GEATTE, 1993), para todos os turistas. Criar melhores acessos e informação de pontos turísticos;

Procura/oferta: devido à procura da autenticidade dos produtos turísticos, que estão imbuídos de “autenticidade cultural” (diferenças étnicas e culturais) (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998), em conjunto com associação temática entre elementos do património e da identidade, (singularidade e exotismo, monumentalidade/imponência), localizados em áreas centrais do ponto de vista da oferta patrimonial, (eventos e festa associados ao património) (VAQUERO, 2002), de modo a oferecer estes serviços, e assim satisfazer os visitantes atuais e futuros.

Planeamento: devido aos turistas serem cada vez mais responsáveis e exigentes, preferindo o contato e a compreensão da população local, entre turistas e património (DOWLING, 1997), requiere, por parte dos administradores e gestores dos recursos e do desenvolvimento, formas particulares de cuidado no processo de planeamento e gestão (LEASK & YEOMAN, 1999).

II. Património e desenvolvimento

De modo a estabelecer um património preservado, é necessário seguir as Normas (sejam elas convenções, tratados ou pactos; recomendações; resoluções do Conselho da Europa; ou cartas, orientações, princípios e os conceitos sobre determinada matéria, por forma a orientar a ação dos intervenientes) (LOPES & CORREIA, 2004), sejam, ou não, de carácter vinculativo. As Leis, elaboradas a nível nacional para a reabilitação, preservação e salvaguarda do património devem também ser contempladas.

III. Turismo e desenvolvimento

Sustentabilidade: equilíbrio a nível social, cultural, ecológico, económico, espacial e político, de modo a ser viável para todos os envolvidos, através uma estratégia saudável para a procura de uma integração entre uso turístico, melhoria das condições de vida das comunidades locais e preservação do meio ambiente, transmitindo-o às gerações futuras em condições idênticas se não melhores, às atuais, quer em quantidade, quer em qualidade (MARUJO & CARVALHO, 2010).

Qualificações/especialização: devido a ser um sector sujeito a mudanças rápidas, é necessário conhecimentos/conceitos no desenvolvimento do turismo, de modo a procurar soluções equilibradas e sustentáveis para a atividade, capazes de rejuvenescer/readaptar, o setor (COOPER, FLETCHER, GILBERT, SHEPERD, & WANHILL, 1998).

Oferta única/inigualável: para além da massificação das ofertas, a criação em função dos recursos, uma oferta inigualável, um produto turístico com características especiais (BEATO, 2008), (exemplo Cataratas do Niágara), irreplicáveis e que desloca milhões de turistas com o único motivo da viagem.

Legislação: regulamentação do mercado para proteger consumidores e impedir concorrência desleal e exercer funções de empreendedorismo, incentivador da atividade privada, de atuação social e de promotor de atividade turística (FREDERICO, 2006). Planeamento num processo de desenvolvimento turístico, na análise de impactes económicos, sociais e ambientais, na área destino, segundo as novas tendências de gestão e desenvolvimento, (MASON, 2003).

Marketing: promoção do turismo nas regiões emissoras de turismo através de campanhas de marketing, identificando os potenciais mercados-alvo, e o melhor método de atraí-los, e guiá-los pelos pontos turísticos (FREDERICO, 2006).

IV. O anel ao centro representa o planeamento estratégico contínuo do turismo, a curto, médio e longo prazo.

Devido à existência de variáveis de difícil previsão, um destino turístico é confrontado com súbitas e inesperadas mudanças (catastróficas), sobre as quais tem pouco controle, como eventos que comprometem a viabilidade do destino (BEIRMAN, 2003), ou “Desenvolvimento Humano”, que afetam o processo normal de desenvolvimento, e sobre os quais é necessário proporcionar uma margem razoável face aos seus potenciais efeitos (MASON, 2003).

Em linhas gerais, a necessidade de planear, devido ao ciclo de vida do turismo e às variações nos fluxos turísticos: a longo prazo, onde se estabelecem objetivos e recursos para a prática do turismo; a médio prazo, para colmatar desvios do principal objetivo, fazer uma atualização (“*upgrade*”) de conceitos, e corrigir efeitos negativos que não foram previstos no planeamento; a curto prazo, em casos de emergência, em casos de crise inesperadas.

6.1. Plano estratégico de Portugal

Apesar de ser um país de diversidade concentrada O plano estratégico nacional de turismo posto em vigor em 2007, e a sua revisão em 2012 para o PENT no horizonte de 2013-2015, está a sofrer o impacto de sector económico a nível mundial, enquadrando-se com o modelo empírico do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O PENT no horizonte 2013-2015, continua a aportar fortemente: clima e luz; história e tradição; hospitalidade e na sua diversidade concentrada.

Portugal é um País que apresenta um elevado património turístico, através de história, tradições enraizadas na população, e uma vasta gama de monumentos históricos, e património classificados pela UNESCO, como produtos atrativos. No entanto, este adota novas estratégias de marketing para a expansão nos mercados internacionais e melhoramento de infraestruturas, equipamentos e serviços para assegurar uma boa rede de informação ao turista das principais atrações, melhoramento das acessibilidades a de voos, com a expandindo-os para destinos a cativar, abrangendo apenas as grandes cidades de Lisboa e Porto, não apresentando qualquer solução para o resto do continente. Apesar de estes serem abrangidos no PENT 2007, não são apresentas soluções para melhorar os meios de comunicação a nível nacional, pelo pressuposto de sermos um país concentrado. Na procura/oferta é apresenta um crescimento de 18%, no PENT 2007, e no atual, apresenta-se consolidado, mas com necessidade de melhorar, com a exceção do Algarve que se encontra complementar com necessidade de desenvolver e densificar.

Enquanto património em desenvolvimento no PENT no horizonte 2013-2015, plano a médio prazo adota essencialmente, progredir nos planos de reabilitação e requalificação urbana das cidades, em particular nas centralidades turísticas, Lisboa e Porto. Já no PENT de 2007, plano a longo prazo, as intervenções também eram exclusivamente nos centros históricos Lisboa e Porto. Sendo as últimas intervenções, a nível nacional, resultantes do programa POLIS em 39 cidades, propõem ainda elaborar planos de preservação de património imaterial, desenvolver museus (exemplo, museu do fado e museu de Azulejos e outros), desenvolver condições de acesso e rotas temáticas no património natural e edificado. Essencialmente para os grandes pontos turísticos (Cidades e Parques), deixando de fora as aldeias e pontos de interesse, promovendo apenas a reabilitação destes locais. Promove ainda a conservação de monumentos e reabilitação para turistas com necessidades.

Em ambos dos PENT's adotam a sustentabilidade como meio de desenvolvimento, mas devido à crise económica mundial, assumem um papel fundamental de desenvolver destinos turísticos sustentáveis. Através da avaliação de impactos, planos regionais, desenvolvimento de fileiras de produtos, estimulação de boas práticas ambientais e de responsabilidade social, preservar e potenciar o património natural e cultural, desenvolver instrumentos de avaliação de impactos

e incorpora-los no processo de planeamento. No que refere à qualificação/especialização, são abrangidos em ambos os PENT's, sendo no PENT 2007, prioritário a criação de programa de excelência, e no PENT mais recente assume apenas proporcionar uma formação base e transversal para os profissionais de turismo, a qualificação de outros profissionais com interação do turismo, e apostar no emprego jovem no sector do turismo. Apesar de com a revisão abranger mais intervenientes, o prioritário será idealizar os dois em conjunto de modo a fomentar uma melhor relação do sector do turismo com outras organizações e com o próprio turista. Como oferta inigualável, a longo prazo, não foi desenvolvido nada em específico, apostando nos “*shot break*” e “*city break*”, como estadias de pouco tempo, devido aos fatores de diferenciação de Portugal, e que atualmente, no PENT em vigor, ainda se encontram em desenvolvimento. Quanto à legislação tem tido um papel crucial quanto a elaboração dos PENT's, a ser revisto em 2015, e tem sido atualizada conforme a evolução destes sectores. Com o lançamento de novas acessibilidades serão propostos novas abordagens a mercados seletivos para divulgação do marketing turístico.

Conclui-se deste modo, que Portugal assume um plano estratégico razoável, com plano a longo e médio prazo, com revisões estratégicas a meio do plano de longo prazo. Apesar de com a atual crise económica do país, deveria ter sido elaborado um plano a curto prazo/emergência, de modo a conquistar a confiança nos mercados turísticos. Devendo focar mais nas zonas discriminadas do interior do país não obstante as já desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

Apelo de Granada - a arquitetura rural no ordenamento do território. (1976). Obtido em 13 de setembro de 2014, de Grupo Lusofona: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3725/o%20apelo%20de%20granada.pdf?sequence=1>

ASHWORTH, G. J., & TUNBRIDGE, J. E. (2000). *"The Tourist-Historic City: Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City"*. Elsevier Science, UK.

BEATO, C. (2008). *"Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos"*. Tese para obtenção do grau de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

BEAVER, A. (2012). *"A Dictionary of Travel and Tourism"*. Oxford University Press, Oxford.

BEETON, S. (2006). *"Community Development Through Tourism"*. Land Links, Australia.

BEIRMAN, D. (2003). *"Restoring tourism destination in crises: a strategic marketing approach"*. Australian Copyright Act, Australia.

BINKS, G., DYKE, J., & DAGNALL, P. (1988). *"Visitor Welcome. A manual on the presentation and interpretation"*. Manchester Polytechnic, London.

BRITO, M., & SILVA, C. (2005). *"Turismo e Planeamento: a Continuidade ou a Auto-destruição"*. RT&D-REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO, II, 2.

BULL, A. (1992). *"The Economics of Travel and Tourism"*. Pitman, London.

CARBONE, F. (2006). *"Turismo, Património e Sustentabilidade. Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos"*. Tese para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

Carta Europeia do Património Arquitectónico. (1975). Obtido em 13 de setembro de 2014, de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

Carta Internacional de Turismo Cultural. (1999). Obtido em 13 de setembro de 2014, de Turismo de Portugal: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimento_einovacao/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf

Carta Nairobi. (1976). Obtido em 13 de setembro de 2014, de IPHAN:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>

CHOAY, F. (2000). *"A alegoria do Património"*. trad. Teresa Castro, Lisboa.

Convenção para a Proteção do Património, Cultural e Natural Mundial. (1972). Obtido em 13 de setembro de 2014, de UNESCO: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

COOPER, C., FLETCHER, J., GILBERT, D., SHEPERD, R., & WANHILL, S. (1998). *"Tourism: Principles and Practice"*. Longman, London.

COSTA, C. (1996). *"Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at regional level: planning, organizations and networks"*. Department of management Studies, University of Surrey, England.

Decreto-lei nº20985. (1932). *Diário do Governo*. Série 1, nº56.

Decreto-lei nº21875. (1932). *Diário do Governo*. Série 1, nº271.

Decreto-lei nº24802. (1934). *Diário do Governo*. 299/34, Série I, .

Documento de Nara. (1994). Obtido em 13 de setembro de 2014, de UNESCO:
http://whc.unesco.org/documents/publi_basictxts_pt.pdf

DOWLING, R. (1997). *"Plans for the development of regional ecotourism: theory and practice, Tourism planning and policy in Australia and New Zealand, issues an practice"*. Irwin Publishers, Sydney.

EDGELL, D. L., ALLEN, M. D., SMITH, G., & SWANSON, J. R. (2008). *"Tourism Policy and Planning: Yesterday, Today and Tomorrow"*. Elsevier Inc., Oxford, UK.

European Commision. (2002). *"Sustainable Tourism Based on Natural and Cultural Heritage"*. Bruxelles.

FERREIRA, A. M. (2003). *"O Turismo como Propiciador da sustentabilidade dos Centros Históricos Urbanos. O Caso Algarvio"*. Tese para a obtenção do grau de Doutor, Universidade de Aveiro, Aveiro.

FONSECA, M. (1997). *"O Património em Processo"*. URRJ/IPHAN, Rio de Janeiro.

FOSTER, & DENNIS, L. (1992). *"Marketing Hospitality: Sales and Marketing for Hotels, Motels, and Resorts"*. Clencoe/Mcgraw-Hill, UK.

- FREDERICO, N. M. (2006). *"Planeamento e Desenvolvimento Turístico - Uma Análise de Chapada Diamantina"*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade de Aveiro.
- GEATTE. (1993). *"Le Tourism Culturel en Europe"*. Comissão das comunidades Europeias, Bruxellas.
- GIL, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, S.A.
- GIOVANNONI, G. (1931). *"Vecchie città ed edilizia nuova"*. Utet, Torino.
- GONÇALVES, A. (2012). *"Património Urbanístico e o Planeamento da Salvaguarda"*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologias de Coimbra.
- GOUVEIA, M., & DUARTE, T. (2001). *"O cluster Turismo em Portugal"*. Ministério da Economia.
- HENRIQUES, C. (2003). *"Turismo Cidade e Cultura"*. Sílabo, Lisboa.
- INSKEEP, E. (1991). *"Tourism Planning: an Integrated and Sustainable Development Approach"*. Van Nostrand Reinhold, New York.
- KATELE, J. M., & ROGIERS, X. (1993). *metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observação, Questionários, de Entrevistas, e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEASK, A., & YEOMAN, I. (1999). *"Heritage Visitor Attractions: An Operations Management Perspective"*. Cassell, UK.
- Lei nº 107/2001. (2001). *Diário da Republica*. nº 209, Série-A.
- LIMA, S., & PARTIDÁRIO, M. R. (2002). *"Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade. Um Novo Segmento do Mercado Turístico"*. Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.
- LÔBO, M. (1993). *"Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco"*. DGOTDU/FAUP, Porto.
- LOPES, F. (2000). *"O programa de incremento do turismo cultural. Dos novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade"*. Antropológicas, Porto.
- LOPES, F., & CORREIA, M. (2004). *"Património arquitetónico e arqueológico, cartas, recomendações internacionais"*. Livros Horizonte, Lisboa.

MARUJO, M. N., & CARVALHO, P. (2010). *"Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável"*. Universidade Federal do Paraná, Brasil.

MASON, P. (2003). *"Tourism Impacts, Planning and Management"*. Butterworth-Heinemann, Oxford.

MATHIESON, A., & WALL, G. (1993). *"Tourism: economic, physical and social impacts"*. Longman: Harlow, UK.

MCINTOSH, R., GOELDNER, C. F., & RITCHIE, J. B. (1995). *"Tourism: Principles, Practices, Philosophies"*. Wiley, New York.

MERLIN, P. (1987). *"L'urbanisme - que sais-je?"*. Presses universitaires de France, Paris.

Novo Dicionário Aurélio. (2009). Versão 6.0, Conforme a Nova Ortografia, Positivo Informática.

OMT. (1985). *"Role de l'État dans le salvaguarde et la promotion de la culture comme facteur de development"*. Madrid.

PAU-PRETO, F. (2005). *"O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território"*. Universidade do Porto, Porto.

PERALTA, E. (2003). *"O Mar por Tradição: o Património e a Construção das Imagens do Turismo"*. Horizonte Antropológicos, Porto Alegre.

PEREIRO, X. (2006). *"Património cultural: o casamento entre o património e cultura"*. ADRA nº2, Revista dos sócios do Museu do Povo Galego.

Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2007. (2006). Obtido em 3 de setembro de 2014, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf>

Plano Estratégico Nacional para o Turismo Horizonte 2013-2015. (2012). Obtido em 3 de setembro de 2014, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

POLACCO, F. (2001). *"L'Antico dalla parte dei Giovani"*. ARCHEO, Italy.

PORTAS, N. (2004). *"Os tempos e as formas"*. Universidade do Minho, Braga.

QUATTROCCHI, G. (2001). *"Roma. A spasso per la Biberatica"*. ARCHEO, Italy.

- QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. V. (1995). *Manual de intervenção em Ciências Sociais - Trajetos*. (L.Gravita Publicações, Ed) Lisboa, Portugal.
- RAPOSO, J. (2005). "Avaliação e Certificação de Monumentos e Sítios". Al-Madan, Centro de Arqueologia de Almada, IIª Série (13).
- Resolução do Concelho de Ministros nº26/2000. (2000). *Diário da Republica*. n209, I Série B.
- RICHARDS, G. (1996). "*Cultural Tourism in Europe*". CAB Int., UK.
- RICHARDS, G., & MUNSTRES, W. (2010). "*Cultural Tourism Research Methods*". Antony Rowe LTD, UK.
- RUSKIN, J. (1987). "*Las siete Lámpadas de la arquitectura*". Editorial Alta Fulla.
- SHARPLEY, R. (2009). "*Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?*". Earthscan, UK.
- SHARPLEY, R., & TELFER, D. J. (2002). "*Tourism and Development: Concepts and Issues*". Cambrian Printers Ltd, Great Britain.
- SITTE, C. (1992). "*A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*". Àtica, São Paulo.
- UNESCO. (2014). Obtido em 12 de setembro de 2014, de www.unesco.org
- VAQUERO, C. M. (2002). "*La ciudad histórica como destino turístico*". Ariel, Barcelona.
- VIEIRA, I. (2006). "*O Património e o Turismo: Cidade de Lamego*". Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade do Minho, Guimarães.
- WTO. (1980). "*Physical Planning and area Development for Tourism in the Six WTO Regions*". WTO, Madrid.